

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Abril 1998 - Nº 13

ENTREVISTA
PAULO EDUARDO ARANTES



T. B. L. - Mod. T-A
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
São Paulo, _____ de _____ de 19____



**A USP
NOS ARQUIVOS
DO DOPS**

**Reitores já colaboravam com órgãos
de segurança antes do golpe de 64**

11.12.4.51
[Handwritten signature]

APRESENTAÇÃO

Quando se acreditava que a revisão histórica enfocando a colaboração de setores da USP com os órgãos de segurança do Estado tivesse terminado, uma grande surpresa: reitores da universidade mantinham intercâmbio com o Dops antes mesmo do golpe militar de 64. E mais, diziam-se “honrados” em encaminhar listas de docentes para serem triados por aquele departamento policial. Documentos reservados, assinados pelos reitores Linneu Prestes, datado de 1948, e Ernesto Leme, 1951, foram localizados, recentemente, nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo pela jornalista e pesquisadora Beatriz Elias e estão sendo publicados com exclusividade pela Revista Adusp. Também pela primeira vez, divulgamos o documento que comprova a instalação de uma Assessoria de Informação do Dops na reitoria da USP durante o regime militar que se instalou no país pós-64. A existência desta Assessoria chegou a ser negada pelo reitor Orlando Marques de Paiva em depoimento prestado à CPI da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. A divulgação desses documentos, inéditos, não tem nenhuma conotação revanchista. Propõe, sim, contribuir para o esclarecimento do controle ideológico que se fez presente na USP durante três décadas e meia. Para não transformar esta questão numa “caça às bruxas”, a matéria se atém única e exclusivamente documentos do Dops que hoje são de domínio público. A primeira vez que a Adusp abordou esta questão foi em 1978, quando, por decisão de Assembléia, designou uma comissão especial encarregada de desenvolver uma campanha pela reintegração, na vida acadêmica, dos professores e cientistas atingidos pelos atos de exceção. Como parte de suas atividades, a comissão criou um grupo de trabalho, de participação aberta, cuja tarefa era realizar um levantamento do processo de controle ideológico sobre o corpo docente na Universidade de São Paulo. O relatório dessa comissão transformou-se n’O livro negro da USP, editado ainda no ano de 78. A Diretoria da Adusp e o Conselho Editorial da Revista Adusp acreditam que a junção dos documentos ora publicados com os do relatório divulgados em 78 transforma-se em fonte de esclarecimento da vida da Universidade nos anos de chumbo. Mais ainda, contribui para evitar que fatos como esses voltem a ocorrer.



DIRETORIA

Jair Borin, Osvaldo Coggiola, Marcos N. Magalhães, Iraci Palheta,
Ildo Luís Sauer, Lighia B. Horodynski-Matsushigue, José Moura Gonçalves Filho,
Paulo Y. Kageyama, Antonio César Fagundes, Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias

Comissão Editorial

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone,
Francisco Gorgônio da Nóbrega, Khaled Goubar, Nelson Achcar,
Nilza Nunes da Silva, Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi

Editor: Marcos Luiz Cripa vd

Editor de arte e capa: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Revisão: Isabel Cristina Leles Ferreira

Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Aparecida de Fátima dos Reis Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Ilustrações: Maringoni

Fotolitos: Bureau Bandeirante

Gráfica: Chesterman

Tiragem: 5.500 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo -SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466

Fax: (011) 814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial que decidirá sobre seu aproveitamento.

ÍNDICE

6

A USP NOS ARQUIVOS DO DOPS

8

**REITORES DA USP COLABORAVAM COM ÓRGÃOS
DE SEGURANÇA ANTES MESMO DO GOLPE DE 64**

11

**DOCUMENTO COMPROVA EXISTÊNCIA
DE REPRESENTAÇÃO DO DOPS NA REITORIA DA USP**

14

ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DO CAMPUS DA CAPITAL

16

**FLORESTAN E SCHEMBERG
FORAM CONSTANTEMENTE VIGIADOS**

18

CAIXA DE SURPRESAS

20

**DESAFIOS TECNOLÓGICOS
E AS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE**

Júlio Pudles

27

A POESIA VIVA ACAMPA

Alai Garcia Diniz

34

ENTREVISTA

Paulo Eduardo Arantes

43

A NEGRITUDE NO BRASIL

F. C. de Sá e Benevides

48

**OS PAGODEIROS E OUTROS ABUSOS:
ANTROPOLOGIA SEM AÇÚCAR**

Mauro Göpfert Cetrone

51

**REFLEXOS CUBA-BRASIL,
UMA CRÔNICA DE REALISMO MÁGICO**

Paulo Henrique Martinez

52

VERSOS ALEATÓRIOS

Afrânio Mendes Catani

54

REFLEJOS

Tomás Gutiérrez Alea

61

NOTAS DA ACADEMIA

1998

T. D. L. - Mod. 7-A

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO



São Paulo, _____ de _____ de 19____

RESERVADO

**AUSÍD
NOS ARQUIVOS
DO DOPS**

... da relação dos ele...
... de física...
... no DOPS se...
... da...
... de...
...
11.12.4.5

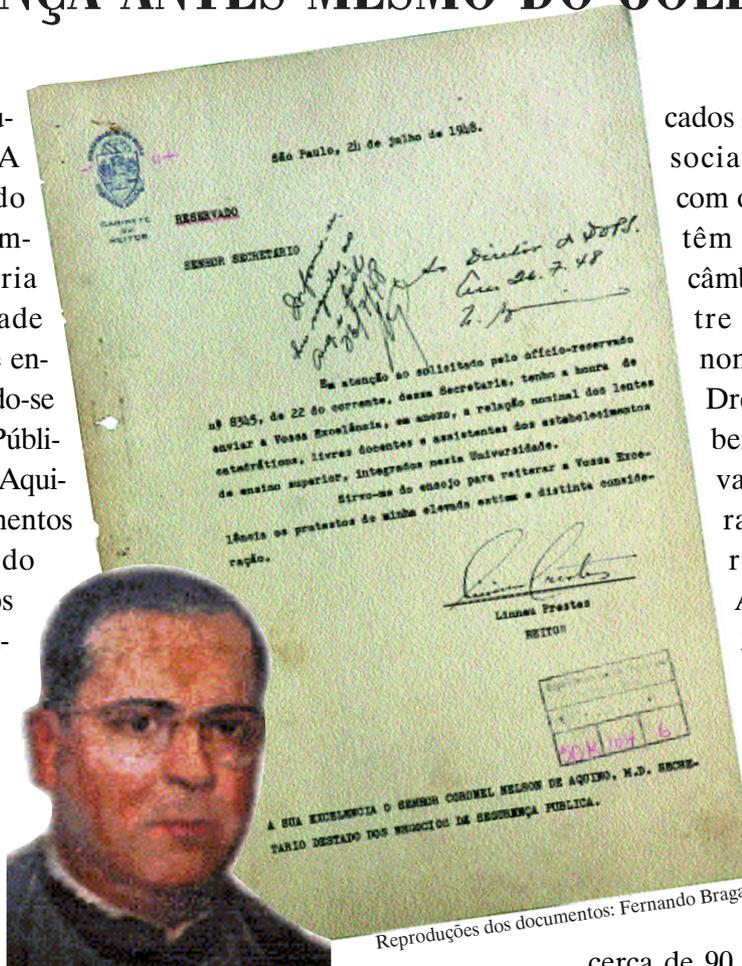
por Beatriz Elias

A colaboração com órgãos de segurança do Estado sempre foi objeto de indignação e denúncia por parte da sociedade. No caso da Universidade de São Paulo, até mesmo uma comissão especial de Inquérito da Assembléia Legislativa buscou investigar e determinar a abrangência da prática adotada pela direção da Instituição, especialmente nos anos subseqüentes ao golpe de 64. Abertos os arquivos de órgãos de segurança, como o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Estado de São Paulo, o quadro que se desenha é muito mais grave: a colaboração da reitoria da USP não ocorreu tão-somente após 1964. Pelo contrário, ela se constituiu em prática institucionalizada, envolvendo as várias instâncias de poder dentro da burocracia universitária e os órgãos policiais, em troca de informações, denúncias, pedidos de colaboração, desde o início da década de 50. E, guardadas as especificidades de cada período histórico do país e as conseqüências que tais práticas pudessem provocar, elas se desenvolveram em padrões não muito diferenciados daqueles que os arquivos registram após o ano de 64. Há nomes, situações, datas, assinaturas que confirmam o fato.

REITORES DA USP COLABORAVAM COM ÓRGÃOS DE SEGURANÇA ANTES MESMO DO GOLPE DE 64

A data é 24 de julho de 1948. A assinatura do ofício, com timbre da Reitoria da Universidade de São Paulo, é do reitor de então, Linneu Prestes, dirigindo-se ao Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Nelson de Aquino. No primeiro dos documentos localizados nos arquivos do Dops/SP, envolvendo órgãos oficiais da USP e a colaboração com órgãos policiais, o registro que, durante anos, iria se tornar regra: o envio da relação nominal de docentes da Instituição, por caminhos oficiais, de forma que o Serviço Secreto do Departamento de Ordem Política e Social pudesse observá-los, qualificá-los, registrar suspeitas e acusações.

Deste primeiro encaminhamento, indicado pelo reitor como “relação nominal dos catedráticos, livres-docentes e assistentes dos estabelecimentos de ensino superior, integrados nesta Universidade”, constam nada menos que 17 laudas, em que os professores são identificados por suas faculdades de origem. Me-



Reproduções dos documentos: Fernando Braga

nos de um mês depois, em 7 de agosto de 1948 — e vale relembrar que em 1948 o PCB já tivera suas atividades canceladas e seus parlamentares cassados —, o documento é encaminhado ao Serviço de Informações, apenas com uma assinatura não identificada do encarregado. Checados os nomes dos catedráticos, dos arquivos do Dops emergem acusações sobre 35 professores, classifi-

cados como “ex-integralistas, socialistas ou envolvidos com organizações que mantêm algum tipo de intercâmbio com a URSS”. Entre os mais conhecidos, nomes como o de André Dreifuss e Mário Schemberg (Filosofia), Villanova Artigas (Arquitetura), Miguel Reale (Direito), Moacir Freitas Amorim (Medicina) e Zeferino Vaz (Medicina Veterinária).

O arquivamento dos documentos desse primeiro período, que antecede o golpe militar de 64, é inconstante. São cerca de 90 documentos, de variadas caracterizações e temas, mas em grande parte com a mesma origem oficial: a Reitoria da USP, ou o próprio reitor. Há registros do envio de outras listagens de professores, sempre delatando os simpatizantes do comunismo, de greves em unidades como a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e seus desdobramentos, do problemas dos excedentes, entre outros temas menos significativos.

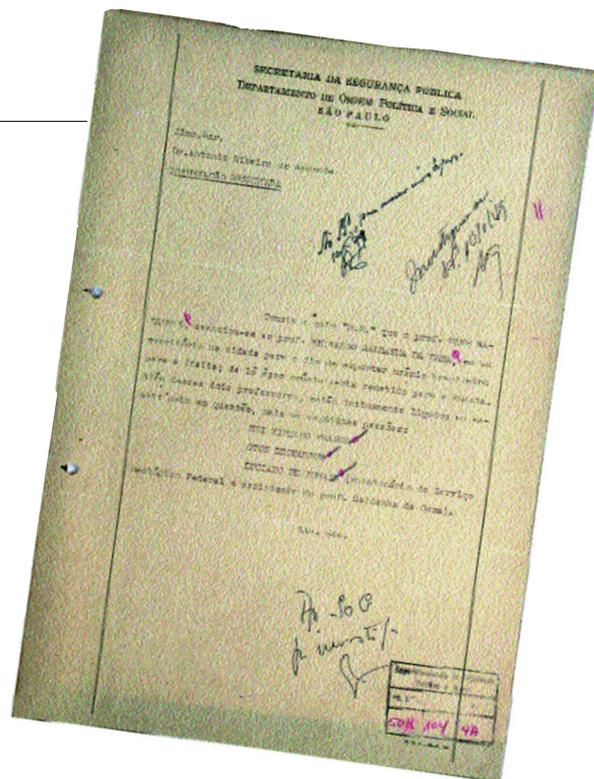
Energia nuclear

A neurose característica dos serviços de informação, buscando comunistas em todos os cantos, iria perdurar durante os anos seguintes, mas, no caso da USP, entre o final da década de 40 e os primeiros anos da década de 50, outro tema iria se transformar em assunto de certa relevância na documentação trocada entre o Dops e a Reitoria: as primeiras preocupações com o Instituto de Física e as pesquisas relativas à energia nuclear. Uma área que, pelo seu significado estratégico, iria gerar pelo menos um dos típicos informes encontrados no Dops, nos quais a imaginação do informante normalmente excedia qualquer análise de bom senso.

Assim, ofício datado à mão, de 10 de janeiro de 1949, com o timbre da Secretaria da Segurança Pública, sendo enviado ao Dr. Antonio Ribeiro de Andrade, registra que “consta que o Prof. Gleb Wataghin — então um dos expoentes da área de Física da USP — associou-se ao Prof. Reinaldo Saldanha da Gama em um escritório na cidade para o fim de exportar urânio brasileiro para a Itália; de lá esse urânio seria remetido para a Rússia”. A preocupação com o professor Wataghin iria persistir durante anos, provavelmente também por conta de sua condição de estrangeiro. Novo informe, sem identificação de seu autor, datado de 22 de abril de 1955, depois de historiar a implantação do Departamento de Física da USP e sua relação com os professores Gleb Wataghin e Marcelo Damy, admite que “o departa-

mento possui uma equipe brilhante de professores, que mantêm relações internacionais”. Da relação em anexo, que enumera todos os docentes que ali trabalham, a restrição se confirma apenas com relação a Mário Schemberg, mais uma vez por sua simpatia pelo comunismo. A crítica e a preocupação se manifestam, no entanto, numa tentativa pouco sutil de buscar desestabilizar a posição de Wataghin: “russo de nascimento, naturalizado italiano, foi presidente de um subcomitê paulista de auxílio às vítimas da guerra em 1947, comitê que geria um fundo comunista”. O analista ainda acrescenta que o pesquisador tem 96 trabalhos publicados, mas nenhum em português. Um quadro que lhe permite sugerir, “como se vê, que urge dar ao nacional o lugar que ele precisa ter: ser o primeiro em tudo”.

O extremo cuidado que envolvia não apenas pesquisadores, mas as próprias instalações do Departamento de Física, já havia sido registrado ao final da década de 40, mais precisamente em setembro de 1948, quando o delegado de polícia, Paulo Rangel, comunica ao delegado especializado em Ordem Política os contatos realizados para viabilizar um policiamento especial no Departamento de Física da USP, “em função das instalações do Betatron”. Rangel relata que, dias antes, o porteiro do local tivera de atirar para o alto quando, à noite, pessoas não identificadas passaram a rondar o local. E acrescenta que a iniciativa deste tipo de policiamento tem a “aquiescência do Prof. Marcelo Damy”.



Nome aos comunistas

Antecedendo uma outra tendência na rotina de acompanhamento e investigações dos órgãos de segurança que iria se instalar na USP no período pós-64, também a observação relativa a greves envolvendo estudantes é registrada com frequência, nos primeiros documentos localizados no Dops.

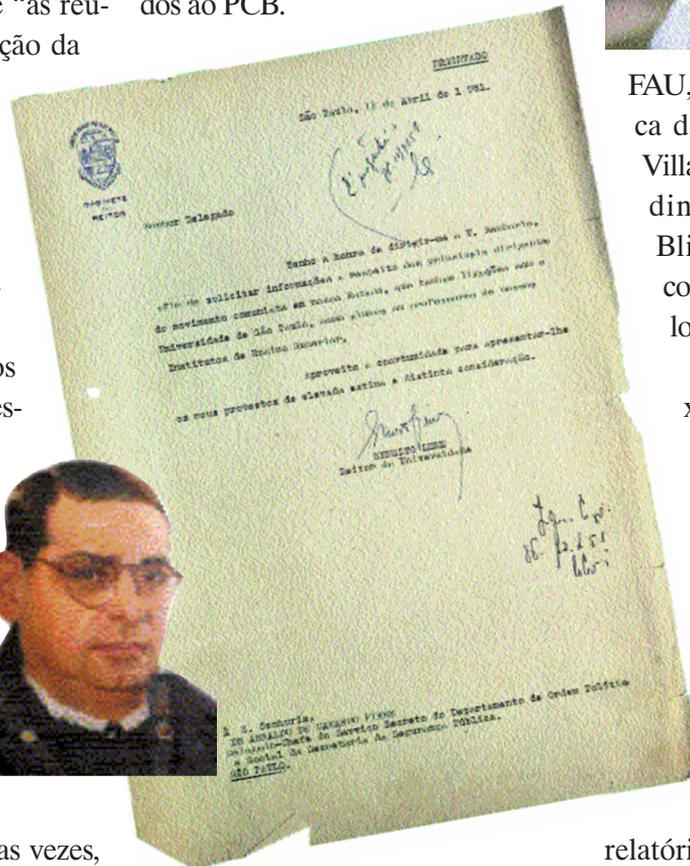
A primeira delas é datada de 1951, quando a Faculdade de Medicina paralisa suas atividades em protesto à suspensão de veteranos que haviam aplicado um trote mais violento em estudante transferido do Paraná. Neste caso, sequer se trata de uma comunicação ao Dops: a Reitoria solicita “providências” àquele órgão, já que outras escolas da USP estariam iniciando movimentos de paralisação em solidariedade aos veteranos punidos. E dá os nomes àqueles que ela entende como os articuladores da greve geral: “os elementos comunistas fichados, Luiz Hildebrando Pereira da Silva (aluno do 4º ano de Medi-

cina), Abrão Nicolas Tayer e Victor Nussynveight”. Há, ainda, a nítida intenção de caracterizar a participação do professor Samuel Pessoa em todo o movimento. Documentos relatam que “sua esposa, Jovina Pessoa, esteve na Faculdade de Medicina várias vezes, conversando com estudantes comunistas”. Além disso, a denúncia garante que “as reuniões prévias para articulação da greve aconteciam no anfiteatro de Parasitologia, cuja cadeira está a cargo do Prof. Pessoa, enquanto os demais professores se recusaram a permiti-las em suas salas”.

Aliás, os primeiros anos da década de 50, quando responde pela Reitoria o professor Ernesto Leme (foto ao lado) — um ex-secretário de Justiça de São Paulo —, são aqueles que apresentam maior cordialidade e frequência nos contatos formais entre USP e órgãos de se-

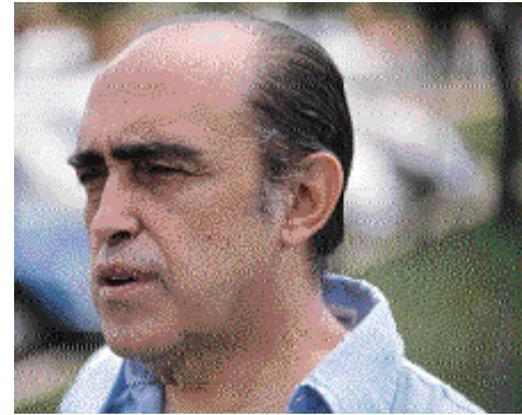


litante, vinculados às faculdades de Medicina, Direito, Filosofia e Direito. Entre eles, Luis Hildebrando Pereira da Silva e Romeu Sofredini. Com apenas dois dias de demora, o Dops lhe responde, anexando uma imensa listagem de médicos, engenheiros, arquitetos, escritores que, segundo seus arquivos, são ligados ao PCB.



gurança. Leme, por diversas vezes, pede a colaboração do Dops, como no caso da greve da Faculdade de Medicina. Em abril do mesmo ano, é ele quem novamente toma a iniciativa de solicitar ao delegado-chefe do Serviço Secreto do Dops “informações a respeito dos principais dirigentes do movimento comunista em nosso Estado, que tenham ligações com a Universidade de São Paulo, como alunos ou professores”. A seguir, ele mesmo acrescenta uma lista de 12 nomes que caracterizariam esse tipo de mi-

A prática de nominar seus professores comunistas parece ter sido uma constante na gestão Leme. No mesmo ano de 1951, depois de 30 dias de greve dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, num movimento que, segundo os relatos do Dops, inicia-se pela recusa da contratação do arquiteto Oscar Niemeyer (foto ao alto, à direita) pelo Conselho Universitário, mais uma vez o reitor pede que o “Dops auxilie o presidente da Comissão de Sindicância sobre a



FAU, a respeito da atuação política de alguns professores, como Villanova Artigas, Romeu Sofredini, Ruy Machado e Fanny Blinder”. Presidia a referida comissão o professor José Carlos de Ataliba Nogueira.

Mas nem mesmo esta proximidade entre Reitoria e Dops livra o reitor de observações cáusticas dos delegados do órgão. Ao final da movimentação na FAU, depois de meses de paralisação e da reabertura da Faculdade, com a nomeação de um diretor efetivo e a aprovação de regimento próprio, um relatório interno do Serviço de Segurança critica Leme pela condução do processo, lembrando que se os avanços concedidos “eram uma pretensão justa dos alunos, consideramos injusto o modo como tal pretensão foi pedida. E o magnífico reitor, passando por cima de todas as querelas, atendeu os reclamos daquela Faculdade”. Além disso, na previsão do mesmo relatório, os atos da Reitoria não impediriam os tumultos que deveriam ser ainda provocados pelos comunistas em função da questão Niemeyer.

DOCUMENTO COMPROVA EXISTÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DO DOPS NA REITORIA DA USP

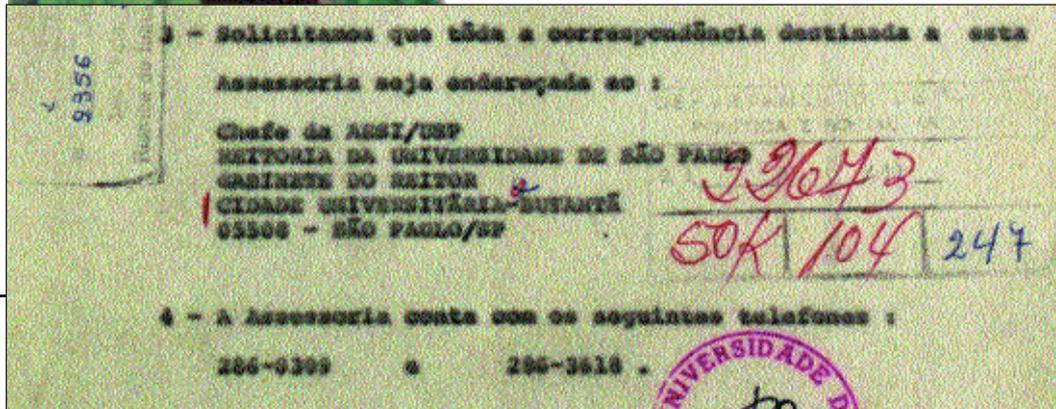
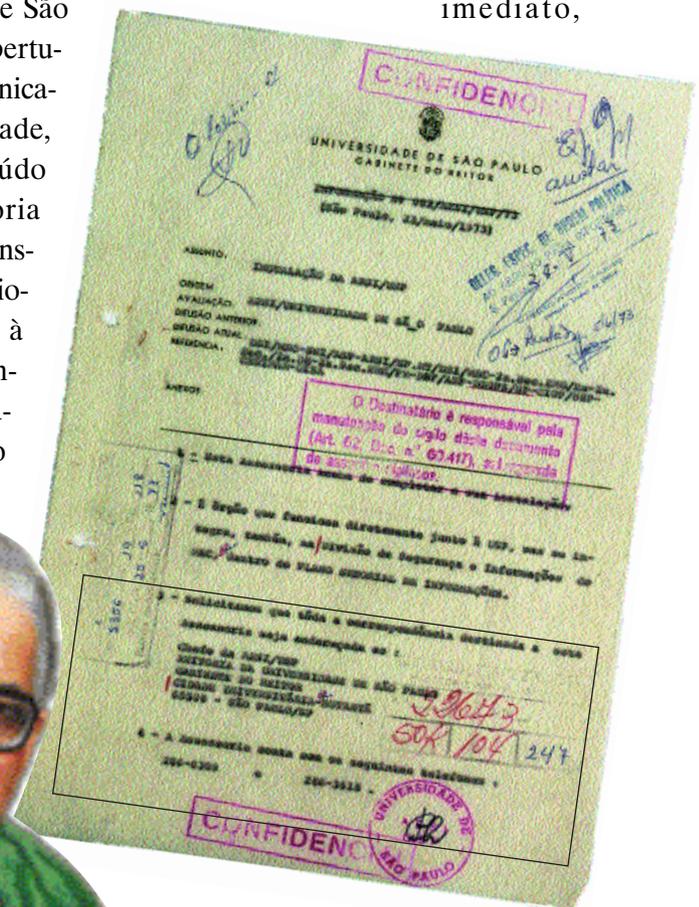
De sua existência, a comunidade universitária tinha poucas dúvidas. Mas eram anos difíceis. E a triagem ideológica se fazia sentir de maneira cada vez mais palpável por significativo número de docentes, cujos processos de contratação enfrentavam obstáculos inexplicáveis. Agora, não há mais como querer negar a existência de uma representação do Dops na USP. Um órgão de segurança, responsável pela disseminação de informações de interesse da área policial, visando ao controle efetivo do que ocorria dentro da Universidade de São Paulo, vetando contratações, “alertando” diretores a tomar certos cuidados, acompanhando até mesmo debates que envolviam a participação de intelectuais que incomodavam o regime, existiu sim. E diretamente vinculado à Reitoria, informando aos demais órgãos da comunidade de informações seus telefones (288-0309 e 286-3618) e, como endereço, nada menos que o Gabinete do Reitor.

A criação da AESI — nome dado a esta Assessoria de Informação — data de 23 de maio de 1973 e foi formalmente comunicada em ofício distribuído a todos os ministérios militares, Polícia Federal,

Polícia Militar, SNI, unidades do Exército em São Paulo e Dops. Seus documentos — que terão sempre a mesma rubrica a acompanhá-los — adotarão um padrão visual facilmente identificável: o timbre da Universidade de São Paulo/Reitoria, em sua abertura. E essa primeira comunicação prima pela simplicidade, mas também pelo conteúdo revelador: “Esta assessoria acaba de completar sua instalação. É órgão que funciona diretamente junto à USP, mas se integra, também, na Divisão de Segurança e Informação do

MEC, dentro do Plano Setorial de Informações. Solicitamos correspondência a AESI/USP - Reitoria Universidade de São Paulo, Gabinete do Reitor”.

Este documento desmente, de imediato,



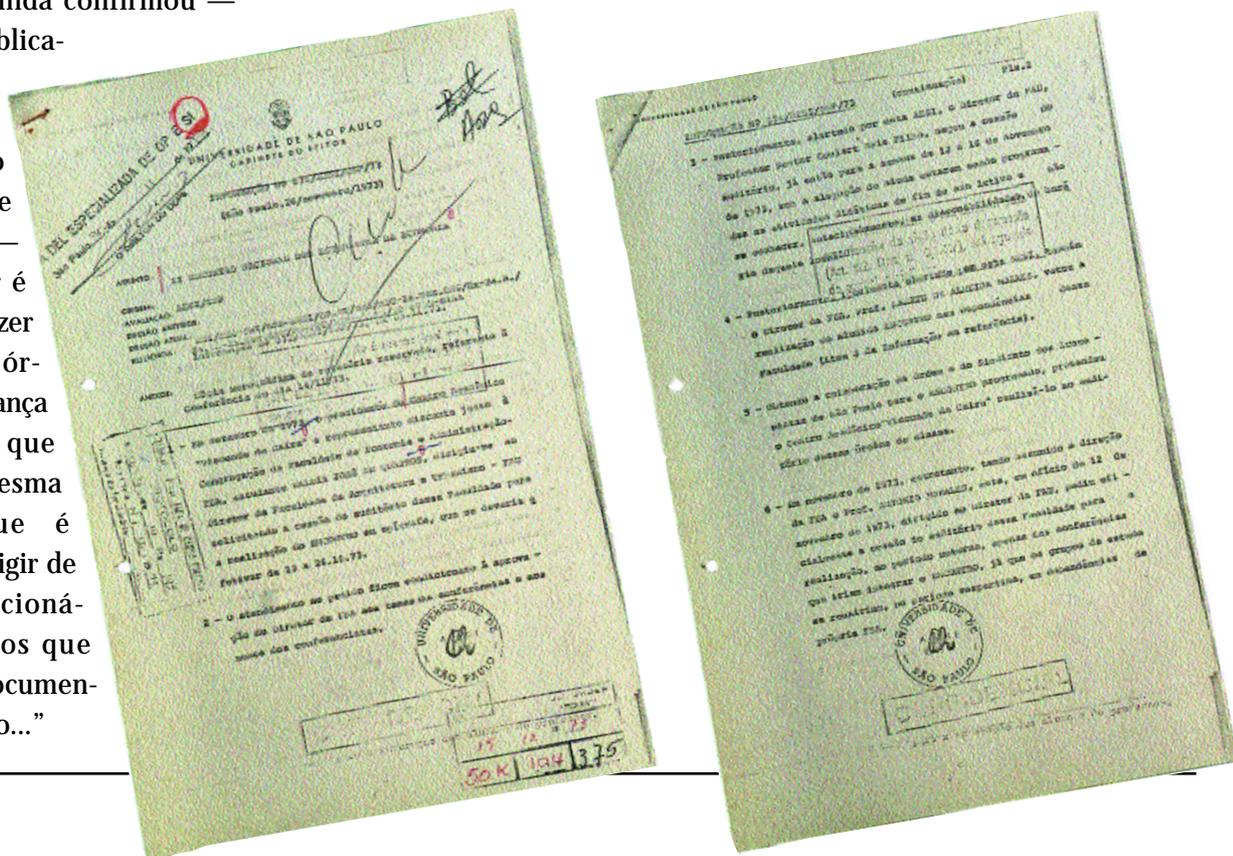
declarações oficiais prestadas pelo ex-reitor Orlando Marques de Paiva, durante investigações realizadas por Comissão Especial de Inquérito, instalada pela Assembléia Legislativa em 1977. Reproduzida parcialmente em publicação da própria Associação dos Docentes da USP, *O livro negro da USP*, a investigação que buscava comprovar a existência de uma prática de controle ideológico na contratação de professores deu um salto com as declarações do professor Antonio Guimarães Ferri, que ocupara vários cargos de direção da Universidade. Em seu depoimento aos deputados, ele admitiu a existência de um órgão vinculado ao MEC, que agiria no sentido de “tomar informações sobre os docentes”. No entanto, afirmou também, tratar-se de um organismo de “caráter policial”, que “não é da Secretaria de Segurança. É um serviço de segurança do Ministério da Educação, instalado fora da Universidade...” Ferri ainda confirmou — conforme publica-

A partir deste depoimento, a CPI insiste, então, em maiores esclarecimentos do reitor à época, Orlando Marques de Paiva, que, também falando oficialmente aos deputados, e instado a explicar a demora na contratação de novos professores, garantiu que “depois de ter empenhado minha palavra perante o Conselho Universitário, no sentido de que jamais qualquer entidade, comissão ou pessoa exerceu pressão sobre o Reitor, pois eu não o permitiria, seria dispensável discutir o assunto”. Pronunciamento do presidente da Comissão, Almir Pazzianotto, também registrado no Diário Oficial do Estado, reforça ainda mais as tentativas de Marques de Paiva de tentar acobertar o que era praxe. Textualmente, o deputado garante que “em visita à Universidade conversamos sobre o assunto exatamente com o Magnífico Reitor. Ele negou, peremptoriamente, que qualquer professor seja

submetido ao crivo de uma comissão interna de segurança”.

Confrontado com a própria definição da AESI — curiosamente criada justamente no ano da posse de Marques de Paiva na Reitoria — seu depoimento se perde no vazio e no acinte feito ao poder legislativo do Estado, pelo seu conteúdo enganoso. Afinal, a AESI terá algumas centenas de seus ofícios e comunicados expedidos, ao longo dos anos, e devidamente arquivados no Dops/SP, especialmente encaminhando listas e mais listas de novos professores a serem contratados. E não apenas professores, mas também funcionários e até alunos selecionados para participar do Projeto Rondon. Especialmente no ano de 1975, quando Paiva ainda era reitor, serão dezenas e dezenas, a representar mais de duas pastas especiais constituídas apenas por fichas de encaminhamento e um formulário, muitas

do no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30/9/1977 — “que o reitor é obrigado a fazer passar pelos órgãos de segurança os contratos que efetua, da mesma maneira que é obrigado a exigir de todos os funcionários admitidos que tirem seus documentos no cartório...”



vezes preenchido à mão — no que se supõe ser a própria letra do docente a ser contratado — com o timbre “Universidade de São Paulo/ Departamento de Administração”, ou, então, “Universidade de São Paulo-Dados pessoais”. Nem mesmo os professores estrangeiros escapavam. E cópias desse material eram, então, distribuídas fartamente aos órgãos de segurança e a ministérios como o da Educação e do Trabalho. Quando o Dops localizava, em seus arquivos, informações sobre o docente, o informe era imediatamente anexado à ficha.

Mas a AESI não se limitou a interferir nos processos de contratação. Seus ofícios distribuíram à comunidade de informações panfletos, boletins, relatos sobre congressos e semanas de estudo e até mesmo pedaços de murais estudantis arrancados de algumas faculdades. O detalhamento de sua intervenção e dos canais de influência dentro da Instituição pode ser demonstrado em relatório sobre a V Semana de Estudos de Jornalismo da ECA, ocorrida em 1973. Não apenas a programação ou observações dos debates estão ali registrados: há até mesmo uma listagem nominal de todos os participantes vindos de outros Estados e seu local de origem.

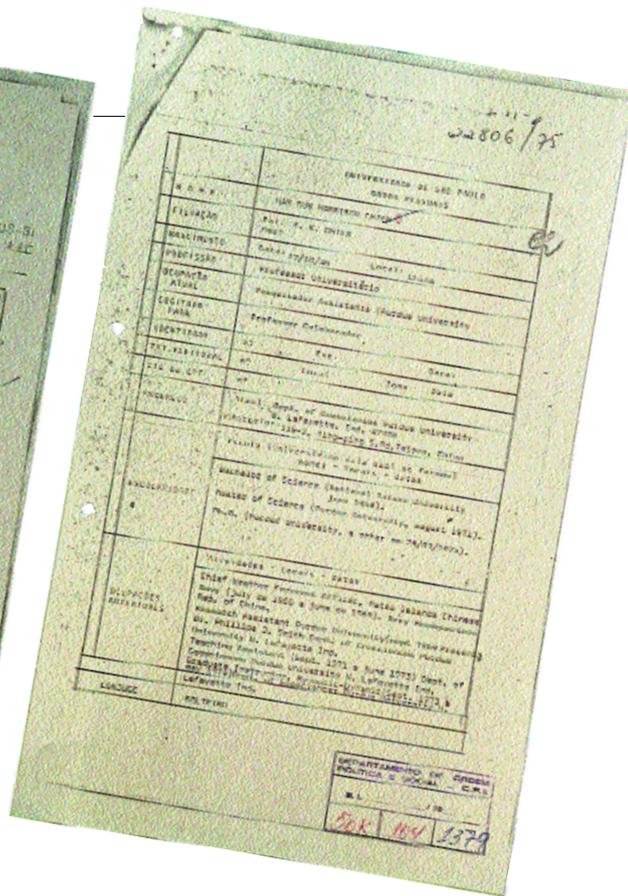
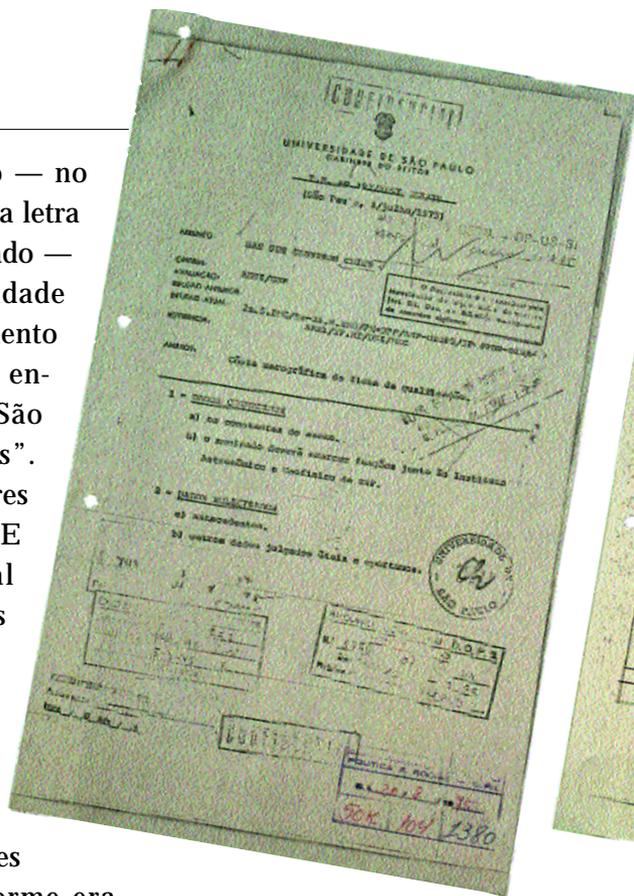
E a força de pressão de tal órgão perante diretores ou chefes de departamento também já não poderá ser oficialmente negada. Em 1973, por exemplo, documentos originários da AESI, que histo-

riam o planejamento e realização do II Encontro Nacional de Estudantes de Economia, são claros em registrar que “alertado por esta AESI, o diretor da FAU, Nestor Goulart Reis Filho, negou a cessão do auditório”. E mais: “também o diretor da FEA, Laerte de Almeida Moraes, igualmente alertado por esta AESI, vetou a realização do encontro”.

No mesmo ano, 1973, outro processo registra a intervenção da AESI em curso de férias sobre Dramaturgia, ministrado pelo professor Lauro César Muniz, na ECA. Como a bibliografia indicava, entre outras obras de apoio, “*Lógica da dialética*”, de H. Lefèvre, e “*Introdução à lógica dialética*”, iniciam-se os questionamentos, ao mesmo tempo que se registra o informe que Muniz participara, em 1968, de manifesto contra a censura. As explicações seguem o curso normal da burocracia, quando o

chefe do Departamento, Eduardo Peñuela Canizal, interpelado pelo diretor da ECA, “apresenta explicações prestadas por Muniz, em que detalha não terem sido utilizadas as obras referidas, as quais foram eliminadas da bibliografia no segundo semestre de 1973”.

Entre os muitos documentos de autoria da AESI nem mesmo a atual primeira dama, Ruth Cardoso, foi perdoada. Datado de fevereiro de 1976, um relatório informa que “Eunice Durham compõe, com Ruth Correa Leite Cardoso e Leôncio Rodrigues, também professores do Departamento de Ciências Sociais, grupo que lidera movimento esquerdista em toda a faculdade”. Segundo o informe, o grupo não teria atuação ostensiva, o que dificultava a caracterização da ação por ele desenvolvida. Para não deixar dúvidas, o informe segue com detalhado currículo de Eunice Durham.

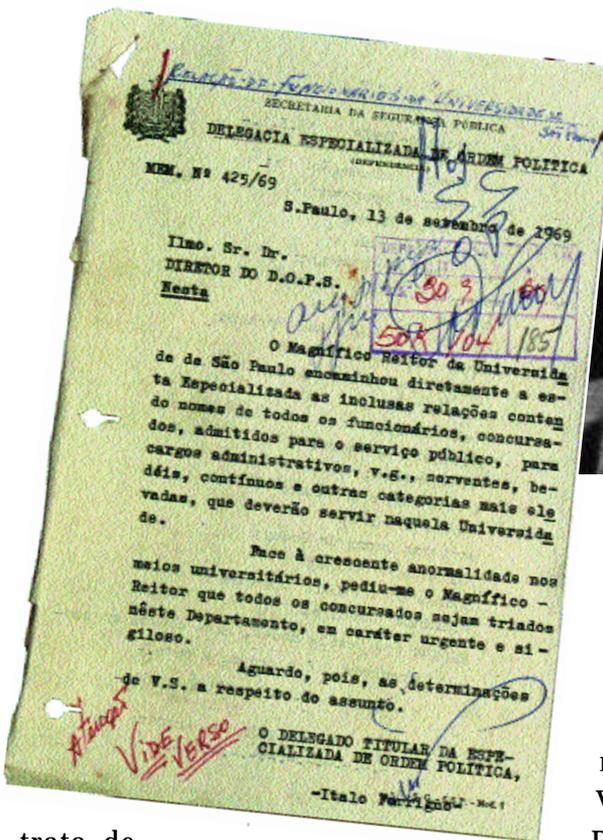


ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DO CAMPUS DA CAPITAL

Entre as muitas interrogações deixadas pelos arquivos do Dops encontra-se a dos silêncios em torno de alguns períodos e de algumas pessoas de conhecido comprometimento político que, estranha e aparentemente, parecem não ter sido monitoradas pela comunidade de informações. No caso da USP, também esta situação se repete.

Buscando a cronologia do acompanhamento dado à Universidade, do ano de 1955 pula-se para o ano de 1964 e, ainda assim, poucos serão os documentos referentes aos cinco anos seguintes. Em 1969, existirão alguns registros esparsos, novo vazio e, apenas a partir de 1973, a documentação voltará a ser farta, constante e diversificada, talvez pelo surgimento formal de um órgão de informações, vinculado à Reitoria.

Dos primeiros anos pós-64, poucas revelações. Apenas — em documento já bastante deteriorado e cuja leitura é prejudicada — o que parece ser a indicação do reitor Luiz Antonio Gama e Silva sobre quem representaria a USP nos acompanhamentos de aplicação dos atos institucionais: o professor Julio Mario Stamato, Secretário Geral da Universidade. Do que é possível se reproduzir do texto, pouco legível em algumas linhas, sabe-se que se



Luís Humberto/Abril Imagens



1964, relacionando 25 nomes, entre os quais Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Paul Singer, Mário Schemberg, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Villanova Artigas, Caio Prado Junior e José Serra.

Do mesmo período, permanece o registro de que caberia ao tenente coronel Ênio Pinheiro Santos — um dos organizadores do SNI — a condução do IPM do II Exército para apurar atividades subversivas na Faculdade de Medicina.

Mesmo com a parca documentação encontrada, os registros reforçam a tese de que a colaboração entre Reitoria e órgãos de segurança nunca deixou de ocorrer. Datado de 13 de setembro de 1969 — e portanto ainda no mesmo ano em que o vice-reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, fora cassado —, ofício assinado por Italo Ferrigno, delegado titular da Especializada de

trata de ofício onde o reitor apresenta ao Diretor de Ordem Política, Andréas Aranha, o professor Julio Stamato, “que se dirige a este Depto. a fim de cumprir missão determinada pela Comissão..... no âmbito desta Universidade, em cumprimento..... contidas no Ato Institucionalde abril de 1964, do governo federal, e no Decreto 43.217, de 16/4/1964, do governo estadual. A diligência que ele irá solicitar tem caráter urgente, tendo em vista a exigüidadeultimação do trabalho afeto”. Em resposta a esse ofício, designado como SG/198, surge informação remetida ao Gabinete do Reitor, pelo Serviço Secreto do Dops, em 3 de julho de

Ordem Polícia, encaminha ao Dops, em nome do reitor Alfredo Buzaid (foto ao lado do documento), a relação de todos os funcionários administrativos aprovados em concurso. A justificativa é clara: “face à crescente anormalidade nos meios universitários, pediu-me o reitor que todos os concursados sejam triados neste departamento, em caráter urgente e sigiloso”. Da longa lista, 19 nomes merecem reparos do Dops.

Uma das poucas mudanças de comportamento, em que parece haver a inversão das posições sobre quem estaria a exigir alguma coisa de outrem na estrutura de poder, registra-se em documento datado de março de 1973, quando o reitor Miguel Reale, já pressionado por várias manifestações em todos os campi da Universidade, encaminha ao Secretário da Segurança Pública pedido de informações, aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, a respeito da morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme (veja box). O que parece ser a resposta oficial encontra-se em documento sem nenhum timbre da Secretaria da Segurança Pública, como se fosse apenas um rascunho preliminar, onde é informada a versão oficial do órgão, divulgada à época. Alexandre teria sido preso por pertencer à ALN e, durante interrogatório, teria denunciado companheiros; acompanhado de policiais, teria indicado um “ponto” em movimentado cruzamento de São Paulo, onde teria tentado a fuga e, atropelado por um caminhão, viria a falecer em função das lesões provocadas pelo acidente. O corpo, não identificado, foi enterado 24 horas após a morte.



Neste ano de 98, homenageia-se Alexandre Vannucchi pelos 25 anos de sua morte. Estudante de geologia da USP, nos três anos que esteve na USP, no auge da repressão política (governo Médici), destacou-se como organizador do DCE e nas lutas pela reabertura das entidades estudantis. Denunciou torturas, os cárceres clandestinos e os assassinatos cometidos pelo regime militar

A partir de então, os registros passam a se multiplicar. Mas já não são originários apenas da própria Universidade. Os órgãos de informação registram rigorosa vigilância sobre o Campus da Cidade Universitária, em São Paulo, gerando três relatórios diários — pela manhã, tarde e noite —, durante anos, sobre o que ocorre de mais significativo em cada uma das faculdades. Há observações — naturalmente a partir da ótica de quem os produz — de aulas, palestras, conferências, assembleias estudantis, quase que caracterizando uma rotina que nunca se altera.

Em meio a este material, entretanto, persistem as denúncias de que a Universidade transformou-se numa central de comunistas. Misturaram-se denúncias de todos os tipos. Documento datado de maio de 1974, aparentemente anônimo — em seu teor, o denunciante afirma ser professor da própria USP, vinculado ao Departamento de Matemática e Estatística, onde exercia atividades há 22 anos —, insiste na tese. E denuncia, por exemplo, Elza Furtado Gomes, Chaim Honig, Carlos Benjamin Lyra, Jacob Zimberg Sobrinho e Trajano Couto Machado, do Instituto de Matemática, como “esquerdistas indisfarçados”, che-

gando até mesmo a pedir ao Dops que “possa averiguar a pessoa de Waldyr Muniz Oliva, entre outros”.

É do mesmo ano relatório do II Exército, que demonstra claramente a síndrome de caça aos comunistas ainda viva: indica que, depois de conferência realizada na Faculdade de Ciências Sociais pelos professores Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, foi possível constatar que um dos livros de Florestan estaria para ser adotado pela Universidade. Motivo suficiente para a reclamação formal: “estes fatos, bem como as greves ou ameaças de greve, têm sobrecarregado o Serviço de Informações do II Exército que se vê na contingência de, freqüentemente, intervir diretamente no problema, porque o sistema de segurança e informações do MEC em São Paulo vem deixando muito a desejar”.

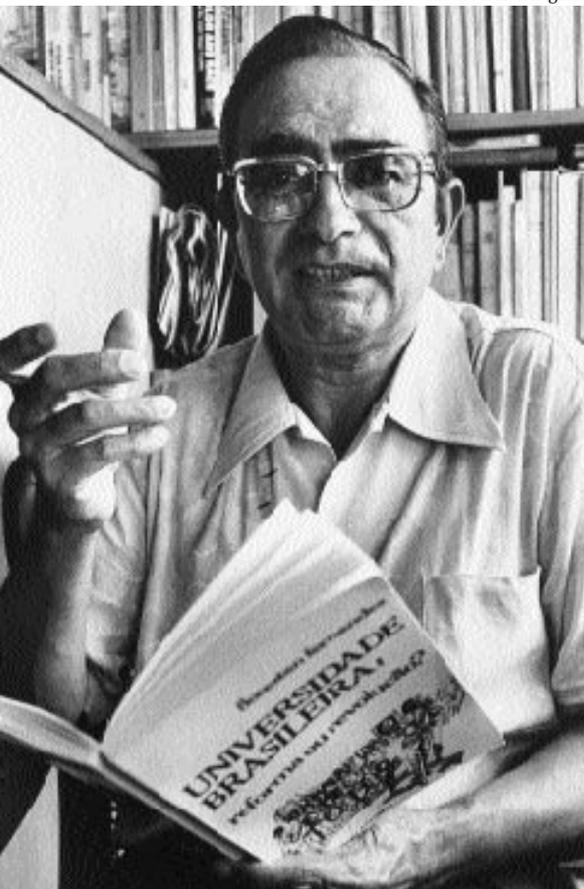
Já extenso relatório do Centro de Informações do Exército, de maio de 1977, assinado pelo general Antonio Silva Campos, chefe do órgão, numa ampla exposição de mais de 40 laudas a respeito da situação do Partido Comunista Brasileiro no Estado de São Paulo, acaba por também concluir que “a USP se constitui, hoje, no principal foco de comunização do país”.

FLORESTAN E SCHEMBERG FORAM CONSTANTEMENTE VIGIADOS

Entre os muitos intelectuais que ocuparam significativamente o tempo e o esforço dos órgãos de segurança, destacam-se, no quadro da USP, o sociólogo Florestan Fernandes (foto abaixo) e o físico Mário Schemberg (foto à direita).

Florestan, que em sua ficha de qualificação é definido como sociólogo e professor universitário, tem um primeiro registro sobre

Carlos Namba/Abril Imagens



sua vida política datado de 1945, quando, segundo o Dops, pertenceu ao diretório provisório do partido Coligação Democrática Radical. Ao longo dos anos, sua trajetória seria acompanhada com detalhes, que cresceriam de frequência a partir da década de 60. Em 1961, as observações indicam que Florestan integrou a comissão paulista patrocinadora da coleta de assinatura pelo registro do PCB e, em maio de 1964, a Divisão de Informações da Delegacia de Ordem Política assim o define: “marxista ao extremo e declaradamente comunista; como titular da cátedra de Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP montou esquema para evitar que sua cátedra fosse ocupada por professores anticomunistas. Dotado de ambição sem limites, desleal, despatriado, amoral e revolto com sua origem humilde (filho de lavadeira)...”.

Em setembro do mesmo ano, IPM é instalado para averiguar a situação da FFCL, no qual se registra, por exemplo, a acusação do professor Ricardo Roman Blanco, no sentido de denunciar que “Florestan é tão virulento quanto Mário Schemberg, sendo suas aulas autêntica doutrinação marxista”. Indiciado pela Justiça

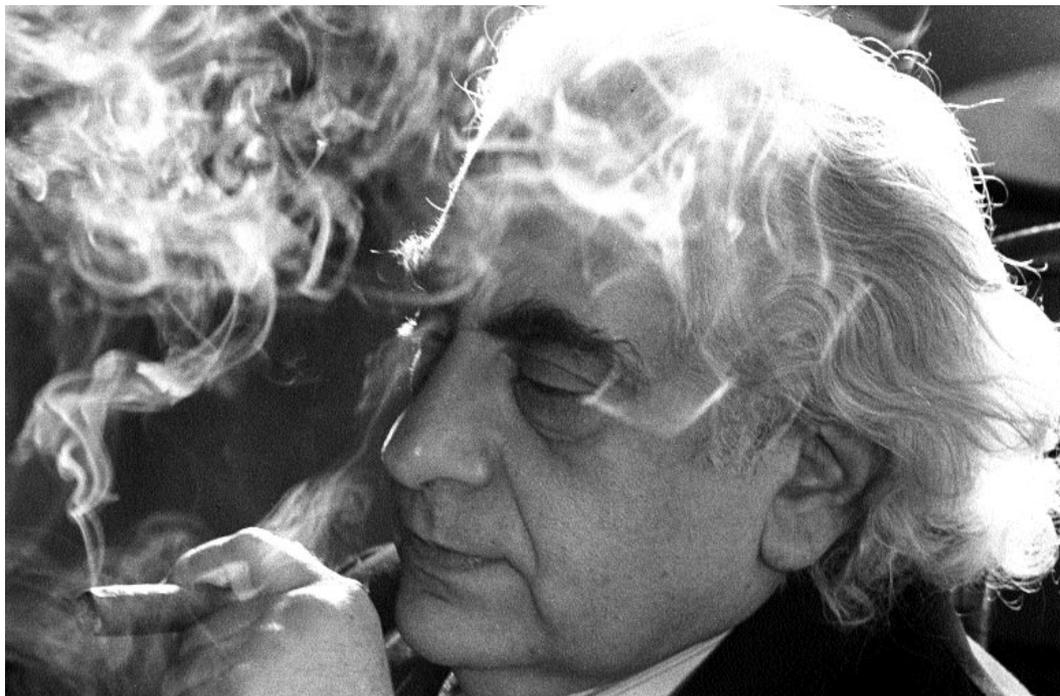
Militar, o sociólogo tem sua prisão preventiva decretada, mas quando isto ocorre já embarcara para os Estados Unidos. Mesmo ali, suas atividades continuam sendo acompanhadas, com registros sobre os locais onde ministrava suas aulas e residia. As anotações prosseguem pelo ano de 1968, quando a ele se imputa a declaração de que o regime se caracterizaria como “uma ditadura militar” e teria, então, “conclamado os estudantes a irem às ruas”.

Passados os anos, e já cassado pelo AI-5, Florestan continua a ser monitorado com regularidade. Suas palestras, conferências, aulas e debates públicos estão devidamente anotados e suas idéias registradas. A maior preocupação parece se concentrar em 1975, quando Florestan ministra, no Departamento de Ciências Sociais da USP, um curso sobre Revolução Socialista em Cuba. Embora, segundo o próprio Dops, o curso tivesse duração de cerca de 3 meses, todas as aulas foram acompanhadas e seu conteúdo sintetizado em relatórios, um a um. Sobre a primeira aula, por exemplo, o investigador informa que o tema tratado foi “o domínio norte-americano sobre Cuba, desde o fim do século XIX até

1932, devendo nas próximas aulas se chegar até os dias atuais”. Segundo a opinião do investigador do Dops, Florestan enfatizou “os malefícios da dominação”.

Mas se os registros sobre Florestan realmente priorizam seus atos e atitudes como professor e intelectual, a preocupação com Mário Schemberg teve uma caracterização política muito mais definida. Como candidato e militante do PCB, Schemberg chega a ter uma série inteira do Dops dedicada exclusivamente ao arquivamento de parte de sua vida, com nada menos que 448 documentos sequenciais ali colocados — o que não afasta a existência de outros documentos, em outras áreas do arquivo.

O primeiro registro data de 1944, em função de conferência por ele proferida, na própria USP, sobre “Civilização e cultura americanas”. A partir de então, o Serviço Secreto da Delegacia de Ordem Política estaria constantemente acompanhando seus pronunciamentos e especialmente atividades que, como físico, iriam levá-lo a tomar posicionamentos públicos sobre a política de energia nuclear. Preso em 1948, o Dops mistura entre sua documentação bilhete escrito pela esposa, Julieta Guerrini, onde ela, a lápis, pergunta-lhe: “se essa superdotada força para guardar vocês – 5 canhões, 10 parabelinos, 20 metralhadoras – não constitui violência”. Julieta ainda informa que trouxera laranjas para ele e que iria se esforçar para que Schemberg não ficasse tão abandonado na prisão.



Especificamente no que se refere a atividades acadêmicas, embora os documentos originários da USP que registrem o fato não sejam encontrados no Dops, documentos de outras origens e até mesmo recortes de jornais relacionam o pedido de demissão de Schemberg, em 1956, do cargo de diretor do Departamento de Física da FFCL, em “função da falta de verbas e dos entraves para o desenvolvimento das pesquisas”. Em 1965, registra-se a indignação dos presentes à solenidade de formatura da FFCL — turma de 1964 — quando a mensagem encaminhada por Schemberg é proibida de ser lida pelo então diretor da unidade, professor Mário Ferri. Já àquela oportunidade, o representante dos formandos denunciava, em seu discurso, “o terrorismo cultural que se instala na Universidade, vitimando professores, como Mário Schemberg”.

Ainda de 1965, as manchetes de jornais — devidamente arqui-

vadas — dão destaque a seu indiciamento no IPM que se desenvolve sobre subversão também na FFCL e que já atingira Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e João Cruz Costa. Embora nada tenha sido encontrado que possa se caracterizar como o próprio conteúdo do IPM, os arquivos mantêm documentos que falam sobre a indignação de cientistas e intelectuais pelo fato de Schemberg, o único latino-americano convidado a participar da Conferência Internacional sobre Partículas Elementares, ter sido impedido de viajar ao Japão.

O último registro que lhe é feito, vinculando-o a atividades acadêmicas, data de agosto de 1968, quando Schemberg pede demissão do Departamento de Física da USP como forma de protestar contra o tratamento que vinha sendo dado pela Instituição ao também físico César Lattes, que se transfere para a Unicamp.

CAIXA DE SURPRESAS

Qualquer análise que se pretenda fazer de um passado recente do país, a partir da documentação existente nas 15 toneladas de papel que compõem os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, hoje abertos ao público, esbarrará em limites claros e definidos. Cobrindo os anos de atuação do órgão, de 1924 a 1983, ali se concentram 150 mil prontuários, mais de 1 milhão e 300 mil fichas remissivas, milhares de pastas.

Mesmo transferido atualmente para instalações mais adequadas, depois de permanecer durante anos em espaços onde a umidade e o risco de deterioração eram constantes, o Arquivo permanece como um mundo desconhecido, inclusive para aqueles que o manuseiam. Dos primeiros técnicos que puderam buscar a lógica de sua documentação, poucos restaram para dar continuidade ao trabalho, já que sua situação funcional sempre foi precária e dependente da contratação de outros órgãos que não a própria Secretaria de Cultura do Estado. Hoje, grande parte do atendimento ao público é feita por estagiários, que sequer têm noção do material que estão manuseando, e muito menos algum tipo de capacitação específica que oriente o pesquisador nos

caminhos que lhe permitam encontrar o assunto de seu interesse. Grupos de pesquisa da USP e da Unesp vêm buscando, entretanto, desvendar o significado do código alfanumérico que define a lógica arquivística dos documentos.

Nenhum processo de informatização ainda foi estendido aos milhões de documentos ali catalogados. Há apenas um sistema rudimentar de fichas remissivas, a partir do nome de pessoas ou entidades, ainda datilografadas em velhas máquinas manuais de décadas passadas. Ocorre, entretanto, que tais referências deixam vazios imensos, escondendo, na maioria dos casos, o que de mais rico e inédito existe nos arquivos. Quem se contentar em buscar apenas os documentos indicados nessas fichas iniciais de consulta, certamente se decepcionará pela pobreza dos relatos que irá localizar.

O mapeamento ainda é precário, sem sistematização adequada. Assim, há séries e dossiês já bastante manuseados, atraindo maior atenção documentos sobre o movimento estudantil, laudos necroscópicos daqueles que foram mortos durante a luta armada ou por torturas, interrogatórios de presos políticos, publicações apreendidas, acompanhamento de partidos clandestinos, entre outros. Mas os documentos, muitas vezes duplicados em diferen-

tes pastas, passam a obter significados diversos, se confrontados com aquilo que os antecede ou sucede. Portanto, sua análise pode ser alterada dependendo inclusive do local de seu arquivamento.

Grande parte dos documentos relativos à Universidade de São Paulo, no que se refere à troca de informações e colaboração institucional entre Reitoria e órgãos de segurança, encontra-se arquivada na série 50-K-104, que possui 29 pastas, com cerca de 3.500 documentos e 8 mil páginas. Mas relatos dos mais significativos foram localizados em pastas de séries completamente distantes e desvinculadas de movimentos estudantis, educacionais ou universitários.

Em qualquer processo de recuperação de novas versões para a história, a partir do que seja pesquisado naqueles arquivos, há que se considerar, ainda, a própria duvidade do conteúdo da documentação. Análises oficiais de órgãos como o Ministério da Marinha ou da Aeronáutica misturam-se a relatos qualificados pelos órgãos de segurança até mesmo como “informe duvidoso”, gerado por “fonte nem sempre idônea.” Assim, se de um lado é possível se surpreender, especialmente no que se refere aos anos da luta armada, com documentos inéditos de análise de conjuntura ali existentes, há que se rir

da imaginação e da limitação intelectual de grande parte dos informes aceitos e referenciados para análise posterior de toda a comunidade de informações, já que a distribuição da maioria deles se fazia em âmbito nacional.

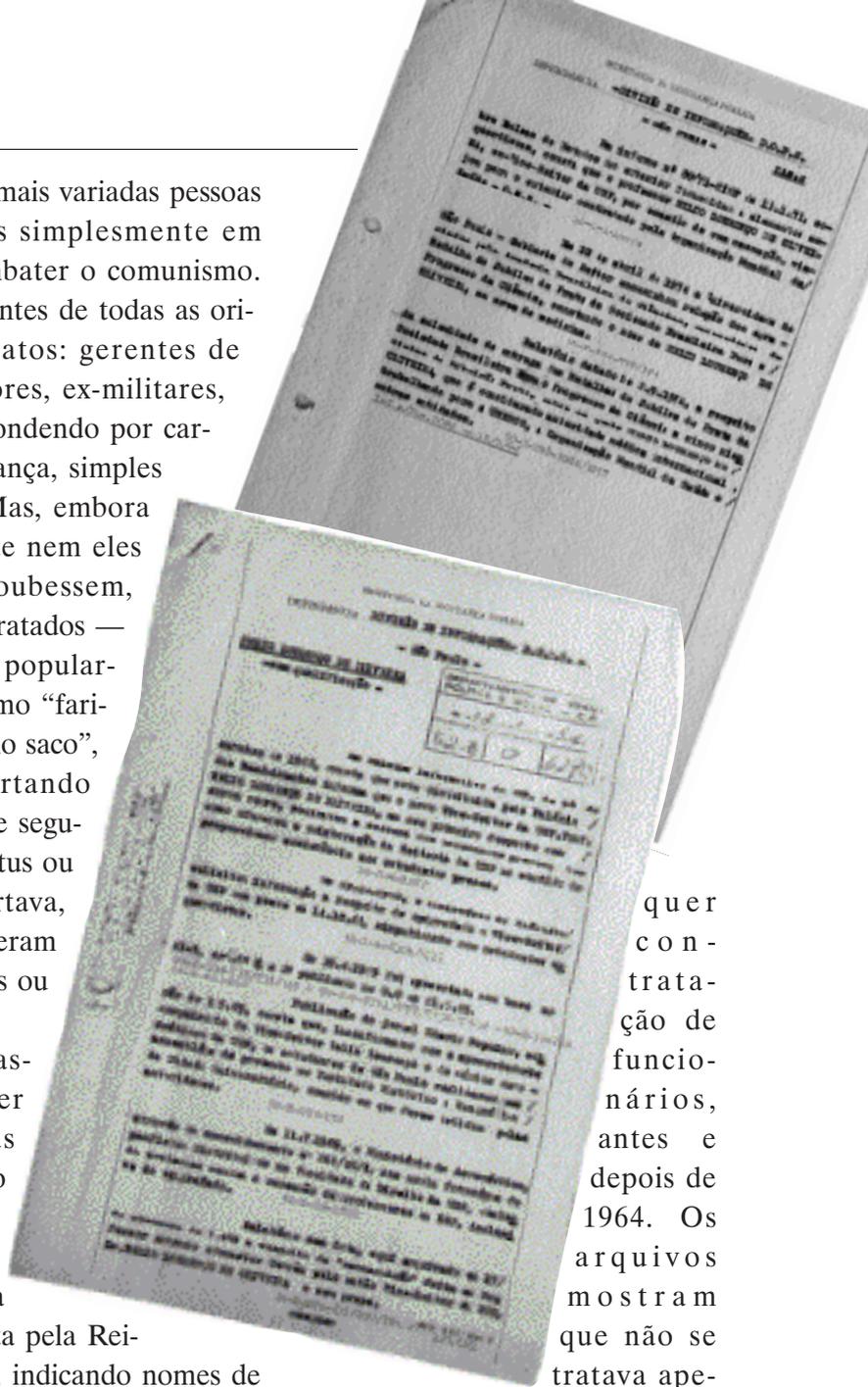
O mais grave, neste quadro, era a absoluta consciência que os próprios órgãos de segurança possuíam quanto à fragilidade de seus sistemas de informações. Exemplo típico que mostra a extensão do problema pode ser encontrado na qualificação de Luiz Francisco Santos, informante profissional, caracterizado nos documentos oficiais como a serviço de vários países, infiltrado junto à União dos Portuários de Santos, em 1965. Sua ficha, que relaciona telefone, endereço, local para recados, acrescenta que o cidadão mantinha, em Niterói, um orfanato para moças de quem tiraria proveito. Quase 20 anos depois, as práticas eram as mesmas: um bilhete à mão, endereçado ao então diretor do Dops, Romeu Tuma, acompanhando uma análise política sobre o Chile, informa pura e simplesmente que “o signatário deste documento é um vigarista; não tem qualquer conhecimento de organizações esquerdistas”. Apesar do alerta, o material merece o mesmo tratamento arquivístico de tantos outros documentos oficiais.

A outra face dessa incursão mais ampla pelos documentos do arquivo é a possibilidade efetiva de detectar a identidade de numerosos informantes e investigadores dos órgãos de segurança, assim como deparar com declarações feitas — aparentemente — por vontade

própria, das mais variadas pessoas interessadas simplesmente em também combater o comunismo. Há simpatizantes de todas as origens e formatos: gerentes de banco, pastores, ex-militares, pessoas respondendo por cargos de confiança, simples escroques. Mas, embora possivelmente nem eles mesmos o soubessem, eram todos tratados — como se diz popularmente — como “farinha do mesmo saco”, pouco importando aos órgãos de segurança seu status ou título. Importava, apenas, que eram colaboradores ou informantes.

Mesmo assim, qualquer uma dessas denúncias, o que inclui t a m b é m qualquer uma que fosse feita pela Reitoria da USP, indicando nomes de possíveis comunistas, não se restringia aos órgãos policiais de São Paulo, mas seria distribuída, imediatamente, aos serviços de informação dos Ministérios do Exército, da Marinha, da Aeronáutica; ao Ministério do Trabalho, ao MEC, Departamento de Polícia Federal, e, após 64, ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

Este tipo de rede de informações fica muito caracterizada pela prática de consultas mantidas entre instituições públicas antes de qual-



quer
con-
trata-
ção de
funcio-
nários,
antes e
depois de
1964. Os
arquivos
mostram
que não se
tratava ape-

nas da USP e da justificativa muitas vezes apresentada de uma alegada exigência do governo militar, que poderia impor tal conduta. Até mesmo concursos públicos, em instituições como delegacias do Ministério do Trabalho e o CPqD (órgão vinculado à Telebrás), estiveram sujeitos aos humores do Dops para que seus resultados fossem referendados, na década de 50, 60, 70 ou até mesmo, como comprovam alguns dos últimos documentos do arquivos, datados de 1982. **RA**



DESAFIOS TECNOLÓGICOS E AS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE

Júlio Pudles

Neste fim de século, os grandes centros de criação do conhecimento (universidades) estão atravessando múltiplas crises, a meu ver, extremamente saudáveis, por estarem estimulando debates e toda uma reflexão sobre o que deverá ser o ensino superior no próximo século. É importante salientar que, na sua maioria, os debates mais vivos e as mais profundas reflexões sobre qual forma de conhecimento deverá ser transmitida ao estudante estão sendo, em particular, realizados nos países anglo-saxões (EUA e Grã-Bretanha).

Um breve retrospecto das importantes transformações ocorridas na Universidade nesses três últimos séculos facilitará a compreensão do que está ocorrendo nos dias de hoje.

Até quase o final do século XVIII, o ensino universitário restringia-se à teologia (filosofia), medicina e direito. Podemos considerar que a grande mutação para o que denominamos “a era moderna do ensino e da sociedade”, inicia a partir da descoberta da lei da gravitação universal por Isaac Newton e da influência do iluminismo (filosofia das luzes), da qual Kant, Diderot, Voltaire, Montesquieu, Adam Smith e outros foram os maiores expoentes. Essa corrente filosófica não somente enfatizou a importância da ciência como também procurou estender o domínio da razão. O iluminismo tinha como objetivo não só incentivar um maior conhecimento do mundo físico, mas também fornecer aos homens e mulheres os instrumentos necessários que lhes permitissem interpretar a moral e a política por intermédio da investigação racional. Em grande parte, essas ambições foram realizadas, e as idéias desses filósofos permitiram modificar a visão que se tinha do mundo, deixando como herança a modernidade da civilização ocidental.

Até o fim da segunda guerra mundial, existiam duas maneiras de definir a função da Universidade. Nos países anglo-saxões e latinos prevalecia a proposta formulada pelo Cardeal John Newman (fundador da Universidade Católica de Dublin): “as Universidades teriam como objetivo a procura da verdade, não tendo de se envolver com as necessidades e problemas cotidianos da humanidade ou da sociedade. Ela seria o local privilegiado do conhecimento e das ciên-

cias, da investigação e da descoberta, da experimentação e da especulação” (*The Economist*, supl. “A survey of universities,” 4/10/1997).

Na Alemanha, desde o começo do século passado prevalecia a definição de von Humboldt (criador da Universidade de Berlim), para quem “a Universidade ideal seria aquela capaz de integrar o ensino e a pesquisa científica”.

Essas duas definições são semelhantes à medida que apresentam a academia essencialmente como “torre de marfim”, e deixam de representar a realidade do que está ocorrendo no seio do mundo acadêmico, e essa é uma das razões da crise e dos debates atuais sobre a função reservada à Universidade do século XXI.

A crise da Universidade

Crise de origem interna: debate entre duas correntes de pensamento, uma, herdeira da filosofia racionalista (iluminista) e outra, denominada pós-modernista. A primeira defende o universalismo do conhecimento e considera que todas as idéias devem ser submetidas ao questionamento e à explicação científica. Só desta maneira a humanidade poderá libertar-se das superstições e do irracionalismo. A segunda corrente de pensamento, à qual estão ligados os movimentos pós-modernistas, cujos precursores foram os movimentos pós-estruturalistas, admite que o racionalismo chegou a um impasse e que a ciência não é mais capaz de resolver todos os problemas da humanidade (saúde, economia, política, moral, controle da natureza, etc.).

Esses movimentos criticam o excesso de racionalismo (cientismo), que deu à humanidade a ilusão de que tudo poderia ser resolvido através da ciência, quando na verdade vivemos em uma era de incerteza. Eles dão ênfase ao que está ligado aos movimentos e particularismos locais (respeito a tradições nacionais, costumes, dialetos) e contra o excesso de desenvolvimento tecnológico (movimentos ecologistas, medicina alternativa, etc). Esse aspecto da crise alimenta-se do questionamento sobre a natureza do conhecimento e o papel da ciência e tecnologia em contribuir para o bem da humanidade sem danificar de maneira preju-

dicial o ecossistema global. Portanto, denota uma perda de confiança em uma série de convicções que foram a base da idéia clássica de Universidade — as quais estavam agrupadas em torno das idéias da razão, do conhecimento, progresso, universalismo, e “Enlightenment”.

Vale a pena notar que a falência dos regimes “marxistas”, que se consideravam “racionalistas e universalistas”, teve um efeito desastroso sobre parte da elite de um grande número de países do Terceiro Mundo e mesmo nos países desenvolvidos, os quais, na falta de alternativas, permitiram ou apoiaram a progressão de movimentos religiosos tradicionalistas, ultranacionalismos, misticismos exacerbados e seitas obscurantistas.

Crise de origem externa: existem duas forças importantes que estão por trás dessas transformações dos objetivos (finalidades) e da própria imagem da Universidade: uma de natureza intelectual e outra de natureza política.

A primeira força de transformação está ligada ao triunfo das ciências experimentais durante este século. Esse sucesso da ciência e, portanto, da Universidade, em particular após a 2ª Guerra Mundial, está ligado ao fato de que os trabalhos científicos realizados nas universidades, principalmente nas áreas da física e da química, foram cruciais para a vitória das forças aliadas. Essa contribuição da ciência persuadiu os governos, na maioria dos países desenvolvidos, de investir em ciência, sendo a Universidade a primeira a ser inteiramente apoiada. Naturalmente, com essa avalanche de financiamento público vieram, e se acentuam cada vez mais, as exigências de maior rigidez na prestação de contas além de uma diminuição da autonomia intelectual.

No seio da Universidade existem duas diferentes interpretações da intromissão política. A primeira justifica a advertência dos acadêmicos “tradicionalistas” sobre a presença do “cavalo de Tróia”. Tendo aceitado o enorme financiamento dado pelo governo (a partir de impostos que a sociedade foi obrigada a pagar), a universidade encontra-se presa às injunções do Estado.

Para evitar pressão política, assim como a incompreensão dos políticos sobre a pesquisa fundamental, alguns centros universitários estão procurando diversificar as fontes de financiamento à pesquisa, como o

MIT, que já consegue 20% do seu financiamento através da indústria.

Um aspecto paradoxal da existência dessas fontes de financiamento extra-governamentais é o que ocorreu na Universidade de Cambridge (Grã-Bretanha), envolvendo um pedido de verba para a criação de um centro de pesquisa na área da ciência da computação. A resposta seria favorável, se as pesquisas desse centro fossem direcionadas para fins aplicados ao desenvolvimento econômico. Essa ingerência do governo no direcionamento da pesquisa foi recusada pelo investigador principal do futuro centro, que acabou recebendo uma doação de 80 milhões de dólares de Bill Gates (presidente da Microsoft) para criar um centro de ciência da computação da Microsoft associado à Universidade de Cambridge, com liberdade total na escolha de seus temas para pesquisa!

Um outro exemplo: George Soros, considerado “o maior especulador financeiro do mundo”, já doou 500 milhões de dólares para que a ciência fundamental na Rússia não venha a desaparecer. Até parece que estamos retornando ao período da Renascença, e aqueles que quiserem realizar pesquisa fundamental terão de ser mantidos por patronos.

A outra interpretação do papel da ciência na Universidade considera que nem o governo, nem os políticos, nem a Universidade são responsáveis por essa situação “nebulosa” da investigação científica no meio universitário e se interroga qual deve ser o seu direcionamento no próximo século. Segundo essa corrente de pensamento, a atual pesquisa de vanguarda não se processa no interior de uma mesma disciplina, mas, resolvendo problemas complexos que dependem de várias disciplinas. Em consequência, constatam que a ciência acadêmica tradicional está passando por uma revolução cultural e sendo substituída por uma ciência “pós-acadêmica” (Ziman, J: “Is Science Loosing Objectivity?” *Nature*, 382, 751-754, 1996), também denominada “mode 2” (Gibbons, M. et al. *The New Productions of Knowledge: The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*, Sage, London, 1994). Esses autores sugerem que a ciência “pós-acadêmica” ou “mode 2” terá como objetivo abordar projetos multidisciplinares específicos, possuindo interesses econômicos, e que se-

rão desenvolvidos conjuntamente por pesquisadores vindos de companhias industriais, de laboratórios do governo e das universidades. “Esse modo de produção do conhecimento não será dirigido para produzir conhecimento pelo conhecimento, mas, resolver problemas específicos.” Como exemplo, são citadas as recentes experiências realizadas em novas universidades da França e do Japão, onde as investigações estão sendo conduzidas através de uma rede de instituições peri-universitárias — institutos de pesquisas, consultorias e pequenas empresas instaladas no campus ou fora dele, organizadas transitoriamente para o desenvolvimento de projetos específicos.

Nesse tipo de ambiente de pesquisa, a Universidade precisa aceitar que existem competências fora do seu âmbito e que ela não é mais a monopolizadora do conhecimento. Esse processo centrífugo está acontecendo em todos os centros acadêmicos de pesquisa, mesmo os de alto prestígio científico, onde os investigadores estão criando conexões e interações extramurais. Esse fenômeno vem se amplificando com a introdução da Internet. O resultado dessas relações extramurais tem provocado uma diminuição da ligação do acadêmico com a sua instituição. Além disso, um grande número de empresas ou associações profissionais possuidoras de grande “know-how” está criando seus próprios centros de ensino superior ou organizando simpósios e cursos de reciclagem com novos conhecimentos. Por conseguinte, na “periferia” da Universidade tradicional estão sendo formadas novos centros de “ensino superior”, que a publicação *The Economist* (suplemento: “A Survey of Universities”, 4/10/97, pp. 1-22) denomina “the core and the cloud”, criadores de conhecimento operacional.

Contrastando com essa visão dirigista da investigação

científica, em dois editoriais da revista *Science* (“Basic Research(1)”, “Basic Research(2): Organization”, 259, 291 e 579, 1993), Koshland, D. Jr. comenta: “A ciência básica pode ser considerada um jogo de roleta cujas chances de sucesso são poucas, porém, quando se acerta no número os rendimentos são enormes. Ou então, a ciência aplicada é um jogo em números pretos ou vermelhos, cuja chance de ganhar é maior, todavia, os rendimentos são significativamente menores”. (...) - “A diferença entre pesquisa básica e a aplicada encontra-se na abrangência de suas aplicações, na escala de tempo para obtenção esperada de rendimentos econômicos e na possibilidade de predição dos resultados”. (...) “A pesquisa básica trouxe o raio-X, a penicilina, a vacina contra a poliomielite, os computadores, a revolução verde, o DNA recombinante, etc. A pesquisa aplicada aproveitou os resultados da ciência básica e desenvolveu as vacinas, rádios, televisão, etc”. (...) “Portanto, o debate entre as duas maneiras de realizar ciência deveria ser formulado em termos de pesquisa revolucionária (básica) e pesquisa evolucionária (aplicada)”. (...) “Se concluirmos que a pesquisa básica e a aplicada são

necessárias para a melhoria da qualidade de vida em um país desenvolvido, é evidente que inevitavelmente devem aparecer as questões de prioridades, de nível de investimentos e de organização. Em cada um desses níveis é necessário que seja desenvolvida uma relação simbiótica entre as estruturas políticas e as científicas, a fim de obter o máximo de benefícios com o mínimo de atrito”.

A segunda força de transformação da Universidade está ligada à ascensão da democracia, tendo como corolário a exigência de um ensino de massa.

Durante séculos a Universidade ficou inteiramente reservada para uma pequena

***A Universidade precisa
aceitar que existem
competências fora do seu
âmbito e que ela não é mais
a monopolizadora do
conhecimento. Esse
processo centrífugo está
acontecendo em todos os
centros acadêmicos de
pesquisa, mesmo os de alto
prestígio científico, onde os
investigadores estão
criando conexões e
interações extramurais.***

elite. Porém, nesses últimos vinte anos o afluxo de estudantes ao ensino superior, em quase todos os países desenvolvidos, tem sido espetacular. Nesses países, os estudantes estão conscientes da importância de adquirir um diploma universitário de prestígio. A competição para obtenção de um emprego é tão acirrada, que os “empregadores” dão preferência àqueles que possuem um diploma de Universidade de renome.

Mudanças no perfil da Universidade

Podemos dizer que no século XX ciência e democracia foram as mais poderosas forças que deram forma à Universidade que conhecemos (*The Economist*, *ibid*, 1997). Porém, quase no fim deste século o perfil da Universidade tem se modificado de uma maneira significativa. Ela não é somente uma criadora de conhecimentos, formadora de jovens ou transmissora de cultura; é também considerada um dos maiores agentes de crescimento econômico. Nos dias de hoje, os governos consideram as universidades como laboratórios de pesquisa e desenvolvimento da nação e a instituição responsável pelo aumento do “capital humano”, que permite a um país obter melhores condições de competir na economia global.

Essa maneira de pensar, tomando conta dos organismos políticos e sua conseqüente influência sobre a Universidade, faz com que ela seja cada vez mais obrigada a se distanciar de suas origens como “sanatório do conhecimento” e a se tornar parte do sistema nacional de inovação” ou uma “incubadora de idéias” para novas empresas em uma sociedade dominada pela tecnologia. Por exemplo, o último relatório sobre a ciência que o Presidente Clinton apresentou ao Congresso dos EUA foi pleno de elogios no que diz respeito à “necessidade de ser estimulada a curiosidade inata dos cientistas”. Porém, logo após, justifica esse interesse dando a lista de descobertas de caráter puramente fundamental que se transformaram em sucessos comerciais. Provavel-

mente, devido a esse fato, o Congresso Americano aprovou um aumento de 40 bilhões de dólares no orçamento da educação tendo como finalidade auxiliar os estudantes a ingressar no ensino superior.

Apesar de ser o país que mais avançou no ensino superior de massa, apenas 50 Universidades dos Estados Unidos constituem a elite responsável pelas descobertas científicas mais espetaculares. Isto se deve ao fato de que elas são capazes de atrair os melhores estudantes entre os milhões que estão seguindo os cursos de terceiro grau por todo o país. Além disso, uma outra razão desse sucesso é a sua inteira autonomia curricular e financeira, podendo competir entre si em nível de salário e de facilidades. Todavia, nas universidades de vanguarda em pesquisa, o custo necessário para a formação de um jovem é tão alto, que economicamente está sendo impossível aos organismos públicos manterem, ao mesmo tempo, um ensino superior de massa associado à pesquisa que ofereça qualidade.

O professor Eli M. Noam (“Electronics and the Dim Future of the University”, *Science* n. 270, pp. 247-249, 1995; trad. *Revista Adusp*, n. 9, pp. 47-51, 1997) calculou que nas Universidades de elite o custo de hora/aula por estudante é de US\$ 50. Devido a esse alto custo, junto com a massificação do ensino superior, os governos se encontram na impossibili-

dade de manter o mesmo ritmo de crescimento de financiamento por estudante registrado na década de 70. Na Grã-Bretanha, entre 1970 e 1995, o número de estudantes inscritos em cursos superiores aumentou mais de 40%, ao mesmo tempo em que a contribuição dos organismos públicos por estudante diminuiu quase 50%; na França, o número de estudantes inscritos em cursos de terceiro grau entre 1980 e 1995 passou de um milhão para dois milhões.

Para atender a essa massificação, além da necessidade de diversificar o ensino e principalmente diminuir o seu custo, a saída seria a criação de centros direcionados ao ensino vocacional. Todavia, a experiên-



cia tem demonstrado que é extremamente difícil criar esses centros, contratando professores que possuam uma formação acadêmica e ao mesmo tempo impedindo-os de realizar investigações científicas. Qualquer professor de ensino superior que possua um bom nível e ambições acadêmicas dificilmente apreciará ser considerado um acadêmico de segunda classe por estar confinado a uma instituição de ensino apenas.

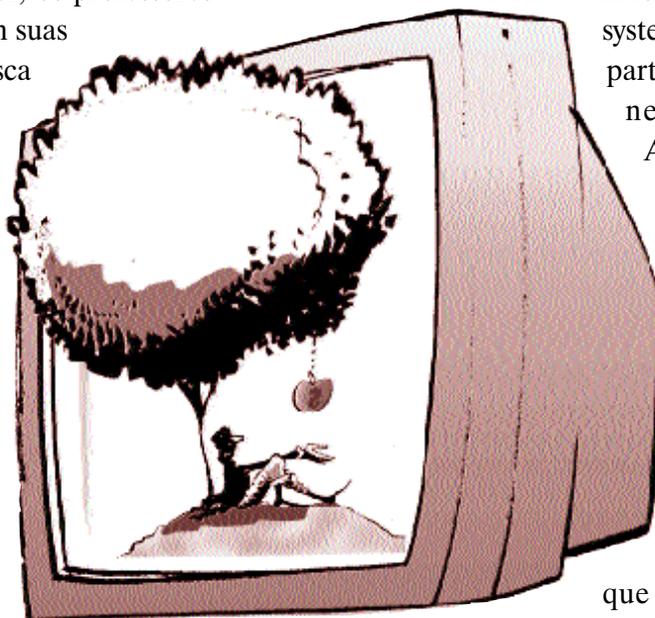
Ultimamente, nos EUA, as famílias de estudantes inscritos em cursos superiores têm criticado muito o forte aumento das taxas universitárias (aumento significativamente maior do que a taxa de inflação); além disso, consideram que houve uma grande baixa na qualidade do ensino. A seu ver, os professores

estão interessados somente em suas pesquisas científicas e na busca de prestígio pessoal; portanto, dão menos prioridade ao ensino de graduação. Essas críticas, associadas aos cortes nos orçamentos das universidades, têm criado um mal-estar nas administrações universitárias e, como consequência, foram formadas comissões com a finalidade de procurar soluções para melhorar a qualidade do ensino.

Em recente editorial da revista *Science* ("Evolution of Higher Education": pp. 277 e 747, 1997), P. Abelson analisa o relatório da comissão Kellogg (constituída por antigos presidentes de "State and Land-Grant Universities"). Entre as várias recomendações apresentadas para a melhoria do ensino superior, as mais importantes foram: a) o status quo do ensino não pode mais ser mantido, sendo necessário mais dedicação ao ensino (comenta-se que essa proposta tem encontrado orelhas surdas, principalmente ao nível dos departamentos); b) a grande rigidez e autonomia das estruturas departamentais são os fatores que dificultam a interação com outras disciplinas, têm sido um empecilho à renovação do ensino e formação dos jovens para o século XXI; c) as melhores oportunidades de desenvolvimento intelectual e profissional encontram-se nas áreas multidisciplinares.

A comissão Kellogg também discutiu o importante papel que a Internet tem tido para a melhoria de um ensino de massa de qualidade e de baixo custo financeiro: "Graças ao ensino pelo Internet, as instituições de ensino superior tradicionais estão sendo obrigadas a competir com uma enorme variedade de vendedores educacionais que oferecem cursos pós-secundários, treinamento, diplomas, etc. Algumas universidades estão se adiantando na utilização dos meios eletrônicos, como a Universidade de Phoenix, que tem desenvolvido um programa de aprendizado a distância para mais de 20.000 estudantes anuais e a Universidade de Maryland que oferece um curso para obtenção de um

"master's degree in computer systems management", do qual participam estudantes de Minnesota, Texas, Austrália e Arábia Saudita. Os diferentes cursos transmitidos pela Internet oferecem como opção um grande número de inovações educacionais e estão sendo considerados como um "mercado" extremamente atrativo para pessoas com idade superior a vinte cinco anos que desejam se reciclar e desenvolver seus conhecimentos profissionais.



Finalmente, a comissão julga indispensável que haja mais interação entre professores de diferentes disciplinas a fim de que se encontrem soluções para melhorar e adaptar o ensino a novas realidades".

O Estado de Nova York também criou uma comissão tendo como objetivo analisar o impacto das novas tecnologias eletrônicas no ensino superior e verificar como as universidades estão se adaptando a essas novas formas de ensino. Em resumo, as conclusões que o presidente (Victor Riley) dessa comissão apresentou durante entrevista à revista *Newsweek* (5/12/94) foram: "1) necessidade de "colleges" e universidades interagirem para dar maior eficácia ao ensino e pesquisa e diminuir seus custos financeiros, (será que todos os "colleges" e universidades precisam manter as

custosas bibliotecas tradicionais?); 2) para obter um diploma, não é indispensável que os estudantes sejam obrigados, durante quatro anos, a frequentar cursos em um campus universitário; 3) até alguns anos, um indivíduo que possuísse um diploma trocava em média quatro a seis vezes de emprego durante sua vida profissional. Atualmente, a expectativa é de trocar quatro a seis vezes de carreira! Logo, é necessário que o ensino seja diferente; 4) os diplomandos dos “colleges” formam-se

muito jovens, sem possuir maturidade suficiente para enfrentar a vida profissional; em consequência, o presidente da comissão considera indispensável que, antes de obter um diploma ou decidir por uma carreira, o jovem tenha uma experiência de vida profissional fora da academia, mas que haja a possibilidade de um contínuo retorno à Universidade; 5) a Universidade deverá ser um centro de formação contínua, e 6) o maior competidor do ensino superior tradicional será a “university down the street”.

Em suma, as academias estão sofrendo quatro principais mutações nos seus fundamentos (Barnett, R.: “A Knowledge Strategy for Universities”, in *The End of Knowledge in Higher Education* pp. 166-179, ed. Barnett, R., Griffin, A., Institute of Education. Univ. London-U.K., 1997):

a) transformação do ensino superior em um ‘marketing’, no qual estudantes se transformaram em clientes de cursos que são vendidos como produtos.

b) fora o conhecimento produzido internamente pela academia, inseriu-se o chamado conhecimento em uso ‘knowledge-in-use’. Neste processo, a Universidade tem procurado ajustar suas concepções sobre o conhecimento, de tal maneira que nos cursos atuais inclui-se um aprendizado mais baseado na ação.

c) a ideologia atual está ligada à noção de competência: o importante não é o que uma pessoa é capaz de compreender, mas o que é capaz de realizar. Co-

Nos dias de hoje, em um grande número de universidades, observa-se que em lugar de adotar como lema a proteção de todos os conhecimentos e da ciência, elas preferem celebrar as suas realizações como produtoras de conhecimentos úteis.

nhecimento é reduzido a informação, ‘wisdom’ é reduzido a competência.

d) as universidades não mais detêm o monopólio como criadoras do conhecimento.

Esses ataques de origem externa têm obrigado a Universidade a enfrentar e abrir-se para novas formas de conhecimento. Nos dias de hoje, em um grande número de universidades, observa-se que em lugar de adotar como lema a proteção de todos os conheci-

mentos e da ciência, elas preferem celebrar as suas realizações como produtoras de conhecimentos úteis.

Por conseguinte, estamos em frente de duas formas de conhecimento: 1) a forma tradicional construída em torno de conhecimentos proposicionais; 2) a nova forma, que é construída em torno do conhecimento em uso ou que está despontando, logo, endereçada à resolução de problemas que vão aparecendo de imediato. Isto significa, em essência, que a definição de conhecimento tem passado de uma visão ‘contemplativa’ para uma definição mais operacional e instrumental.”

Finalmente, apesar das múltiplas crises pela quais está passando o ensino superior, podemos observar que existem setores da academia que se encontram insatisfeitos com a antiga “torre de marfim” e estão realizando profundas reflexões e intensos debates sobre como enfrentar os novos desafios tecnológicos e as exigências da sociedade para fornecer um ensino que atenda democraticamente às múltiplas demandas da sociedade moderna, em constante mutação. Acreditamos com otimismo que através dessas discussões despontará uma nova visão da Universidade para o século XXI, onde haverá simbiose entre ensino de qualidade, pesquisa “revolucionária” e pesquisa “evolucionária”.

Júlio Pudles é professor titular do Departamento de Parasitologia do ICB-USP, Diretor de Pesquisa aposentado do CNRS/França. Foi Pesquisador Associado das Universidades: Zürich, Paris, Harvard, Brandeis, Tóquio.

A POESIA VIVA ACAMPA

Alai Garcia Diniz



Fotos: Roberto Bruno Fabiano

Dum lado, o colchão de dormir, embaixo do braço, o projeto *Poesia Viva*. Lá ia eu sozinha tentar descobrir num acampamento os trovadores e cantadores e fomentar um espaço para a criação do texto poético convertido em oralidade.

Dos dezessete estudantes que iam no ônibus, eu conhecia apenas um “quase profissional”, porque o afastamento de quatro anos para o doutorado na USP retirara-me de circulação na Universidade Federal. Quando eu dizia *Poesia Viva*, a conversa morria ali. Seguramente o nome soava, no mínimo, raro. O

certo é que, entre os quatorze projetos enviados pelo Movimento Universidade Popular (MUP), o meu ficara entre os sete escolhidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para ser implementado durante a semana de 26 a 30 de janeiro deste ano, no oeste de Santa Catarina.

Mal subiu no ônibus, na Enseada do Brito, Geraldo perguntou se já havíamos preparado algum canto de chegada no acampamento. Olhei espantada. Com todo o dinamismo daqueles estudantes, ou mesmo de nós — os dois professores que participávamos daquela expedição — realmente não tinha havido nenhuma discussão sobre o

momento da chegada. Agradei a lembrança e aproveitei para me apresentar a Geraldo — de profissão pedreiro — e aos cinco novos integrantes que não eram da Universidade Federal de Santa Catarina, mas pertenciam ao MUP, movimento que congregava entidades de bairro da Grande Florianópolis. Seu Luís, *expert* em minhocas, também da Enseada do Brito, ofereceria uma oficina sobre húmus.

Ao ser elogiado pela idéia de que o grupo de estagiários inventasse um canto para chegar demonstrando alegria, retruca Geraldo:

— *É que sou analfabeto, sabe, mas pensamento quem foi que disse que eu não tenho!*

Encafifada com essa preocupação de Geraldo, elaborei algumas palavras de ordem, uma paródia do canto de entrada da cantata popular chilena “Santa Maria de Iquique”, de Luis Advis. Outros lembraram algo mais e lá fomos nós para a experiência inusitada, já nos reconhecendo como um coletivo que tínhamos de caracterizar à chegada no acampamento. Foi no ônibus que soube o nome do acampamento para onde iríamos: Dissenha, em Abelardo Luz. Êta nominho feio! Só rima pauperrimamente com senha, acho eu. Fazer o quê?

Em janeiro de 1997, os estudantes já haviam feito a experiência de vivenciar um assentamento e foram adotados um a um por famílias de assentados para colher pepinos e dialogar sobre a experiência do movimento... Isso me lembrava as brigadas estudantis que nos anos sessenta e setenta também iam à Cuba cortar cana e beber a garapa do socialismo recém-instalado. Tudo na clandestinidade, é claro!

Depois de dez horas de viagem, surge a primeira indicação de que nosso destino estava próximo: a entrada do município de Abelardo Luz. A partir daí teríamos de afinar a visão porque no quilômetro 14 da rodovia que segue para Palmas, o ponto referencial na mata era só o estandarte vermelho do MST.

Embora os olhos buscassem o sinal da bandeira à esquerda como nos foi dito, ela acabou surgindo em meio à mata, à direita. A idéia de lateralidade nunca deixou

de depender do ponto de vista de quem informa, e por telefone nem sempre os espaços se definem.

A partir da bandeira, um novo desafio começava para quem se acostumara a uma vida urbana. O ônibus nos deixou à beira da estrada com os colchões de dormir, as mochilas, as doações em roupas e alimentos e ainda a tralha das oficinas de Educação Ambiental, Nutrição, Saúde Pública, Minhocultura e *Poesia Viva*.

Chegar até a guarita foi um pulo com a ajuda da equipe que fazia a segurança do acampamento. Até onde pude perceber, eram seis ou sete homens munidos de garra e músculos.

Dali do asfalto já se avistavam as lonas pretas de uns vinte barracos numa encosta cheia de árvores sábias em sua antiguidade, distante uns quinhentos metros dali do ponto estratégico em que fomos deixados. A garoa facilitava a descida até o centro do acampamento e houve ajuda de outros acampados com a carga. Descíamos embalados, cantando a paródia ou improvisando a palavra de ordem:

— *Qual é a senha que o sonho agrupa?*

— *Dissenha! Dissenha!*

Por aqui vinham nos encontrar uns olhinhos na entrada das barracas que, em geral, não tinham o luxo das janelas e por ali uma mão tímida respondia ao aceno. E eu já eufórica não berrava mais na Avenida Ipiranga, de encontro aos cavalos em 1968... ou na Paulista da década de oitenta, nas greves da Apeoesp que ainda conseguiam reivindicar um salá-

rio digno aos professores da rede pública... Aos solavancos e meio “Soroco” (personagem do conto “*Soroco, sua mãe e sua filha*”, de João Guimarães Rosa), a gente berrava era ali mesmo no meio do morro, dos pedregulhos e da terra vermelha.

Já num barraco de reuniões, cuja única mobília eram os bancos em fileiras que contornavam as laterais, Neri, um dos líderes de olhos verdes e espáduas largas compondo suas raízes na imagem de imigrante italiano, nos deu as boas-vindas, aproveitando para retificar a nomenclatura de nosso canto de chegada. “Dissenha” era o sobrenome da família de latifundiários que possuíam aquelas terras e delas só extraíam as madeiras de lei. Com a ocupação em 8 de junho de 1997, o MST renomeou a área de “Oziel Alves Pereira”, em homenagem ao jovem de 17 anos, morto sob tortura em Carajás.

Neri também nos informou sobre os meandros institucionais em que se debateu a desapropriação da área que ainda não se efetivara e a proposta que o MST fazia ao Incra de “coletivão”, em que os assentados se propunham a trabalhar em um projeto auto-sustentável de produção com a preservação da mata. Ali só ficariam duzentas famílias, sem a divisão tradicional de lotes. Com vistas a um mercado complexo, como o da agricultura brasileira, a organização em agrovila objetivava contrapor-se à limitação do pequeno agricultor que, às vezes, era obrigado a abandonar a terra devido a uma política rural que beneficiava o grande produtor.



Terra e sertão

Sou sem-terra, sou pequeno produtor rural.
Sou daqueles que pra passar o tempo canta
e sei que se os da roça não plantar
os da cidade não hão de jantar.
Sou daqueles que faz roça grande
pelos matos que se expandem
neste Brasil sem fim.
Sou sem-terra, sou lutador
por reforma agrária.
Sou daqueles que trabalha
para uma terra conquistar,
mas tenho fé em Jesus Cristo
que com meu esforço e sacrifício
um dia ele há de me dar.
Sou sem-terra
sou pequeno roceiro
que trabalha
o dia inteiro
pra ter o que comer.
Mas tenho certeza
de que até não sair
reforma agrária
Vou lutar até morrer.
Paulo César da Costa, 13 anos.

Veio a calhar o pequeno histórico da ocupação da área com as agruras do inverno e do estado de desnutrição das crianças do acampamento. Havia até pouco tempo investidas noturnas dos pistoleiros e num domingo se aproveitaram até do momento de descontração em que se improvisava um vaneirão para dar início a um acirrado tiroteio. Por isso este tipo de diversão tinha sido abolido temporariamente... até nós chegarmos... porque no dia 25 de janeiro aplainamos a “ágora” com um arrastapé catarina.

Ainda na manhã do sábado, decidiu-se sobre a alimentação dos estagiários, em grupos de três, por núcleo de famílias. Esta forma or-

ganizativa do acampamento torna vivo o agrupamento por vizinhança, centralizando assim desde tarefas primárias como as equipes de segurança que se revezam na guarita de seis a oito horas ou no pernoite (cinco horas por grupo), à distribuição de alimentos, como a questão do banheiro único (patentes com fossas abertas) a cada dez famílias.

Ao todo eram dezenove núcleos e as reuniões dos líderes eram diárias e só os informes mais gerais (espécie de “Hora Nacional”) eram chamados à “assembléia” — praça do acampamento com o toque da ponta do machado na lâmina do arado. Béim! Béim!

Daí vem a brincadeira de Paula Salvattori, 4 anos, vizinha do nosso

barraco (o das mulheres) que vivia subindo num tronco deitado e gritava: “Assembléia”, com o braço no alto, discursando algo que essa surdez típica de adulto não conseguia captar. Decerto ela pediria para todas as crianças do acampamento ficarem de olho naquelas rugas (taturanas) grudadas nas árvores que só de relar, algumas horas depois, o piá começava a pôr sangue pelo nariz, ouvidos e boca até morrer. Talvez Paula pedisse uma casa que tivesse telhado, porque a lona fura logo e empoça a água da chuva e cai sem dó nas tarimbas, no corpo a qualquer hora, sem aviso...

A chuva num acampamento tem o dom de mudar a programação. O planejamento indicava que

todos os recém-chegados ajudariam na cobertura e arranjo dos barracos para abrigo de tanta gente. A equipe de trabalho dos acampados eram uns dez homens, mas, por causa das chuvas, não tinham ido ao mato recolher as taquaras para as tarimbas.

Confesso que tentei ser útil na cobertura dos barracos, nas tarimbas — parte mais alta dentro do barraco, coberto de taquaras em forma de estrado para os colchões. As esteiras serviam para ajudar nos fechamentos laterais e para o telhado e a concepção do trançado. Era, sem sombra de dúvida, herança indígena: Xokleng ou guarani?

Sob a chuva que dava para molhar, foram cobertos quatro barracos para alojar uns trinta estagiários que iam chegando dos assentamentos. Hora de comer, comer! E o almoço na casa de Paulo Walendorf Moura e sua irmã Maria constou de charque, arroz, feijão, macarrão e muita prosa.

O pai tinha umas terras nuns morros mas não chegava para os oito filhos e a dívida com o banco inviabilizara o futuro do clã. Eram filhos de pequenos proprietários e entre um chimarrão e outro mostravam-se dispostos a ocupar outra terra improdutiva, porque ali seria um projeto diferente — “o coletivão”.

— *“A gente tá lutando para tocar uns lotes entre três irmãos. Aqui no Oziel a idéia é trabalhar tudo junto. Capaz que dá certo!”*

Em geral, nos núcleos, há gente que sai do acampamento pra debulhar milho ou outras empreitadas que é obrigada a fazer pra ganhar

algum sustento. As crianças menores têm leite e sopa na creche e os adultos recebem farinha de trigo, de mandioca, arroz e feijão e macarrão do MST. Mas a banha, a vela, o açúcar, o sabão, o pão ficam por conta de cada família. A plantação de milho rodeava os barracos na parte sul até a sanga.

Embora o Movimento Universidade Popular tenha levado víveres e doações e até dinheiro, como parte do projeto, as famílias ainda não tinham recebido nada nos primeiros dias. Por isso, eu me sentia um peso a mais naquele mundo de carências e pensei em minorar isso através de uma atitude individual. Como há um armazém central do MST, que vende desde pilhas até doces, fui até lá e comprei ovos, café e açúcar para contribuir. Outros também tiveram esta idéia, mas na reunião dos estagiários do dia 25 houve crítica por parte da cúpula e da direção do acampamento por estas ações isoladas.

Um mundo regido pela organização exibia outras leis saudáveis como a da lei seca, que, para quem já teve contato com o estilo anglo-saxão, não agride tanto. No acampamento não entrava bebida alcoólica. Quem quisesse tomar umas e outras teria de sair e voltar sóbrio porque na terceira autuação era literalmente expulso do Oziel. Este método passou a existir por precaução a partir de uma problema concreto e servia para evitar a marginalidade no interior do movimento.

Para a moçada, a mais difícil das regras estabelecidas não parecia a lei seca, salvo raríssimas exceções (um casal jovem que, impedidos de

ocupar a mesma tarimba à noite e de fumar uns “baseados”, acabou desistindo no meio da jornada em assentamento). A que mais doeu na vida de quem já passou noites inteiras, na boêmia da escritura de uma tese, realmente foi o toque de recolher e de se calar às dez horas da noite. Esta foi braba!

Sem luz elétrica, os violões e as vozes rompiam a barreira do som, mas, impreterivelmente, alguém anunciava a hora do silêncio e a moçada que aproveitava o campo bucólico, sob a luz das estrelas mal tinha a chance de namorar. Uma das noites, após o toque de recolher, houve um grupo que pediu licença à equipe de segurança para estudar as galáxias ou, parnasianamente falando, “ouvir estrelas”. Eles permitiram, desde que se ouvissem as estrelas sussurrando.

O pior é que rolou um papo sobre a seqüência desse grupo interdisciplinar na Universidade Federal de Santa Catarina que se arrodilhou na sociologia da cultura e não houve meio de engatar os discursos díspares sobre o ser humano corrompido pela sociedade ou intrinsecamente impuro que desandaria qualquer tentativa de sonho comunitário que ali nas nossas fuças se tentava... Sem resolver este enigma de séculos de reflexão, eu resolvi aceitar o toque de recolher, com um certo atraso mas consciente de que, se na tarimba eu não encontrasse a solução, pelo menos eu teria a tarimba de não comprometer minha ficha corrida de estagiária, perturbando o silêncio alheio com elucubrações.

Os banhos podiam ser com bal-

des nos banheiros dos núcleos onde fazíamos a alimentação. Para mim balde d'água na cabeça, lá vai Maria, não era problema, o difícil era restringir-me ao banheiro carregado de varejeiras. Impensável!

Optei pelas zonas de lavagem de roupa onde havia cochos ou tanques que vinham das nascentes por mangueiras. Ao ar livre o banho tinha que ser de maiô ou biquíni. Quando o dia estava mais quente havia a opção das cachoeiras, um pouco mais distantes e aonde preferíamos ir em grupos. Nenhuma fantasia canhota poderia imaginar um balanço didático da oficina de Poesia no regaço de uma cachoeira geladinha. Pois teve disso, sim, lá no Oziel!

Logo no primeiro dia descobri que a vizinha, D. Maria Salvattori, conseguia cozinhar cuca no "jipão" — nome dado ao fogão de lenha. Era uma exceção no acampamento, eu sei. A maioria dispensava este hábito urbano de comer pão.

A partir do domingo, nós, os estagiários, tínhamos café da manhã na creche.

Água quente à disposição para o café solúvel e o leite em pó com bolachas. Tudo divino!

Ali pelas nove horas do domingo, foi tocado o arado e todos se foram para a Assembléia. Além dos líderes habituais no palanque, estava presente Vilson Fortin, ex-deputado do Partido dos Trabalhadores, com informes de Brasília e explicando a necessidade de todos repetirem as palavras de ordem do movimento, com os olhos pregados na bandeira vermelha do alto da árvore. O ato de fé se devia à

presença de uma equipe de filmagem do diretor Pena Filho que preparava um documentário sobre o MST. O olho na bandeira, os facões ao alto, os ancinhos e a bandeira no olho. No alto os facões e "a luta é pra valer" perdurou por umas vinte vezes num perfeccionismo que exasperava quem não estava habituado a estúdios de TV.

Às dez, naquele domingo de véspera, eu teria reunião com os estudantes interessados em ser monitores de minha oficina *Poesia Viva*. Apareceram cinco estagiários: Gustavo, do Jornalismo, grudado na namorada de corpo bronzeado e um olho de madeira: seu violão. Renata, aluna de História, empolgada por teatro e viva no trato com os piás. Heitor, professor de Geografia, que, por falta de meios de transporte não poderia trabalhar em Calmon numa pesquisa sobre os assentados e, por ser meio poeta, preferiu ver o que dava com a minha oficina. Beto, aluno de Economia, fotógrafo nada desprovido de estilo, entrou para tirar umas fo-

tos e acabou virando parte integrante. Finalmente, Luzia, aluna de Educação Artística, que se dividia entre a minha oficina e o estudo das minhocas, mas acabou dando sua contribuição no encaminhamento dos trabalhos.

Nesse dia expliquei-lhes meu projeto e conjuntamente fomos montando as aulas dia a dia. Aos poucos a equipe foi se firmando em papéis definidos e coube ao Heitor a responsabilidade pelas anotações e organização geral das aulas; à Renata, os exercícios de mímica e voz. Luzia se ocupou do relaxamento e expressão corporal. Beto, da coordenação de grupos menores, das fotos e filmagem, e Gustavo se encarregou da sonoplastia que criava o encantamento para o ato de falar um poema ou de motivar a platéia para ouvir com atenção. A mim cabiam a seqüência dos trabalhos, o ritmo e as propostas ligadas à palavra propriamente dita.

Assim como o acampamento Oziel desejou a oficina de *Poesia Viva*, relegou-a à andança. A ofici-



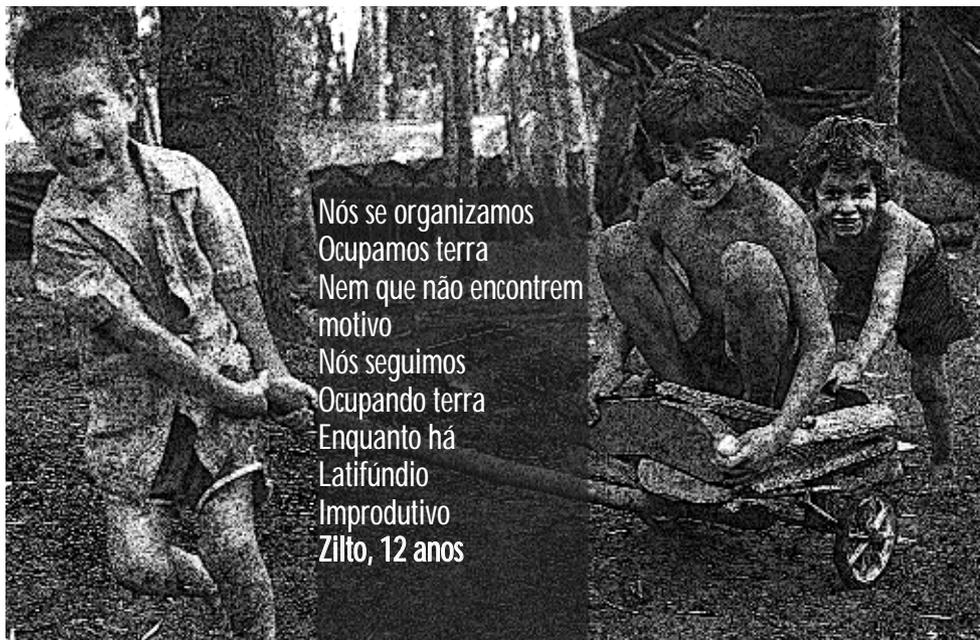
Primeiro de Janeiro pela madrugada eu me pus a caminhar pras bandas da esperança e fui acampar.
D. Efelicidade, 42 anos

na da palavra precisava andar para se instalar. No MST, a poesia virou um misto de caminhada, ocupação, anarquia, circo e animação. Há muito sinto a poesia como uma necessidade corporal, mas com o MST fui senti-la nos pés. E me lembrei da teoria lorquiana do “duende”.

Federico García Lorca, poeta e dramaturgo andaluz, tinha uma teoria para distinguir as grandes dançarinas do flamenco: eram as que sugavam a seiva da terra, seu componente mais fecundo e o traziam através dos pés. “Ter ou não ter duende” virou uma forma de caracterizar um momento catártico na dança, na voz ou no teatro, na Espanha republicana (1930/1936). Pois é. No último dia meu calo não era nas cordas vocais mas nos dois lados dos pés. Se tive ou não duende, não sei, mas como andei nessa poesia!

Os sem-teto éramos nós, da oficina de Poesia porque como os espaços centrais do acampamento já estavam ocupados com Educação, Saúde Pública, Nutrição e Educação Ambiental, não sobrou barraco para a minha oficina. Além disso, como no projeto eu incluía os adolescentes de 12 anos em diante, a organização determinou que eu trabalharia em outro acampamento — o Primeiro de Janeiro, de recente ocupação. Aceitaram inscrições de crianças de dez anos em diante levando as inscritas do Oziel para lá.

No primeiro dia lá fomos nós, os monitores e 24 crianças a partir de dez anos numa caminhada de quatro quilômetros e meio entre



Nós se organizamos
Ocupamos terra
Nem que não encontrem
motivo
Nós seguimos
Ocupando terra
Enquanto há
Latifúndio
Improdutivo
Zilto, 12 anos

morros de soja e florestas úmidas de imbuia e canela. Íamos todos alinhados porque as crianças tinham de atravessar o asfalto e isto demandava ordem e atenção. A bandeira vermelha era o guia e em geral eram os meninos que se revezavam com os dois adultos na tarefa de mantê-la no alto tremulando.

A chegada no acampamento foi um fuzuê. Todos vieram para a “Assembléia” sem o toque do arado, só para ver aqueles seres estranhos e os do lado de lá da pista. Ao todo, o grupo formado era de quarenta e uma crianças e mais o dobro disso espiando o que iria acontecer.

Aula de poesia ao ar livre e com tantas crianças virou unicamente jogo. Ficamos das duas às cinco da tarde, só interrompendo devido à iminência da chuva. A perspectiva de tomar um banho era menos pior do que ficarmos presos ali sem a nossa imprescindível lona preta. Lá fomos nós subindo o morro da soja de um lado

e a cerca do outro. Melhor deixar logo o bosque porque havia relâmpagos! Corram crianças!

Ah! Esqueci de dizer que eu não pernoitava no Primeiro de Janeiro, porque como ele havia sido ocupado no “reveillon”, os pistoleiros ainda gostavam de pipocar suas armas à noite a torto e a direito. A verdade é que meu tempo de heroína já havia ficado bem para trás e entre a épica e a lírica, fazia tempo que optara pela segunda.

O fato é que no dia 26 nos banhámos nas águas das palavras que caíam do céu em forma líquida... Andréia, de onze anos, tremia tanto que, além da bolsa e da pasta, resolvi abraçá-la para esquentar um pouco aquele corpinho liso. Não sei se o abraço pesou, ou a caminhada aguada, eu não sei, o certo é que, embora inteira, Andréia não voltou mais à oficina de Poesia. Em meio a uma perda, o grupo foi crescendo em tamanho.

No dia 27, decidimos que as equipes dos dois acampamentos

iriam se encontrar num bosque ao lado de um campo de futebol, perto do asfalto, quase no meio do caminho. Escolhemos a área e a ocupamos. Ali, para dissolver a idéia simplista de um antagonismo entre proprietários e sem-terra, o grupo da oficina (que não era menor do que cinquenta pessoas, entre adultos e crianças) recebia refrigerante de graça, num bar ali próximo, pago por um mecenas, dono de uma granja ao lado do acampamento Oziel. Num dos dias ele também pagou um risoto para todos, com salada de tomate, coisa que raramente as crianças tinham no acampamento.

Na oficina renderam os exercícios de expressão corporal, os jogos de memória (palavra-puxa-palavra), os instrumentos musicais inventados pelos piás. O melhor foi descobrir o “berrante” da abóbora, planta que abundava no Oziel. O som era intenso e efêmero. Assim como a flor murcha fora da raiz, o caule também murchava e bem na hora de testá-lo para o “Passa boi/passa boiada” do poema de Manuel Bandeira, descobrimos mais esta. “Berrante” de abóbora tem um defeito, murcha!

No terceiro encontro, do dia 28, eu havia dado a tarefa de criar poemas a partir de consoantes repetidas como “p”, “m” ou “s”, tentando trabalhar a idéia de sonoridade que não se limitaria à rima mas também levaria em conta a aliteração.

A maioria levou sua trova. Um deles. Dilceu Schmidt, com a ajuda do pai, escultor de aves e santos, criou uma paródia ecológica

com a música de “Asa Branca”. Algumas delas falavam da vida de “acampadinho”. Professavam, em geral, a fé na luta. Poucos vieram com as trovinhas populares “lá atrás daquele morro...” Mas gostaram de ouvir a própria voz. Fazíamos eco, orações e as palavras se repetiam pelo prazer da oralidade. O templo era a poesia (ou o que para eles era essa arte).

Houve poucas imposições. A idéia era deixá-los livres para criar seu mundo e sua estética, já que a mídia ali chegava tão pouco. Aquele sonho do acampamento e da Poesia me levou a um outro sonho, o de Cuba, uma ilha agora em ruínas pelo bloqueio, mas coalhada de poetas pelos quatro cantos daquele terreno em forma de “jacaré”. Inevitavelmente, o desejo cria poesia quando ultrapassa o limite biológico.

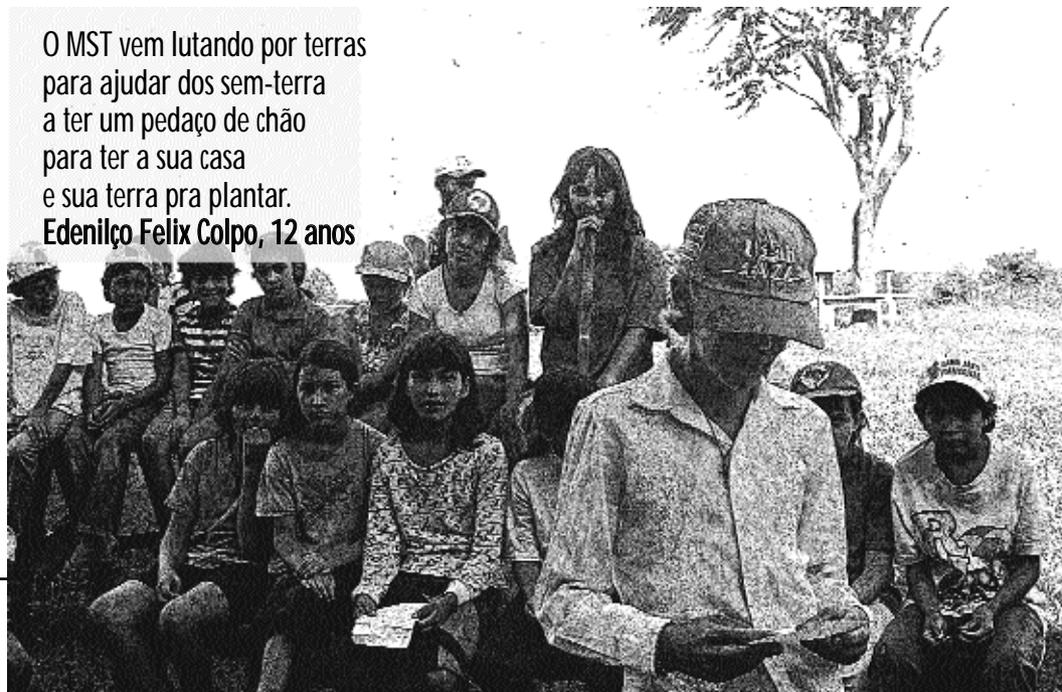
Nos dois últimos dias, trabalhamos os poemas nos painéis em papel pardo ou cartolina com desenhos das crianças e, munidos desses materiais visuais, fizemos apresentações nos dois acampamentos. No dia 29 foi tocado o arado, pela

primeira vez para chamar os acampados para um ato poético. Nos palanques, estendemos o pano colorido de vinte metros com buracos para o encaixe das cabecinhas no momento em que cada um (criança ou adulto) fosse falar seu poema. Os pais se emocionaram como em qualquer escolinha urbana de classe média. Alguns poemas eram originais, outros receberam ajuda de algum pai “meio poeta enrustido”, segundo os piás mesmo confessaram. Outros preferiram decorar texto apresentado na oficina, mas o importante foi o momento de comunhão coletiva em que se reconheciam adultos e crianças num espaço lírico.

Há algo de novo no projeto? Só a andança do mundo urbano para o rural, de criação de um laivo de arte na vida precária dos que vivem à espera da terra, da ampliação do leque de possibilidades que a Universidade que se permite também acampar fora do campus oferece.

Alai Garcia Diniz é professora adjunta do Departamento de Linguas e Literaturas Estrangeiras/ UFSC

O MST vem lutando por terras para ajudar dos sem-terra a ter um pedaço de chão para ter a sua casa e sua terra pra plantar.
Edenilço Felix Colpo, 12 anos

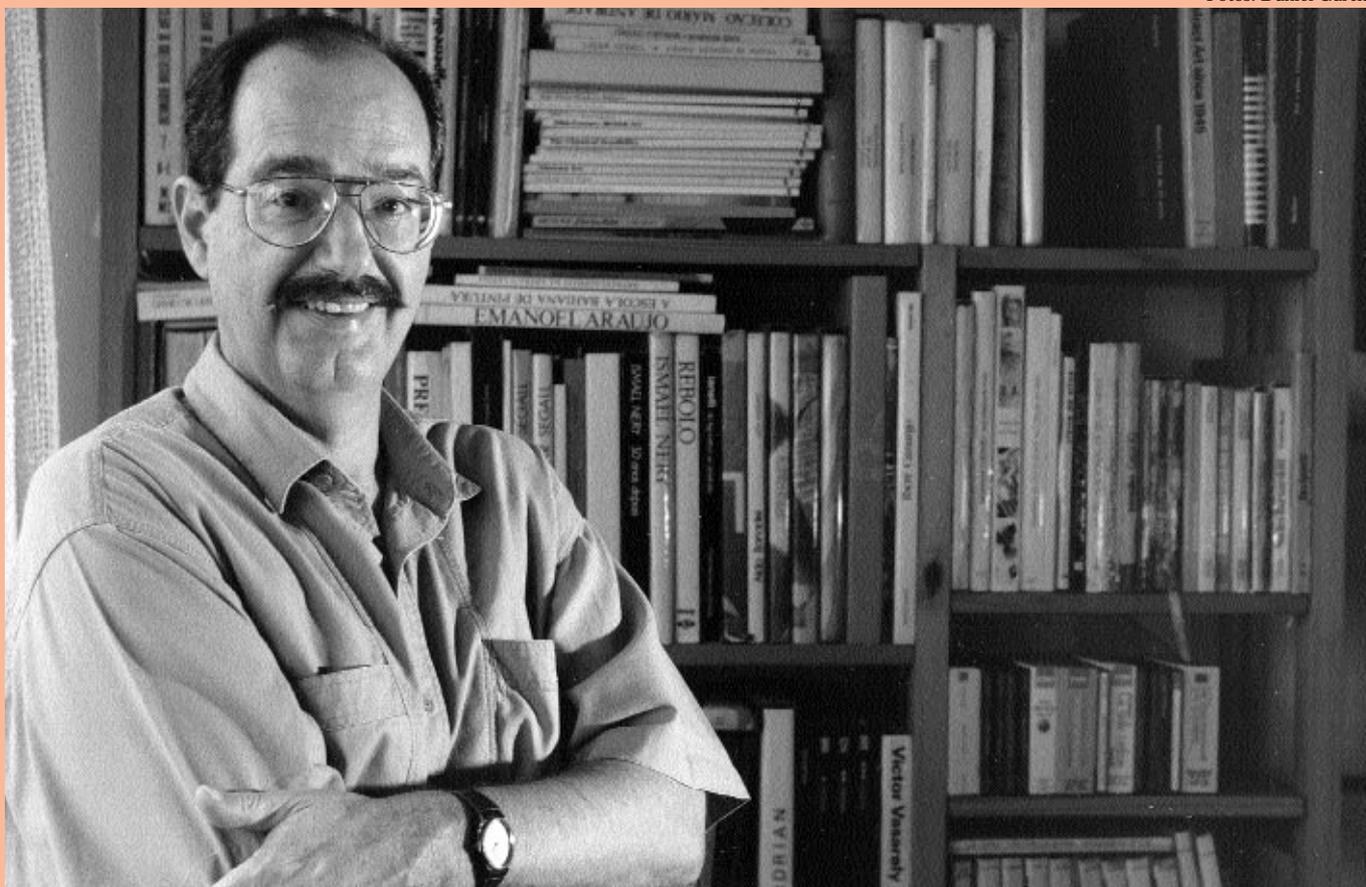


Entrevista

Paulo Eduardo Arantes
por Marcos Cripa e Adilson O. Citelli

A REALIDADE CONTEMPORÂNEA É ECONOMICISTA

Fotos: Daniel Garcia



Professor de Filosofia Contemporânea na USP, Paulo Eduardo Arantes avalia como catastrófica a possibilidade de Fernando Henrique Cardoso – a quem se refere como professor Cardoso – permanecer mais quatro anos na presidência da República. Porém, acredita na reeleição de FHC em consequência da desarticulação da esquerda e da eficiente implantação de um processo de chantagem social, que faz com que a população se sinta ameaçada com a possibilidade da volta da inflação. Para o filósofo Paulo Arantes, tem-se a impressão de que não existem mais diferenças entre esquerda e direita porque a economia se transformou em algo autônomo em relação à sociedade. Ele critica também o Partido dos Trabalhadores e afirma que a legenda está interessada apenas em ganhar eleições e eleger deputados. No âmbito da universidade, Paulo Arantes critica os grupos que se apoderam da chancela ‘USP’ para vender serviços e cursos. “Aqui é uma universidade de país pobre, indiano, a gente tem de dar cursos de graduação e pós. Não temos uma missão de interferência na política de formar grandes diplomatas”, afirma Paulo Arantes.

Adusp - Faz sentido discutir atualmente direita e esquerda?

Paulo Arantes - Vou começar fazendo uma brincadeira quanto a essa distinção supostamente sepultada, enterrada, entre direita e esquerda. Eu não queria falar desse indivíduo, mas o próprio professor Cardoso (Fernando Henrique Cardoso), nosso presidente da República, volta e meia dá entrevista para dizer que ele é de esquerda. Diz: *“A esquerda não é a esquerda, eu é que sou de esquerda”*, veja só! Então, mesmo do ponto de vista semântico, histórico, esse vocabulário que está correndo por aí ainda serve para discriminar mesmo, inclusive contra a esquerda feita pelo próprio presidente quando diz: *“Eu sou de esquerda e você...”*, *“A esquerda é conservadora, é atrasada, não é de esquerda”*. Esquerda está significando, nessa linguagem oficial, progressiva. Esse progressismo se coloca a favor das forças produtivas mundiais, desencadeando de maneira fantástica a revolução microeletrônica e assim por diante. Então, esquerda começa a virar sinônimo de determinismo tecnológico, de terceira revolução industrial. Isso é confusãoismo do presidente. Não de caso pensado, porque acho que é espontâneo, e acredito que, sinceramente, ele se considera de esquerda. Então, continua havendo essa distinção e no caso dele, no caso desse novo *establishment*, está operando aquela coalizão conservadora que é o novo regime. Todos eles, quase sem exceção, vieram da esquerda e continuam raciocinando em termos de esquerda. Portanto, acho que há

uma grande insensatez e uma falta de clarividência total nessa história. Ele (FHC) não é neoliberal. Neoliberal é o Roberto Campos, que sempre foi liberal mas em momentos históricos estratégicos deixou de ser liberal e foi desenvolvimentista. Eles são muito pragmáticos e flexíveis em questão ideológica. No caso, ele (FHC) não é neoliberal. Ele raciocina em termos de desenvolvimento, de classes sociais, de economia, e assim por diante. É toda a forma mental da nossa tradição progressista.

Adusp - Defina essa nova esquerda.

Paulo Arantes - O presidente diz que é de esquerda, é a favor do progresso, da fabricação de automóveis, de microcomputadores e assim por diante. Ser de esquerda é isso; num certo sentido, para esse novo pensamento estabelecido e quase que oficial de estar prestando um serviço extraordinário. Para a nossa direita convencional, isso caiu do céu. Ser de esquerda significa ser a favor daquilo que existe de progressista no sentido histórico do termo do capitalismo novo contra o capitalismo velho. Então, as grandes centrais sindicais, todos os movimentos populares fazem parte do capitalismo velho e quem é de esquerda deve estar do lado do capitalismo novo, como Marx n’*O Manifesto*. É claro que estou brincando. Isso tudo se trata de uma comédia ideológica. Fora dessa comédia, é preciso perguntar: por que se tem essa impressão de que não existe mais diferença entre esquerda e

direita? Porque a economia se transformou em algo autônomo em relação à sociedade e essa “autonomização” do econômico faz com que o tema seja tratado como se fosse uma segunda natureza. Não se pode governar e, portanto, tem que se ajustar. E todo mundo, diante disso, se ajusta de maneira igual porque ela é soberana, ela é irregulável, ela é uma força cega que se tornou independente da regulação política, do controle social. Do ponto de vista ideológico, das convicções de valores, de justiça, de igualdade, de liberdade, todo esse palavrório que teve substância, agora já não tem mais. Independentemente disso, se você chegar lá, vai fazer a mesma coisa, senão os mercados financeiros internacionais sancionam qualquer desvio e você está morto. Portanto, é uma questão de sobrevivência, dada essa “autonomização” das forças econômicas que se desencadearam de maneira endoidecida, ensandecida. Baseada nesta independentização do econômico, todo mundo está no mesmo barco e não tem muita alternativa a não ser se ajustar e se adaptar. Tem-se a impressão de que os outros fazem a mesma política do Balladier, de um Chirac, e o Schroeder vai fazer a mesma do Kohl, e o Blair vai fazer a mesma da Margareth Thatcher, o Clinton, a mesma do Bush, e quem vier depois de FHC vai fazer a mesma coisa. Se for o Lula, ou mesmo um outro, o Ciro (Ciro Gomes) por exemplo, vai fazer a mesma coisa. Estamos diante de um bicho que se chama economia, mercado in-

ternacional, economia mundializada. E diante do qual pouco resta a fazer, a não ser se adaptar. E todo mundo se confunde.

Adusp - A quem interessa essa confusão? Quem se beneficia?

Paulo Arantes - Qualquer arranjo no capitalismo internacional beneficia sobretudo quem está lá em cima e, dependendo do tipo de arranjo a turma de baixo sobe um pouco. Sempre foi assim. Mas acho que tem de ter um processo objetivo que é essa, digamos, “autonomização” do econômico contra a sociedade, e que Viviane Forrester chama de Horror Econômico. Isso é um dado objetivo, não é uma invenção. O capital é isso, é um processo devastador que perdeu as suas vir-

tualidades civilizatórias — se é que as teve alguma vez —, e transforma-se num processo contínuo de destruição social ao mesmo tempo em que acumula riqueza. É esse o panorama: somos esmagados e regulados por esse processo, sendo a vida por ele pautado. Tem-se a impressão de que outras alternativas como projeto de sociedade capitularam, foram sepultadas, caducaram, se tornaram obsoletas. Mas não importa, não obstante isso tudo, existe uma confusão ideológica entre esquerda e direita e que, no meio de campo, acaba beneficiando aqueles que sem saber muito o porquê, simplesmente se adaptando, se beneficiam desse processo aparentemente regular, mas que, na verdade, é irregular.

Adusp - Qual, então, é a agenda da direita?

Paulo Arantes - Estabilidade monetária, abertura comercial e desregulamentação dos mercados. Isso permite ganhar eleição e, é claro, competitividade da economia nacional e redução do “Custo Brasil”, que é um custo social. Então você tem essa agenda que todo mundo reconhece que é da classe dominante. Só que a classe dominante está subordinando o suposto interesse dos cidadãos da República à meta da estabilidade monetária. Dizem eles: “*Você aí com a sua reivindicação salarial, com essa mania de seguridade social, está prejudicando o valor agregado daquilo que transita pelo Brasil. Então corta um pouquinho em nome da competitividade, que é um desiderato na-*

DICIONÁRIO DE BOLSO DO ALMANAQUE PHILOSOFICO ZERO À ESQUERDA

O dicionário escrito por Paulo Arantes reúne uma série de frases e declarações de políticos, jornalistas, intelectuais, banqueiros. Postas numa cifra irônica as declarações entram num jogo dialógico e permitem pensar criticamente seqüências da vida cultural, intelectual e política do país.

Filósofo - Antes de tudo, um Funcionário da Humanidade (v. Funcionário). Definição atribuída a Edmund Husserl pelo renomado pedagogo Dr. Aristarco Argolo de Ramos. O corpo-

rativista Platão achava que filosofia era uma carreira de Estado (v. Bresser).

Era Vargas - Modelo de produção asiático. Vigorou meio século no Brasil. Com o início da Era FHC, o país pôde enfim retomar o processo de ocidentalização interrompido em 1930.

Danças - 1) “Muitos setores vão dançar, outros não” (FHC. Entrevista, *Mais!*, 13/10/96); “Quem pode, pode; quem não pode desaparece” (FHC, ao receber o título de Doutor *Honoris Causa* pela Uni-

versidade de Tübingen, RFA, fev/97); “Quem foi que disse que eu não vivo satisfeito? EU DANÇO!” (Mário de Andrade. *Reimate de males*).

Janela de oportunidades - 1) Globalização segundo o Gabinete da Presidência da República; 2) Liquidação na rua 25 de Março.

Intelectuais da pesada - 1) Gregários; 2) Quando reunidos em cooperativa, formam: a) Ministérios Éticos (v. *Minet*); b) Governos que permitem a

peças sérias fazerem coisas sérias; c) Grupos de Alto Nível (GAN) (v. GAN); 3) Dotados de excepcional “Empuxe individual” (v. “*Empuxe individual*”); 4) Devido à dieta muito gorda, costumam apresentar problemas de “fissura e escapamento” (v. “*Fissura e escapamento*”). Exemplos: Primo Carbonari, Serjão, Batatão, Faustão.

Intelectualzinho - Ex-funcionários da Humanidade. Entrou num Plano de Demissão Voluntária (v. *Filósofo*).

cional sem o que o país quebra. Com inflação, desorganiza novamente a economia brasileira e vocês serão penalizados". Trata-se de chantagem. O pensamento de direita é esse pensamento que discrimina a população no sentido de reconhecer, recortar, como um fato natural, que dois terços da população estão se encaminhando para a insolvência. Ou seja, não são mais rentáveis, tornaram-se um peso econômico. Isto é direita. Não se tem notícia em lugar nenhum do mundo que "flexibilização" do mercado de trabalho gera emprego. Se fosse assim, por que franceses, alemães, italianos, espanhóis e ingleses não encontraram a "fórmula mágica" até agora?

Adusp - E a agenda da esquerda?

Paulo Arantes - A agenda da esquerda deve pensar na reprodução em termos civilizados de uma sociedade republicana que tem cidadãos com direitos iguais e ao mesmo tempo não sejam chantagados por esta agenda economista no sentido reducionista que o termo sempre teve no marxismo. É exatamente isso, como é que você pode dizer: *"Olha, não estou nem aí com a sua competitividade, não estou nem aí com a sua estabilidade monetária. Ah, então você deseja a inflação?"* Essa vantagem é fatal. Depois de trinta anos de hiperinflação, as pessoas estão na lona, é um inferno. Tem-se o limite da dor, não se sabe mais o momento em que essa balança vai se desequilibrar. A encresca da esquerda é essa. É con-

seguir romper esse círculo vicioso da chantagem social em que a própria vítima acha que ela, ao reivindicar direitos, é desviante do ponto de vista racional, está indo contra o progresso científico, contra a telemática, contra a informática, contra a moeda sólida e contra os mercados que fazem uma alocação racional de recursos.

Adusp - Existem no Brasil partidos de esquerda com condições de romper com esta realidade?

Paulo Arantes - Tem um partido de esquerda que está interessado em ganhar eleições, eleger deputados. Acontece que depois de um apogeu, não entendeu as razões desse apogeu e quer simplesmente sobreviver, marcar posição e ser hegemônico à esquerda enquanto máquina capaz de eleger deputados que, bem ou mal, se você compara com a selva parlamentar brasileira, parecem até deputados suíços. Civilizados e racionais, mas que se tornaram completamente inócuos. Esse partido tem de ser passado a limpo.

Adusp - Você se refere ao Partido dos Trabalhadores?

Paulo Arantes - Isso. É o único partido, o resto não merece o nome de partido.

Adusp - Ao fazer esse tipo de política, o PT serve aos interesses da elite brasileira?

Paulo Arantes - Não que ele sirva à elite, aí seria uma absoluta injustiça com o PT. Nunca, jamais, diria que ele serve à elite. Mas a verdade é que ganhar a eleição

para a presidência está fora de cogitação em qualquer circunstância. O apogeu de 89, no qual o Lula quase ganhou do Collor, não vai se repetir. Na verdade, o PT não tem mais o que propor porque agora propõe coisas específicas. O auge do PT se deu nos dez primeiros anos de sua fundação. Tinha-se organização popular, apoio e mobilização para alguma coisa. As pessoas tinham a sensação de que a liderança petista entrando em campo isso aqui poderia virar talvez uma democracia. Poderíamos ter salário decente, seguridade social, empregos não podres, direitos, enfim, o Brasil poderia ser um país viável. A indefinição programática do PT, que as pessoas sabiam dizer que não era um partido tradicional, tinha novos sindicalistas, setores da igreja, intelectuais, jornalistas, etc. Era uma coisa nova que estava surgindo debaixo da ditadura. Sentia-se um sopro novo na vida nacional e esse sopro passava pelo PT.

Adusp - O PT ainda pode reconstruir o partido que disputou a primeira eleição em 1982?

Paulo Arantes - Acho que sim. Ele é um embrião de estrutura para acontecer alguma coisa se, num certo momento, é claro, ele voltar a essa indefinição e começar a mostrar que pode ser diferente da política tradicional. O partido não pode dizer: *"Vou fazer assentamento assim ou assado; vou apressar a reforma agrária assim ou assado; tenho um plano de saúde assim ou assado; um plano da previdência assim ou assado"*. Desta forma ele es-

tá aceitando a chantagem. Ele não tem de vir a público com um calhaço de quinhentas páginas pautada pelo governo: reforma do Estado, estatuto do funcionalismo, Previdência etc. Não vai dar! Dois cardápios para justamente se adaptar ao que está acontecendo.

Adusp - O PT sempre foi acusado de não ser propositivo.

Paulo Arantes - No momento em que ele detalhou o seu projeto, entrou na vala comum dos políticos.

Adusp - A reorganização do capital, no nosso caso concreto, está envolvida por uma lógica discursiva legalizada intelectualmente pela mídia e mesmo por setores das universidades. Será que o projeto dominante, esse que muita gente chama de “pensamento único”, ganhou a parada no território da constituição simbólica?

Paulo Arantes - Vou fazer duas observações, uma geral e outra particular sobre o Brasil, inclusive esta adesão simbólica que eu também às vezes chamo de ajuste intelectual. Uma das coisas mais interessantes que estão ocorrendo no plano mundial é que a mundialização tem vários cenários. Para explicá-la não vamos discutir se isso vale A ou B, o que é globalização, o que é hegemônico ou a transnacionalização produtiva. O novo é a globalização financeira, e ela tem um pólo: é americano. Vamos ter outro cenário do que está por trás desse aparente caos e que possui uma ordem fortemente hi-

erarquizada, assimétrica e nada convergente quando se considera a concentração de poder e dinheiro em alguns pólos privilegiados. Portanto, essa bobagem de civilização universal é conto da carochinha. Independentemente desse cenário, voltamos àquela questão da aparente e por outro lado efetiva autonomização da

*A direita tornou-se
“marxista vulgar” e
diz que, no frigidar dos
ovos, o que decide é
a racionalidade
econômica, a
reprodução material
da vida cujas forças
produtivas são
pujantes.*

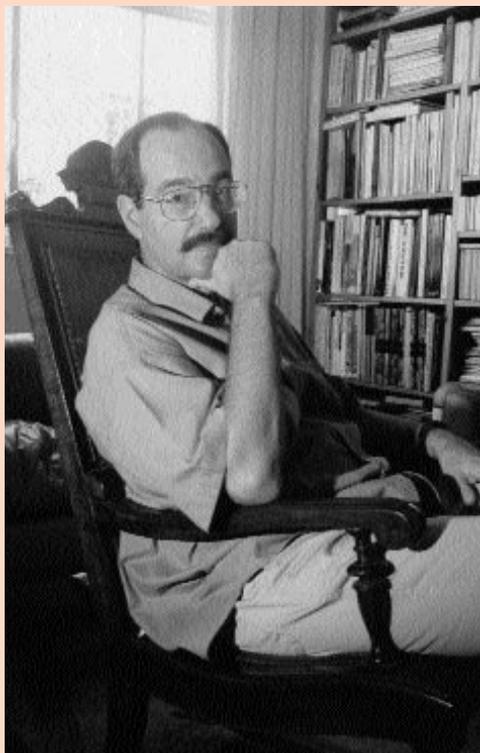
economia. Significa, na linguagem dos nossos clássicos, que a abstração real — e a abstração real mata mesmo —, mata de fome as pessoas: aquela abstração real que você está fora do mercado, você não passa pelo buraco da agulha. O mercado, tudo aquilo que você produz é nada, então você vai morrer. Você morre porque existe essa abstração real que é a produtividade média.

Adusp - A pessoa morre se sentindo culpada.

Paulo Arantes - Morre se sentindo culpada, morre com remorso: “*Eu não sou nada*”, “*Sou inútil*”. Aquele paradigma do traba-

lho ainda é o paradigma da comunicação: “*Você é anticientífico*”, e assim por diante. De modo que existe essa “autonomização” do econômico; o capitalismo é isso e tende cada vez mais a isso. Só que isto agora é um fenômeno, digamos, empiricamente palpável, as pessoas concordam com isso, reconhecem esse fenômeno, a prioridade é isso. Portanto, o fundamento em primeira, média e última instância da reprodução da vida social em todos os planos é econômico. Marx disse isso há 150 anos; agora é uma banalidade cotidiana. Portanto, o marxismo crítico perdeu o gume porque a realidade tornou-se marxista vulgar. Esse é que é o problema. Quer dizer, a direita tornou-se “marxista vulgar” e diz que, no frigidar dos ovos, o que decide é a racionalidade econômica, a reprodução material da vida cujas forças produtivas são pujantes, como estamos vendo a revolução microeletrônica. Elas estão sendo freadas, barradas por essas relações sociais de produção retrógradas, baseadas nos termos do “welfare state”. Você diminui a produtividade, você emperra a revolução tecnológica e diz: “*Vocês são supérfluos, são budistas*”. Então você tem uma caricatura involuntária, uma paródia satânica, por assim dizer, de mau gosto do que foi o marxismo no seu sentido mais elementar, como revolução. As pessoas não sabiam que a reprodução da vida, em última instância, era uma reprodução material e que lá é que se dava o conflito. Portanto, você abria as consciências através da crítica, vo-

COLEÇÃO ZERO À ESQUERDA



Em 1997, Paulo Eduardo Arantes esteve envolvido com o lançamento da *Coleção Zero à Esquerda*, da editora Vozes, ocasião em que publicou o *Dicionário de Bolso do Almanaque Filosófico Zero à Esquerda* (veja trechos na página 36). É parte integrante deste primeiro pacote da Coleção os livros *Os Moe-deiros Falsos*, de José Luís Fiori, *A ilusão do desenvolvimento*, de Giovanni Arrighi, *Os últimos combates*, de Robert Kurz, e *Poder e dinheiro*, organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori. “Não se trata apenas de uma coleção, mas de um projeto com o propósito de mostrar que não estamos mortos, não somos sectários, não somos baluartistas e vamos reiniciar de zero, ou de quase zero”, diz Paulo Arantes. Ainda segundo ele, a coleção tem o propósito de aglutinar pessoas da “velha guarda” e jovens que estejam começando a pensar de maneira diferente. Neste ano de 98, a Coleção estará lançando mais dois pacotes de livros com o propósito de debater e analisar a produção literária, o urbanismo, o teatro, a economia política da globalização, etc.

cê vai lá que nós vamos resolver a parada, não é espírito, não é civilização, não é o progresso, não é caminhar o direito da liberdade, não é nada, é lá. Agora as coisas mudaram. Então você tem um discurso, que eu chamo de pensamento único, e que os outros chamam de neoliberal. Ele é único porque engloba tudo. A esquerda sempre pensou assim, veja só, e agora a direita também.

Adusp - O pensamento é único porque é imposto?

Paulo Arantes - Ele é justamente imposto por essa nova realidade... A realidade se tornou marxista... A realidade se tornou materialista vulgar, a realidade diz: “*Eu sou a economia*”.

Adusp - A nova revolução mundial.

Paulo Arantes - Isso: “*Eu sou a economia. A história está avançando e ela passa sempre com o sacrifício humano, mas depois virá um futuro radioso*”. De modo que qualquer atrocidade, qualquer, digamos, bagatela moral, ética ou social é uma nota de rodapé. Como um verdadeiro bolchevique diria na época: “*Campo de concentração, direitos... olha, o que tem pela frente é uma coisa tão enorme, grandiosa, que isso é banalidade*”.

Adusp - A idéia da razão cínica desaparece? Não tem mais o cínico?

Paulo Arantes - O cinismo passou a ser segunda natureza, nin-

guém esconde nada. Vamos pegar o Proer como exemplo. Se nós estivéssemos no tempo da Rainha Vitória, seguramente um socorro do Banco da Inglaterra a algumas casas bancárias em dificuldade, seria, digamos, justificado. Seria uma medida civilizatória da Rainha Vitória para manter o império inglês coeso, porque estava civilizando o mundo. Agora, no Brasil o sujeito vai à televisão e diz que o Proer é dinheiro público. É claro que é dinheiro público para garantir a intermediação bancária para que não haja uma crise na intermediação, já que é preciso salvaguardar as contas dos correntistas. É dinheiro público financiando banqueiro, e banqueiro, hoje é gênero de primeira ne-

cessidade para a população. Tudo bem, eu não quero que o Econômico quebre, que o Banco Nacional quebre e assim por diante. E todo mundo explica isso. Então, não há o menor pudor, não tem mais o decoro. Um ministro vitoriano jamaisalaria isso.

Adusp - Além de oposição, faltam quadros técnicos para enfrentar esta situação?

Paulo Arantes - Queimaram os quadros técnicos para operar o capitalismo no Brasil, operar não, dirigir, dominar é outra coisa. Então você tem essa nova anomalia, uma aberração, mas é uma singularidade histórica que merece ser estudada do ponto de vista sociológico, antropológico e ideológico que não existe no mundo. Enfim, capricharam, digamos estilizar, à enésima potência o barbarismo operado por quadros de esquerda de sólida formação, inclusive com passagem pelo marxismo. Não que eles sejam venais, possivelmente não são, mas quando descobrem, estão enterrados até o pescoço porque de arrego em arrego se chega lá um dia. Nenhum deles tem intenção de enriquecimento ilícito, nem o professor Cardoso. O professor Cardoso só quer uma coisa: entrar para a história como segundo Vargas. Aí faz qualquer negócio.

Adusp - No simbólico?

Paulo Arantes - No terreno simbólico, evidentemente. Então existem estes novos quadros técnicos que substituem os quadros clássicos. Eles não são neoliberais

porque não nasceram neoliberais, não dá para ser da noite para o dia ainda que estejam aplicando, gerindo e administrando uma agenda que não tem nada de novo, e que está sendo aplicada por 60 ou 70 países no mundo inteiro. Se você der uma de marxista ou de sociólogo progressista, como o professor Cardoso, ele lhe dá uma aula porque você não está dizendo nada que ele não saiba, esse é o problema. Você não pode fazer uma análise marxista arrasadora do governo FHC. Ele diz: *“Já conheço, está chovendo no molhado e pense bem se essa análise marxista arrasadora não é o que eu estou fazendo”*.

Adusp - Qual a sua opinião sobre os intelectuais que estão no governo Fernando Henrique?

Paulo Arantes - Diria que tem a turma que pertence ao reino minimal: não pensa, é burocrata, escreve abobrinhas no jornal, e que repete como realejo; e tem os bem intencionados que acham que vamos reformar o Estado brasileiro. E mais, acham que não será um Estado mínimo. Acontece que eles não estão conseguindo fazer; o capitalismo não deixa mais, é esse o problema. Mas eles são, nesse sentido, bem-intencionados, só que inteiramente equivocados e estão emburrecendo, ajustando-se. Mas o que pensam eles? Tem um novo surto de desenvolvimento que não tínhamos no sentido antigo. Portanto, temos de ter um Estado empreendedor, ágil e forte que seja um Estado neomercantilista, como são os grandes estados

dos países centrais, e que simplesmente sirva, digamos, de caixeiro-viajante, que venda o Brasil. Então o Brasil é uma empresa. Você imagine o intelectual pensando a sociedade brasileira sendo ajustada e se transformando numa grande empresa... Não dá mais para chamar de intelectual. Enfim, lembra um pouquinho, digamos, os nossos déspotas soviéticos fazendo industrialização privada na União Soviética, colonizando o próprio povo, escravizando o próprio povo para chegar lá, e raciocinaram já como um gerente terrorista de uma grande empresa chamada União Soviética, que tinha um grande patrão que de vez em quando decepava cabeças. No imaginário deles é isso que estão fazendo e é o dever de todos nós. *“O quê que vocês querem, meus caros? Que eu passe para o lado do povão, que seja do lado do atraso e vá apostar nos setores que não têm chance histórica?”*

Adusp - Criar direito social...

Paulo Arantes - Não, não, não. Eles dizem o que o professor Cardoso diz a toda hora nas entrevistas e tem outra vantagem: não precisa mentir. Em sociedades coloniais você não precisa mentir, você pode dizer. Então ele diz com todas as letras: *“Um terço dos cidadãos brasileiros vai ficar de fora”*. Se um presidente francês disser isso, ele será “impichado” no dia seguinte com revoltas populares. Não pode dizer. Um alemão não pode dizer: *“Sinto muito, mas alguns cidadãos alemães — ou franceses — estão fora do barco.”*

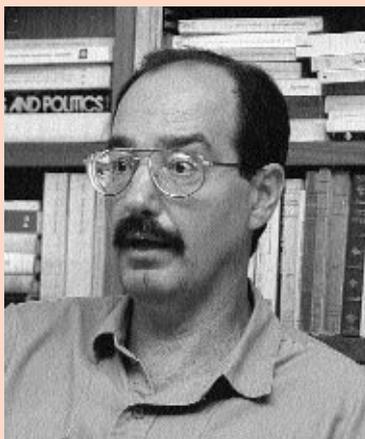
São cidadãos de segunda categoria, viverão da caridade pública, assistência social.” Não pode dizer isso; embora esteja acontecendo, não pode dizer. Aqui pode porque sempre tem uma chance de que uma pequena fatia desses extranumerários tenha alguma chance de se incluir e isso é outra suposição dele: o capitalismo não é um modo de produção, é um sistema de geração de empregos. Então, na visão deles, é bom à GM e à Renault instalarem fábricas para gerar empregos. Não gera emprego, mas corre-se atrás da miragem.

Adusp - Vamos agora falar da universidade. A USP vem cumprindo o seu papel?

Paulo Arantes - Se a função é preparar profissionais competentes, num certo sentido, a USP, por enquanto, é uma escola respeitável. Não dá para imaginar o estado de São Paulo ou o Brasil sem a USP. Agora, não é possível vulcanizar a universidade e dizer para cada um: “Vai procurar a sua própria linha de financiamento”. Aí começam as aberrações, cursos financiados com inscrição a mil dólares.

Adusp - Mas isso já é uma prática em vários institutos.

Paulo Arantes - Isso é o fim, não é mais universidade, acabou. As pessoas deveriam, então, montar os seus centros privados de pesquisa, como se faz nos Estados Unidos. Deveriam ir atrás do mercado vendendo seus serviços, mas não com a chancela “USP”. A



FHC diz: “Um terço dos cidadãos brasileiros vai ficar de fora”. Se um presidente francês disser isso, ele será “impichado” no dia seguinte com revoltas populares. Um alemão não pode dizer: “Sinto muito mas alguns cidadãos alemães estão fora do barco. São cidadãos de segunda categoria, viverão da caridade pública, assistência social.”

USP é patrimônio acumulado, duas gerações de trabalho intelectual coletivo e socializado. Estão se beneficiando disso. É também o que vem ocorrendo na escola privada, que pega um professor com trinta anos na USP. Ele foi formado e pago pelo Estado e vai para os “Objetivos” da vida ganhando vinte mil reais. As universidades privadas podem pagar até

mais porque para ela o profissional sai de graça, já que aquele professor não foi formado por ela. É de graça! Atrai gente! Se é assim, sai da USP, abre um escritório na avenida Paulista, põe placa na porta e anuncia na *Gazeta Mercantil*: “Vendemos curso de política internacional, 1.000 dólares a inscrição”. Claro que não vão fazer isso. A partilha é feita internamente. Claro que eles não vão largar nunca esse osso. Mas é preciso propor: “Aqui é uma universidade de país pobre, indiano, a gente tem de dar cursos de graduação e pós. Não temos uma missão de interferência na política de formar grandes diplomatas, grandes panoramas de política internacional”.

Adusp - Se essa atitude não for proposta pelo reitor, como é que a comunidade deve resistir? Existe um caminho?

Paulo Arantes - Não sei, talvez os órgãos colegiados, por onde passam esses canais, pudessem fazer algo. É claro que para implantar um curso de mil dólares de inscrição essa decisão deve passar por algum órgão colegiado, já que não está na clandestinidade e não é um setor informal. Então alguém tem de vetar.

Adusp - Como formar cidadãos diante desta realidade?

Paulo Arantes - Primeiro temos de descobrir em que sociedade estamos. Não temos mais a grande sociologia do Brasil que se fez nos anos 60 e 70, aquela geração não é só do Florestan, mas em torno do Florestan, em torno de

toda a escola sociológica da qual saiu o novo *establishment*. Não conhecemos mais o Brasil direito e como as classes se relacionam. O governo vai no fácil, que é a aposta nas tendências regressivas, que é o consumo imediato da demanda reprimida a ponto de, por exemplo, reprimir os representantes do velho capitalismo — veja a última greve dos petroleiros. Claro que a receita é internacional; a Thatcher fez assim com os mineiros, o Reagan fez assim com os controladores. Quebra-se a espinha dorsal das grandes centrais sindicais e acabou. Então é uma questão de vida ou morte. O governo sabe que o planeta, do ponto de vista social, deu uma guinada para a direita. Há uma espécie de aspiração mundial ao capitalismo como facilidade de consumo. Portanto, a nossa função é mostrar como é execrável essa sociedade à qual todos aspiram, inclusive esquerda e direita, num certo sentido. Então, portanto, temos de começar a estudar qual é a dinâmica nova disso. O governo sabe que a sociedade é regressiva e nós temos de saber também. Não podemos ter grandes planos mirabolantes progressistas e, digamos, esclarecer a população de maneira geral e partir para o confronto em nome do progresso que vem da regressão social.

Adusp - O que fazer diante deste quadro?

Paulo Arantes - Temos de começar levando em consideração esse quadro que traçamos. Uma coisa simples, mas da mais com-

pleta dificuldade: reinventar uma espécie de sentido histórico de oposição. Oposição não é simpatia abstrata com a classe operária, que nós não sabemos nem onde está. Seguramente, volta e meia, está negociando, como o Vicentinho, com o governo a cabeça dos outros que ficaram de fora.

Então nós temos de reinventar o sentimento histórico da oposição na inteligência brasileira e, por outro lado, engrenar esse sentimento numa idéia de reconstrução da sociedade enquanto tal.

Adusp - A perspectiva de Fernando Henrique ficar, no mínimo, mais quatro anos no governo é ruim para o país?

Paulo Arantes - Não é ruim, é catastrófica. Resta saber como vai ser o Brasil, porque o economicismo significa que o ciclo de negócios garante, digamos, a recomposição da sociedade. Pelo contrário, vai aprofundar a decomposição porque a economia se descolou. Não adianta ter dez assentamentos de GM, Renault, Ford, Volkswagen no Brasil porque isso não forma tecido social. O desmantelamento daquilo que o Robert Castell chama de sociedade salarial é o desmantelamento da sociedade, não é de grupos corporati-

vistas beneficiados pela proteção paternal do Estado às custas do contribuinte etc. Acaba a sociedade, esse é o problema. Então nós temos de reinventar o sentimento histórico da oposição na inteligência brasileira e, por outro lado, engrenar esse sentimento numa idéia de reconstrução da sociedade enquanto tal.

Adusp - Quem, ou quais grupos, pode(m) puxar essa discussão?

Paulo Arantes - Pela velocidade da desintegração do nacional tem muita coisa que não está aparecendo e que está nas universidades. No Brasil, pequenos núcleos estão estudando a nova pobreza brasileira, a nova sociedade que está se formando. Eu sou sozinho; meu escritório e um conjunto de amigos, mais nada. Creio que quando a universidade chegar à beira de morte, às vésperas da extinção, as pessoas vão começar a reagir e vão começar a aparecer coisas que estão sendo feitas e que nós não sabemos. Aí surgirão os grupos que estão pesquisando urbanismo, saúde pública, base energética, reprodução da economia brasileira, etc. Tem muita gente pesquisando, o Brasil não é burro, a esquerda não é atrasada e burra. Isso a mídia diz, mas não é verdade. Tem muita gente bem formada, que conhece a sua profissão, sabe o que faz, e tem consciência de que o país e a sociedade tornaram mais complexos do que o Estado. O presidente ainda vai morrer pela boca, exatamente pelo que ele fala. 

A NEGRITUDE NO BRASIL

F. C. de Sá e Benevides



O artigo “Quilombo dos Palmares, símbolo de resistência e luta”, de autoria de Casimiro P. da Silva, publicado no número de dezembro de 97 desta revista, sugeri-me, talvez por pulsão, como dizem os modernos psicanalistas, a me envolver, mais uma vez, com a questão da negritude no Brasil.

A última vez que isso aconteceu foi com um artigo intitulado “A face oculta da negritude”, que enviei à revista do Clube Militar, que não o publicou. Talvez porque tenha tratado do tema do ponto de vista estratégico, relacionando-o com a construção e consolidação do poder nacional. Mexia, pois, com a política do atual governo, caracterizada pelo desmonte do Estado nacional, para se pôr de acordo com a filosofia da modernidade do Diálogo Interamericano, formulado por Samuel Huntington, teórico da Trilateral.

É precisamente aí que a questão da negritude no Brasil toma dimensão nova e diversa de mero acidente étnico, para se enquadrar no cenário geopolítico, com intermediação da linguagem indutora da utopia de “um mundo só”, explicitada na “Nova Estratégia do Poder Norte-americano”, cujo fenômeno teórico é a tese do Fim da História, do sociólogo do Pentágono, Francis Fukuyama.

O centro de gravidade dessa ideologia está na nova visão do poder hegemônico, desvendada no discurso oficial do governo Bush, por ocasião da Guerra do Golfo: “Os Estados Unidos são hoje a única potência militar do mundo. Os países já não precisam se preocupar com a defesa de seus interesses e da sua soberania. Essa é a missão histórica dos Estados Unidos. Portanto, os demais países devem renunciar às políticas externas agressivas e se colocar sob a proteção benevolente do mais forte”. Esse o substrato da globalização.

Tal visão da “Pax Americana” tem suas raízes na Doutrina do Destino Manifesto, de Blain, que estendeu o alcance da Doutrina Monroe, “a América dos americanos”, desmentida no episódio da Guerra das Malvi-

nas, quando Reagan apoiou a Inglaterra. De outro lado, essa ideologia do “mundo-de-um-só” atualiza as propostas de Bertrand Russell, quando este, na década de 40, formalizou a doutrina de um governo mundial, perante a comunidade acadêmica dos Estados Unidos, com a assessoria de Noam Chomski e Zbigniew Brzezinski, afinados com as teses do Tavistock Institute, e que, mais adiante, seriam “enriquecidos” com as proposições malthusianas e genocídicas do Clube de Roma.

Observe-se que as peregrinações de Russell nos Estados coincidiram com o momento em que Churchill, no encontro com Roosevelt, a bordo do Prince of Wales, disse a este: “o governo do mundo no pós-guerra deve caber, por razões morais, aos anglo-saxões”.

Russell, o pacifista de antes de 1914, era agora adepto de uma política fundamentada no monopólio da bomba atômica, possibilitando o controle de guerras localizadas de limpeza de área. Quando esse monopólio foi quebrado pela Rússia, incluindo a bomba de hidrogênio, o filósofo inglês admitiu a viabilidade de coexistência provisória de pelo menos dois impérios com os mesmos propósitos em suas respectivas áreas de influência, fato que acenava para outra Yalta.

A partir daí, à estratégia político-militar de contenção de possíveis focos de turbulência foi agregada a estratégia do uso da linguagem audiovisual, visando à cooptação dos setores ativos das sociedades periféricas, nas quais maiores eram os riscos de perturbação à segurança do novo sistema de governo mundial. Aos novos meios de comunicação a distância estaria destinada essa tarefa, dadas as condições de envolver milhões de criaturas simultaneamente.

As conquistas científicas do pós-guerra, a Cibernética de Wiener, os computadores digitais binários de Newman e, logo a seguir, a tecnologia dos satélites, permitiram compor o sistema telemático de transmissão e percepção, com repetição de imagens e mensagens em condições virtuais, juntamente com a tática da corrupção dos conceitos.



A comissão Trilateral e os centros acadêmicos especializados em Antropologia Aplicada, que, nesse mesmo tempo, foram implantados de acordo com os estudos de Radcliffe Brown, desenvolveram táticas comunicativas, tendo por suporte aquelas conquistas, no sentido de obter condicionamento mental receptivo à idéia do governo mundial russeliano. Nada impossível, já que a linguagem exerce influências transformadoras do comportamento e da personalidade. Os estudos de W. P. Robinson, Robert Serpell, David Peck e David Whithlow são conclusivos a esse respeito. A linguagem despojada e alta frequência das informações operam como forças inibidoras da reflexão. Inibida esta, lesada fica a capacidade de discernimento das relações de causa e efeito entre os fatos econômicos, políticos e sociais e os sistemas de poder, sobretudo no que concerne aos poderes hegemônicos e os poderes nacionais periféricos.

Isso já foi quase inteiramente conseguido no plano econômico e político. Restava alcançá-lo no plano social, cujas dificuldades foram reconhecidas como maiores, devido à conjunção de diversidade de variáveis que complica as derivações funcionais, requeridas pela integração orgânica da dominação.

Os especialistas dos centros de decisão hegemônicos, jogando com os componentes psicológicos, sociais, econômicos e históricos da formação das sociedades periféricas, encontraram a fórmula removedora das citadas limitações: a invasão cultural, impulsionada por agentes estético-emocionais, com o reforço da qualidade motora das imagens, no caso, associada à idéia-força da superioridade cultural, que induz à imitação. Aliás, Newman, quando apresentou seu computador binário (vinculado à Cibernética de Wiener), declarou que com a lógica binária (já que a lógica humana reproduzia a lógica dos computadores) se estava de posse de um instrumento capaz de modificar o comportamento das pessoas e orientá-lo numa direção desejada.

O exposto nos permite entender que o problema da negritude no Brasil não deve ser entendido como simples questão de etnia e de étnica. Por razões históricas, no atual contexto das relações internacionais de poder, há de ser tratada como questão geopolítica no cenário do “mundo-de-um-só”. Isto porque não podemos desvinculá-lo do objetivo de desmonte do poder nacional nos países periféricos como condição inerente ao governo mundial centralizado.

John Stoessinger, ex-consultor da ONU, em seu livro *Poder das nações, política internacional de nosso tempo*, fundamentado nas diversas teorias geopolíticas, nos informa que o poder nacional compreende categorias de natureza objetiva e subjetiva. Entre as primeiras cita o poder militar e os recursos naturais disponíveis, principalmente no que se refere a minerais críticos e estratégicos, aos quais devemos acrescentar os da biodiversidade, por implicarem potencial energético renovável e matérias-primas necessárias à química fina e aos fármacos. Entre as segundas inclui a imagem que o povo faz de seu próprio país e a recíproca: a imagem que os outros dele fazem; o sentimento de auto-estima e de amor à terra natal. Essas categorias dizem respeito à população, na qual se concentram as táticas divisionistas da linguagem, operadas pelos centros do poder hegemônico, porque entendemos que ela é categoria mista objetiva-subjetiva a um só tempo.

Portanto, do ponto de vista geopolítico, levando em conta tais componentes do poder nacional, o Brasil é provido de potencialidades que ameaçam o citado poder hegemônico centralizado no Norte. Sua extensão territorial de características continentais (que já foi objeto de recomendações no sentido de sua regionalização com soberanias divididas) lhe propicia elevado índice de aproveitamento do solo, incluindo os recursos hídricos, hoje considerados estratégicos, o que, no conjunto, lhe assegura elevado nível de autilização. Sua posição geográfica é privilegiada: faz fronteira com todos os países do continente, exce-



ção do Chile e Equador, e tem um largo *front* aberto para os países negros da África subsaariana, com os quais, por razões históricas, tem larga margem para intercâmbio. Estão, pois, aí configurados os cenários de suas forças como poder nacional.

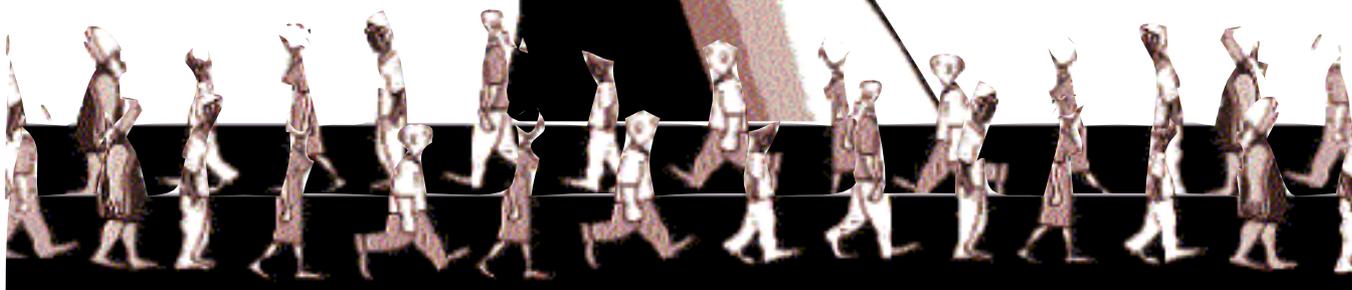
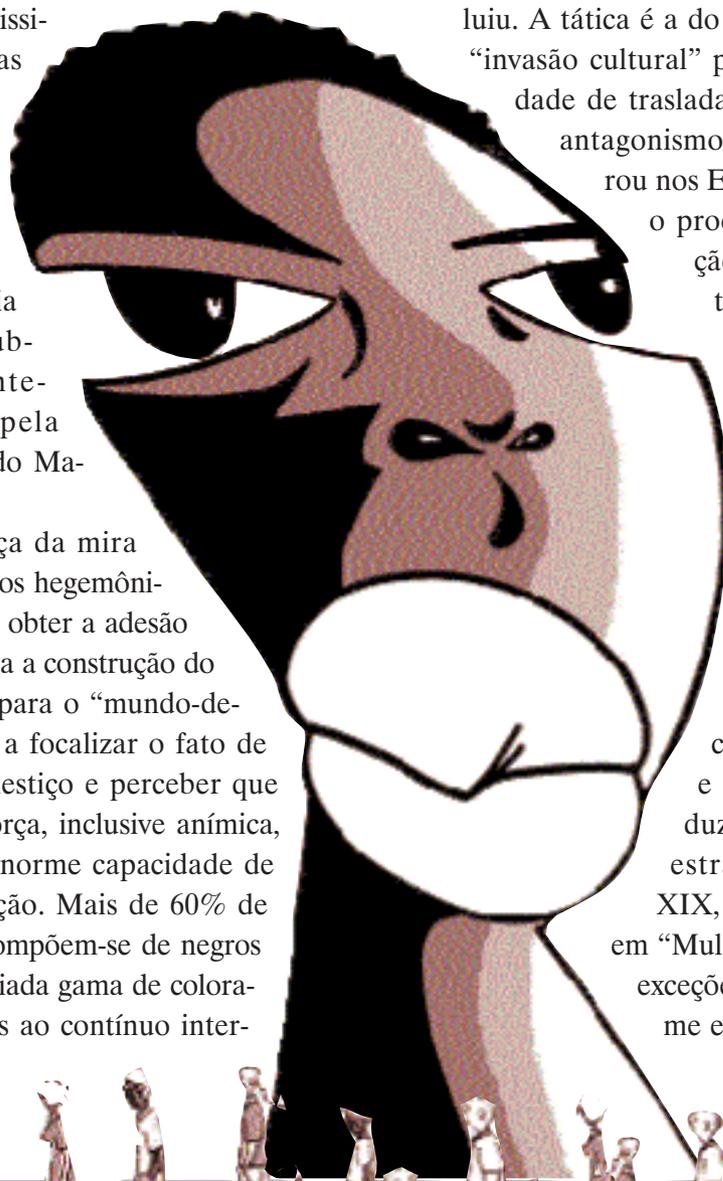
Não é por outras razões que Henry Kissinger, ora trabalhando para a inteligência anglo-americana, explodiu, dizendo que os Estados Unidos não permitiriam um Japão nos trópicos e que, por outro lado, essa inteligência desenvolve, atualmente, uma política agressiva de cooptação combinada com pressões dissimuladas em ajudas “humanitárias” às populações negras da África e de empréstimos para o desenvolvimento da economia (?) dos países subsaarianos, recentemente visitados pela secretária de estado Madeleine Albright.

Estamos na alça da mira dos poderes externos hegemônicos, que, depois de obter a adesão de nossas elites para a construção do governo mundial, para o “mundo-de-um-só”, passaram a focalizar o fato de sermos um país mestiço e perceber que nisso está nossa força, inclusive anímica, com inclusão da enorme capacidade de assimilação e criação. Mais de 60% de nossa população compõem-se de negros e mulatos, com variada gama de coloração da pele, graças ao contínuo inter-

câmbio carnal do colonizador branco moreno mediterrâneo, por si bastante miscigenado, com a mulher negra e, também, indígena, com sua descendência cabocla. Talvez a mestiçagem de origem tenha predisposto o lusitano a esse intercâmbio, no isolamento geográfico e no fato de ter chegado desacompanhado da família.

Essa força há de ser desequilibrada com a introjeção de antagonismos que rompem as pulsões unionistas, na tentativa de reacender os resíduos de escravidão e neutralizar sentimentos de coesão, para, em seu lugar, reviver ódios raciais, que o tempo diluiu. A tática é a do uso da linguagem, embutido na “invasão cultural” programada, com a sublimariedade de trasladar para nosso meio ambiente os antagonismos radicais que a escravidão gerou nos Estados Unidos e, assim, estorvar o processo de integração da população brasileira e, conseqüentemente, desarticular o poder nacional. A estratégia é inibir a percepção de que o problema do negro no Brasil nada tem de comum com o do negro nos Estados Unidos.

A diferença substancial está no fato de que, no Brasil, a miscigenação foi a norma pelas razões geográficas e sociais referidas, dando-se o cruzamento racial sem traumas e perplexidades, conforme se deduz de depoimentos de visitantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, entre outros, de Charles Expilly, em “Mulheres e Costumes no Brasil”. As exceções traumáticas por conta do ciúme e do amor próprio ferido das ma-



ter-famílias, de que serve de exemplo o incidente descrito por John Luccock, da matrona que mandou servir a sopa ao marido com os globos oculares da escrava, cuja beleza dos olhos o marido havia enaltecido.

Nos Estados Unidos, o intercâmbio carnal de brancos com escravas negras e índias sempre foi fato episódico. Quando ocorria, era estigmatizado como transgressão ético-religiosa. Portanto, aqui foi possível contínua interação afetiva amalgamadora; lá a transgressão reprimida dava lugar ao ódio, como catarse da culpa perante a fé protestante, que assumiu o nível de fanatismo de mistura com hipocrisia, de que o filme *Chuva*, encenado por Joan Crawford, serve de exemplo. Além disso, aqui não foram raros os casos de entrega da mulher branca ao escravo negro ou ao mulato semi-livre, com o “patriarca” dissimulando a situação dando trabalho mais categorizado ao descendente desse conúbio.

Por outro lado, o sincretismo religioso-cultural, com suas aberturas para a interação social, no que se inclui a convivência nos terreiros de umbanda e quimbanda, por cima do religiosismo católico, operou como atenuador da discriminação preconceituosa, o que se reflete na comum ligação de mulheres brancas com homens negros e mulatos e vice-versa, principalmente nos segmentos sociais de média e baixa renda.

A invasão cultural, despejada nos últimos anos em nossa sociedade, por indução, nos entremeios da deterioração dos conceitos, pretende reverter o sentido desse processo miscigênico, incluindo conceitos adulterados, como, por exemplo, a posição de certas lideranças negras, no que se refere “à defesa da preservação da identidade negra” e de retorno do negro atual “às suas raízes culturais”, e isso é dito por negros que se casaram com mulheres brancas e louras. Consideramos tais posições como reacionárias, por se inserirem num estado estacionário, de volta a um passado dinamicamente desaparecido.

Tais lideranças negras invocam, como prova de racismo branco, a oposição à existência de uma imprensa negra. A oposição, se existe, é a existência de uma imprensa negra americanizada, de que serve de exemplo o jornal *Mundo Black*. Por que não *Mundo Negro*? Porque a intenção é a de criar o clima do racismo negro existente nos Estados Unidos. Outro fato: por que a mídia, notoriamente ligada aos interesses econômi-

cos norte-americanos, durante algum tempo se ocupou do “movimento funk”, contrapondo-o às ricas criações estéticas e de lazer do brasileiro negro, as quais eram relegadas ao silêncio?

A última novidade da “invasão cultural”, adulteradora dos comportamentos étnicos, foi exibida pelo marketing da propaganda comercial, ao considerar vesguice preconceituosa desconhecer a realidade de um mercado consumidor negro no Brasil, numa faixa de renda média mensal de R\$ 1.200,00, cerca de 26 a 30% da força de trabalho. Por que essa ênfase num consumidor negro? Por acaso ele consome produtos que não o sejam pelo consumidor branco? Nesse aparente movimento de simpatia, percebe-se, entretanto, se bem analisado, o propósito de jogar com o inconsciente coletivo negro, despertando o sentimento de antagonismo e ferindo o processo de integração social e política, sem a qual a cidadania não prospera e a democracia é lesada.

Vê-se nesse jogo aquilo que Weber observou nos fatos sociais, que o levou à visão dual em sociologia: o fato social em si e a intenção nele embutida enquanto fator de ação social.

Que se deseja: um Brasil branco, um Brasil negro e um Brasil mulato e por que não, também, um Brasil caboclo, ou um único Brasil de negros, mulatos, caboclos e brancos?

Aqueles Brasis são os que constam do projeto hegemônico da recolonização embutida na globalização do “mundo-de-um-só”. Por isso, é pertinente lembrar José Bonifácio, quando afirmava que, se quiséssemos ser uma nação soberana e não apenas um país politicamente independente, haveríamos de perseguir a realização da homogeneização social.

O problema não é, pois, de resistência na busca do enclausuramento étnico, mas de luta para que a cidadania seja para todos, como condição suprema da realização democrática. Esse parece ter sido o sentido ontológico da luta de Palmares: a conquista da liberdade contra a escravidão excludente. Não é lícito concluir que em Palmares se defendiam a identidade e a preservação da cultura negra como valor estático.

F. C. de Sá e Benevides é articulista do *Jornal do Comércio - RJ*

OS PAGODEIROS E OUTROS ABUSOS: ANTROPOLOGIA SEM AÇÚCAR

Mauro Göpfert Cetrone

*“... [o] amor pelas pessoas como elas
são nasce do ódio ao homem correto”
Theodor Adorno*

Há algumas décadas, no Brasil, os negros desenvolveram e têm cultivado um hábito que é revelador de um gosto, no mínimo, extravagante e que sugere um ethos verdadeiramente singular: reunir-se em saletas mal ventiladas com a intenção premeditada de se lamuriar, resmungar, zangar-se, esconjurar o homem branco, fazer votos de redenção e fuxicar um pouco — e até, quem sabe, arrumar um namorado(a)... De modo geral, esses pagodes terminam bem, com a promessa tácita de todos voltarem a se reunir, ali mesmo ou alhures, numa data acordada.

Evidentemente, um tal exotismo não poderia passar despercebido dos antropólogos (estes perversos), que, rápido, reconheceram a necessidade de cunhar um neologismo para se referir àquele ritual lúdico-catártico tão fascinante: chamaram-no de “movimento negro”.

Em que pesem os esforços de cooptação realizados pelos adeptos dessas seitas e os seus ensaios de

formação de uma irmandade nacional, o fato de terem sido descobertos pela academia (e depois pela mídia eletrônica) foi a melhor sorte que poderia ocorrer a esses bizarros. Súbito, entidades, fundações, sindicatos, instituições, corporações (nacionais e estrangeiras) e órgãos públicos tomaram conhecimento de sua existência e viram-se constrangidos a reconhecer sua “legitimidade”. Desde então, aquelas reuniões melancólicas em salinhas sem janela têm dado vez, periodicamente, a grandes encontros estaduais ou nacionais (naturalmente, patrocinados pelo dinheiro do “inimigo”), não raro, em confortáveis auditórios com ar refrigerado e com direito à divulgação na grande imprensa e passagens aéreas para as lideranças — isto é, aqueles pretos mais sabidos que puderam, talvez, perambular por uma universidade, esbarrar nos corredores com brancos ilustrados, bisbilhotar suas conversas e aprender seus trejeitos e maneirismos.

Este novo cenário tem sido o palco para a performance de novos

atores da cena brasileira — “os negros de classe média”, de que aqueles militantes são apenas a expressão mais espalhafatosa. Ocorre que a novidade do espetáculo tem dado oportunidade a apreciações e comentários que, sob a aparência de penetrantes, só arranham a superfície. Resta-nos discordar, sem intenção polêmica; apenas com esperança de distinguir o aparente do justo e, se possível, colaborar com a higienização dos costumes.

Pessoalmente, considero pouco verossímil a opinião corrente, segundo a qual aqueles “ongueiros”, bolsistas vários, professores, sindicalistas, assessores, etc., etc... (enfim, todos estes simpáticos barnabés) sejam guiados unicamente pelo propósito mesquinho de conquistar, preservar e ampliar suas sinecuras. É claro que este motivo é importante (e legítimo, diga-se): um homem tem de ganhar a vida! Contudo, apenas se fôssemos uns ingênuos, isto é, se fôssemos marxistas e acreditássemos que os homens são movidos fundamentalmente por seus interesses econômi-

cos, só neste caso, aquela opinião frívola pareceria fazer sentido.

Mas, sabemos que as coisas se passam de outro modo; que a paixão que agita as criaturas humanas é a vaidade, mais que a cupidez. É por isso que o movimento negro brasileiro não se explica somente pelas parcas vantagens materiais (quase simbólicas...) que tem sido capaz de oferecer a seus expoentes (os proprietários das “entidades” e amigos).

É preciso reconhecer nele a tradução legítima da vaidade dos “negros de classe média” — esta última expressão, utilizo-a apenas por comodidade lingüística; ela não é adequada e induz a erro. Com efeito, só o hábito brasileiro de resolver no plano da linguagem aquelas mazelas e contradições sociais que não encontram solução real explica que se denominem negros de classe média aqueles bisnetos de escravos que tão-somente escaparam da indigência. Embora seja preciso reconhecer que estes pretos que abandonaram o estado famélico têm realizado um corajoso e comovente esforço para serem reconhecidos, de direito, na categoria de cidadãos-consumidores. Até onde permitem os malabarismos com seus orçamentos domésticos, estes negros (militantes à frente) têm se empenhado heroicamente para mimetizar os hábitos de consumo e lazer dos brancos quase-letrados dos estratos médios (dos leitores da “Ilustrada”, eu teria dito, se pretendesse ser exato à custa de ser entendido apenas por paulistas). De fato, alguns destes pretos até já foram vistos xeretan-

do em livrarias e todos têm em casa sua coleção de CDs de liquidação; excursionam pelo país inteiro de ônibus e sempre carregam consigo uma agenda cheia de nomes de gente importante — infelizmente, gente importante que não tem lhes dado muita importância. Nem é preciso dizer que estes aristocratas negros (e particularmente seus

Pode-se dizer que o movimento negro brasileiro transcende seus militantes — diz respeito a todos os negros remediados — e seu futuro não depende das veleidades dos seus dirigentes.

componentes femininos) compreendem perfeitamente as restrições que sua condição superior lhes impõe; e em vão pretenderíamos acusá-los de promiscuidade com os negros da ralé. Quanto aos negros verdadeiramente estabelecidos, só há uma profissão em que procurá-los: os engolidores de sapo. Mas, em tempos de correção política, o pai-João aderiu ao radicalismo consentido e à contestação ruidosa da ordem como meio eficaz de integrar-se nela; e quase trocamos o seu nome!

Assim, a má-consciência dos brancos pode descansar em paz; esta elite marrom é testemunha de que vivemos uma verdadeira democracia racial: aqui o sol nasce para todos.

O que querem, afinal, estes pretos que já não passam fome? Ao que parece, querem tornar-se homens. E não estão dispostos a tolerar rodeios sobre o significado deste termo: trata-se, simplesmente, de arrumar um emprego (ou, melhor do que isto, pensaria secretamente o militante, uma função) que remunere bem; o suficiente para comprar uma casa bonita, um carro bonito e uma mulatinha bonita. Mas, não por cupidez, insisto, por vaidade. A vaidade de tornar-se homem.

Assim, pode-se dizer que o movimento negro brasileiro transcende seus militantes — diz respeito a todos os negros remediados — e seu futuro não depende das veleidades dos seus dirigentes. O que não nos autoriza a supor que tem algo a ver com a política. Qualquer um que já teve notícia do que foi a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e da natureza das tarefas que ela impôs aos líderes e militantes afro-americanos compreende, sem esforço, a razão por que o movimento negro brasileiro não tem nada a ver com a política e seria aconselhável encontrar outro ramo de negócios em que seus militantes tivessem acumulado maior experiência: a indústria do turismo popular, talvez. De qualquer modo, quanto aos *scholars* mi-rins do movimento, só nos cabe elogiá-los por serem capazes de

conter seus impulsos revolucionários e nunca se meterem em arruaças ou inseqüentes atentados à ordem pública. Também é preciso não desdenhar do modo como se agarram a seus *papers* e apostilas como um naufrago segura sua bóia. Estes eruditos têm muitas orelhas de livros para ler e só devem deixar a universidade com o nome de doutor. Sua missão: forjar a cosmóvisão africana e fundar os pilares da insurreição negra.

Mas, não seria também o caso de perguntar se o humor tropical do negro brasileiro, sua bonomia, seu espírito festivo e temperamento efeminado não o incompatibilizam com as tarefas históricas que a reversão do seu status subalterno exigiriam? Não se aborream lideranças (?) negras, universitários *habitués* de seminários sobre a “questão étnica” e moças e rapazes de tranças, em geral: não ignoro a história dos quilombos, a Revolta dos Malês, etc., etc... Apenas constato que os afro-brasileiros já compreenderam que o importante é “viver a vida” e que fazer a história é uma idiosincrasia dos povos europeus, dos neurastênicos e dos sexualmente reprimidos. No Brasil, a “elevação da raça” continua dependendo dos esforços solitários dos negros arrivistas, e de sua saudável intuição de que a realização de seus anseios requer algum tipo de “ação entre amigos”; aliás não é esta intuição que explica a origem e as feições do movimento negro brasileiro?

Mas, pelo que dissemos até aqui, talvez nos acusem de sermos parciais em nossa avaliação dos militantes negros brasileiros; de não

considerarmos suas qualidades humanas. Ainda é tempo de reparar a situação. Porque, na verdade, estas pessoas são bem-intencionadas e muito divertidas — e só o fato de transformarem ressentimentos e frustrações em combustível para atividades socialmente relevantes e pessoalmente lucrativas já os torna especiais: quantos de nós somos capazes disto? Apenas, não seria prudente tomá-los a sério demais.

Ou considere-se, por exemplo, seu discurso anti-miscigenação e suas queixas habituais sobre os mestiços. Ora, aceito que os mulattos não são criaturas confiáveis. Ou antes, que há poucas tarefas que se lhes pode confiar. Um exemplo: colocá-los em pé diante da porta (qualquer porta) para que controlem a entrada de negros. O entusiasmo juvenil com que executam este serviço pode enternecer uma alma mais sensível. Também são bons para fazer o troco, nos ônibus, e pilotar os elevadores. Infelizmente, não parece haver muito mais que saibam fazer.

Então os militantes negros estão certos neste ponto. Apenas, seus comentários rabugentos sobre os casais mistos — “os negros bem-sucedidos se casam com brancas, blablá...” — deixam entrever menos reprovação do que inveja; e destoam da sua opção preferencial pelas mulatinhas caucasóides.

Mas, são pessoas simpáticas e esforçadas e é preciso colaborar com seus esforços.

Pessoalmente, sinto-me no momento pouco inclinado a tomar parte em suas iniciativas. Mas tenho dedicado alguma atenção ao

problema racial brasileiro e não me negarei a propor uma solução. Ei-la: considerando que cinco séculos não foram suficientes para que o elemento africano se aclimatasse em terras do Brasil, apresentando o afro-brasileiro toda sorte de atitudes destoantes, condutas bizarras e um comportamento verdadeiramente patológico, não conviria patrocinar o regresso dessa população à mãe-África?

O custo de uma tal empresa seria menor do que poderíamos supor, tendo em vista que o número de pretos entre nós não deve ultrapassar algumas centenas de milhares, conforme afiança o IBGE. Em todo caso, as vantagens eugênicas e outras proporcionadas pela medida compensariam quaisquer esforços para levá-la a efeito: os brancos (e também os “acastanhados”, os “amarelos-escuros”, e os “morenos-puxados-para-branco”) estariam, finalmente, desembarçados para construir uma civilização completamente européia.

Quanto a mim, negro, ativista bissexto e curioso dos costumes das gentes, permanecendo aqui ou em safári pela África, quereria apenas ter algum tempo para dedicar a três questões que me atormentam:

1) Por que tão poucos querem caminhar pelo caminho que vai dar no Reino da Verdade?

2) Por que só nos restou a indiscricção como forma possível da generosidade?

3) A que se deve atribuir a natureza bovina do negro brasileiro?

Mauro Göpfert Cetrone é graduando em Filosofia e membro do Núcleo de Consciência Negra na USP.

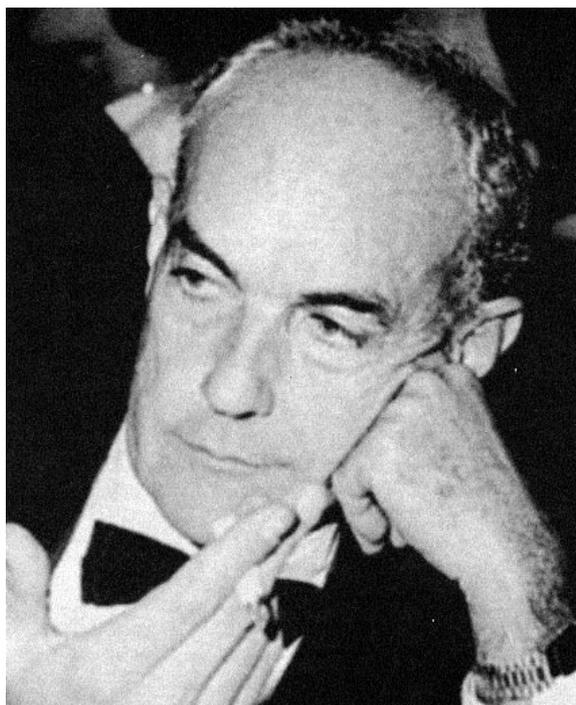
REFLEXOS CUBA-BRASIL, UMA CRÔNICA DE REALISMO MÁGICO

Paulo Henrique Martinez

Das janelas do hotel *Habana Libre*, no bairro do *Vedado*, na capital cubana, se podia avistar as casas que vendiam livros usados expostos junto à calçada. Foi ali, entre a poeira do tempo e a fumaça dos antigos *chevrolet* de antes da revolução, sob um calor ameno, mas escaldante, que encontrei uma pequena brochura com manchas na capa. O nome do autor chamou minha atenção: Tomás Gutiérrez Alea. Percebi tratar-se do cineasta cubano,

falecido dois meses antes, e que nos encantara com *Fresa y chocolate* (*Morango e chocolate*, no Brasil). Imediata, mas discretamente, chamei Ana Lúcia Jackson, que me acompanhava na viagem e, momentos antes, abandonara comigo o salão abafado onde se realizava o congresso acadêmico que nos levara a Havana. Mostrei-lhe o pequenino achado e confabulamos sem muito disfarce. Aleatoriamente, coloquei o volumezinho entre os demais livros que pretendíamos adquirir. Negociar o preço em bloco fora a estratégia adotada para não chamar a atenção do vendedor. Em vão. Preço final: 2 dólares. Paguei e fomos tomar sorvete na *Kopélia*, situada logo adiante.

Minha euforia com o livro do cineasta-poeta só era menor que a de Ana Lúcia pela estada em Cuba. Ela estava radiante, feliz, com ânimo e uma alegria



Tomás G. Alea, 11/12/1928 • 17/4/1996

pela vida como eu nunca tinha visto, desde que a conhecera, cinco anos antes. Era como se o sol, a brisa e a música lhe servissem de alimento. De posse do que considerava uma relíquia, eu folheava o livrinho. Uma série de poemas lírico-metafísicos, com alguns disparos místicos, publicados em 1949. Título: *Reflexos*. Edição do autor, e uma dedicatória: “Para Pino Zito con afecto y simpatía, Tomás Gutiérrez. 15/maio/49”. Um frio correu pelas minhas costas

enquanto meu *helado* se descompunha com o calor que assolava as mesinhas ao ar livre da *Kopélia*.

Voltei à Cuba um ano depois. Foi quando conheci Raúl Rodríguez, um estudioso do cinema cubano e entusiasta dos festivais de cinema de Havana. Conversamos algumas vezes e fomos jantar em um *paladar* sugerido por Raulito. *La guarida* se chamava o restaurante. Um casarão colonial do século XVIII, situado entre as ruas Gervásio e Escobar, em *Centro Habana*. Curiosidade: as dependências do restaurante eram as mesmas que serviram de cenário para *Fresa y chocolate*, o apartamento de *Dieguito*, com a decoração vista no filme. Entre garfadas de *arroz con gris* e *chicharritas*, deliciosos por sinal, perguntei-lhe se conhecia os poemas de Alea. Surpreso, Raulito demonstrou grande interesse em conhecer o poeta em-

butido no cineasta. Prometi-lhe enviar o volume. Resgatado o livro, chegara a vez de sua preservação e divulgação, e Raúl Rodríguez não apenas era a pessoa indicada para isso, como estava disposto a tanto.

De volta ao Brasil, aguardava que algum conhecido viajasse à Cuba. Correndo os olhos pelas páginas de *El cine silente en Cuba*, do amigo Raúl Rodríguez, ofertado no *La guarida*, notei uma coincidência: Raulito era nascido em 1949, data da dedicatória de Alea. Foi então, que no final do ano, surgiu um portador confiável para conduzir *Reflejos* de volta à Cuba. Um primo meu encarregou-se de procurar o destinatário e entregar-lhe o livro de Alea, juntamente com o de Afrânio Catani, sobre a chanchada brasileira, que igualmente despertara o interesse de Raulito. Tentei falar com Raúl, para avisar-lhe da remessa. Nenhum sucesso, as comunicações telefônicas nunca se completaram. Por algum motivo, o portador pediu a uma (des)conhecida que fizesse a entrega do material. Os livros nunca chegaram ao seu destino final.

Este ano, preparando nova viagem à Cuba, tentei restabelecer o contato com Raulito. Fiquei sabendo da morte fulminante, por um câncer que o matou em poucas semanas. Descobri também, com muita imprecisão, que a fase da doença correspondia à da viagem do meu primo. Tentei localizar a pessoa a quem este teria entregue os livros em Havana. Seguidos telefonemas, até descobrir que a pessoa estaria fora, em um curso, durante toda a semana de minha permanência em Cuba. A casa de livros usados, em frente ao *Habana Libre*, também desapareceu, cedendo lugar às reformas dos prédios daquela rua. Era como se um cenário e suas personagens fossem desaparecendo, subitamente, um após o outro.

Passei a última semana imaginando: se o livro de Alea voltou a desaparecer no casario colonial de Havana, ressurgindo no Brasil, através das páginas da *Revista Adusp*, nada impede que Ana Lúcia reapareça na ilha de Cuba, alegre e vigorosa, em harmônica convivência com o sol, a brisa e a música do Caribe. O mesmo sol que no Brasil, repentinamente, encurtou-lhe a vida com um câncer de pele. Hoje, uma semana após a sua morte, estou convencido: quando quiser rever Ana Lúcia Jackson, irei a Cuba.

VERSOS ALEATÓRIOS

Afrânio Mendes Catani

“Yo era un hombre bueno
si hay alguien bueno en este lugar.”

El Fantasma de Canterville

Charly García

Nos últimos dias eu estava todo prosa. Puxava papo com alguns amigos e fazia com que as conversas confluíssem para o cinema latino-americano, até chegar em Tomás Gutiérrez Alea (1928-1996), o mais importante cineasta cubano, diretor de uma dúzia de longas-metragens e de outros seis curtas.

Acrescentava, em seguida:

— Alea é um bom cineasta, fez vários filmes interessantes, mas também gosto muito de seus poemas.

Todos se espantavam, e eu dizia:

— Ele é autor de um belo livro, *Reflejos* etc. e tal. E me punha a falar.

Honestamente, não sei se Gutiérrez Alea publicou poemas antes ou depois de *Reflejos*. Graças a Paulo Martinez podemos, a partir de agora, ter em mãos esse sensível conjunto de versos, reunidos nesse pequeno livro de 63 páginas, editado em Habana (1949) e contando com 3 belas vinhetas — incluindo a da capa — de Cabrera Moreno.

A primeira parte intitula-se “Canción Sola Entre las Aguas” (pp. 11-20) e traz oito poemas, enquanto na segunda (pp. 27-63) encontramos outros cinco, cujos títulos originam-se dos primeiros versos de cada um deles. Assim, temos “Caer en el ámbito de un poema...”, “Me ceñi de anhelos...”, “No sé qué tormenta de alas lejanas...”, “Es la Noche...”, “Aquí...”.

Acredito que *Reflejos* possa ser classificado como uma “obra de juventude”, escrita aos 21 anos. Nesse momento, Tomás Gutiérrez Alea estudava Direito (formou-se em 1951) e, aos poucos, foi se interessando por cinema, tendo realizado, em 1950, *Una Confusión Cotidiana* (curta-metragem, 8 mm), ba-

seado em Kafka. “Titón”, como era conhecido por todos, foi estudar cinema no Centro Sperimentale di Cinematografia, em Roma, de 1951 a 1954, tendo sido aluno de Cesare Zavattini. Declarou à jornalista Maria do Rosário Caetano que seu trabalho final, em Roma, “foi um curta, em 35 milímetros, chamado *Il Sogno di Giovanni Bessain*. Fiz o argumento, colaborei no roteiro e fui assistente de direção”.

De volta a Cuba, em 1955, juntamente com seu amigo Julio García Espinosa, participou do curta *El Mégano*, sobre “a vida dos carvoeiros de Ciénaga de Zapata. Este filme foi muito importante para o novo cinema cubano que se seguiu à Revolução. A partir de 1956, dirigiu pequenas reportagens para cinejornais. Em 58, somei imagens de cinejornais no filme *A Tomada de Havana pelos Ingleses*. Em 59, com García Espinosa, organizei a ‘Seção de Cinema da Direção Cultural do Exército Rebelde’. Foi com esse grupo que dirigiu o primeiro documentário produzido depois do triunfo da Revolução: *Esta Nossa Terra*, sobre a reforma agrária. E isto aconteceu porque eu não tinha dúvidas de que o cinema era o meu caminho, e minha opção de vida”.

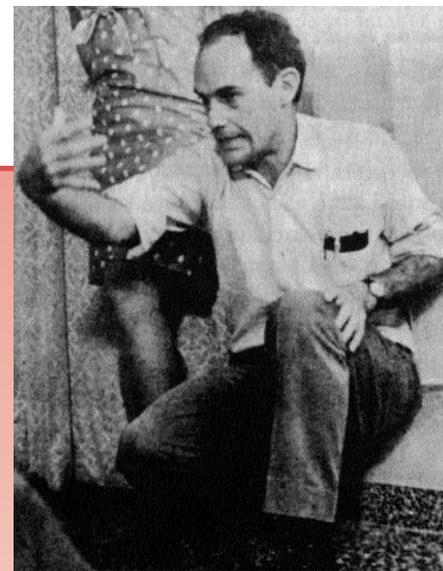
O acesso de Fidel ao poder, em 1959, permitiu que Gutiérrez Alea, Alfredo Guevara e García Espinosa criassem o ICAIC (Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica), que foi o responsável pela implantação do novo cinema em Cuba.

A carreira de “Titón” prosseguiu com sucesso, tendo realizado os seguintes longas-metragens: *Histórias da Revolução* (1960), *As Doze Cadeiras* (1962), *Cumbite* (1964), *Morte de um Burocrata* (1966), *Memórias do Subdesenvolvimento* (1968), *Uma Peleja Cubana contra os Demônios* (1971), *A Última Ceia* (1976), *Os Sobreviventes* (1978), *Até Certo Ponto* (1983), *Cartas do Parque* (1988), *Morango e Chocolate* (1993) e *Guantanamera* (1995), sendo os dois últimos feitos com seu assistente Juan Carlos Tabío, uma vez que o câncer pulmonar já o consumia.

Gutiérrez Alea foi, além de cineasta, um teórico do cinema, tendo seis de seus ensaios compilados em *Dialética do Espectador* (São Paulo, Summus, 1984 - tradução de Itoby A. Correa Jr.).

O crítico Inácio Araújo escreveu que o cinema de “Titón” apresentou como características “a originalidade, a convivência entre o humor e preocupação social, independência e fidelidade ao regime cubano”.

Gostaria de terminar este pequeno comentário com a citação de alguns pequenos versos de Tomás Gutiérrez Alea, num momento em que vamos comemorar, em 16 de abril próximo, o segundo aniversário de sua morte: “silencio y quietud nebulosa. Casi un vacío cuando se acerca la hora precisa”.



PRÊMIOS E FATOS SIGNIFICATIVOS SOBRE OS FILMES DE ALEA

A Última Ceia (1976)

Melhor Filme do Ano na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo (1976)

Morango e Chocolate (1993)

Urso de Prata no Festival Internacional de Cinema de Berlim
Menção Especial no Latin America Cinema Award
Indicado para o Oscar de melhor filme de língua estrangeira
Filme cubano de maior bilheteria no mercado externo

Guantanamera (1995)

Prêmio do Júri de Melhor Filme Estrangeiro no Festival Internacional de Ft. Lauderdale
Menção Honrosa no Sundance Film Festival
Menção Honrosa e Prêmio Especial do Júri no Latin America Cinema Award
Indicado para o Leão de Ouro no Festival de Cinema de Veneza

REFLEJOS

Tomás Gutiérrez Alea
Habana, 1949
ilustrações de Cabrera Moreno

Para Pino-Zitto con
afecto y simpatía

Tomás Gutiérrez

15/may/49.



CANCION SOLA ENTRE LAS AGUAS

No Sabemos cuándo. Aquél que tuvo su día, verá su crepúsculo. Después... ¿Por qué después? Hemos de rociar blancura a nuestro alrededor, pero vemos assombrados que nuestro aliento hace niebla... Y el agua es negra y no deja de moverse para atraernos. Aquél que tuvo su día... ¿No os mováis!..., para que no pase el tiempo.

*Quiero apurar mi vino entre las aguas
deliciosamente yo... siempre.*

*O envolverme en mi niebla,
dormirme lentamente,
lentamente gris...*

*Saldrán de mi casa,
(pájaros elegantes, ligeros)
saldrán mis vigilias lentamente,
lentamente grises...*

*Quiero apurar mi vino entre las aguas
deliciosamente yo... siempre.*

El deseo, como una gran boca que se abre indefinidamente, inclinado hacia las perlas blandas del mediodía, las perlas líquidas, brillantes, que duermen en un hueco de las rocas. La brisa en la nuca. Pero tuvo que gritar muy alto para no sucumbir al encanto de unos pájaros que volaron (no se sabe

de dónde venían) a su alrededor. Tuvo que ahuyentar todo ser viviente para beber su extraño vino. Quietud. Sabía cuidar muy bien los reflejos del mediodía. Ensueño creciente.

*Sembré la luz entre las aguas
y ella sabe multiplicarse
y yo sé mirarla.
Ni insectos siquiera
y me olvidé de mi cuerpo
para beber mi lento vino:
Yo... deliciosamente yo...*

.....

*¿Qué?
Esa música...
Pero ya cae la tarde
y cada vez más solo.
Así siempre...*

¿Después?

.....

*No, no me moveré
y no veré la noche
Pero... esa música.*

Reflejos. Más reflejos. Y nubes rosadas. Silencio y quietud nebulosa. Casi un vacío cuando se acerca la hora precisa.

Crepúsculo intacto.

– Algo ha subido del fondo de las aguas inquietas para acelerar el crepúsculo. Pero no me moveré, cerraré los ojos y en ellos guardaré estas últimas luces para no ver la noche.

.....

– Pero... esa música... Ay, que ya el vino me sabe a vinagre. No vengas a apresurar la llegada de la noche.

– Vengo a traer luz para pasar la noche... Calor y perfumes.

– No quiero, no. Que me haces sentir mi cuerpo...

– Cantaré para ti y no sentirás la noche.

– Pero ya oscurece, y de las aguas escapan los reflejos... Tú, la de las aguas, ¿qué luz me traes?

– Acércate...

– Vamos

Se hizo la noche. El calor de un momento hace sentir el frío de siempre. Se fué la de las aguas en medio de la noche. Ya ni reflejos. Soledad repetida.

Yo... tristemente yo...

Y se envolvía en su niebla lentamente, lentamente gris.

A la noche tan sola y vaga hay que levantarle nocturnos y sacrificarle suaves olores, porque la noche se detiene y bueno es saber que tiene estrellas.

Yo... solamente yo...

¿Antes?

No sabemos...

Entre las aguas.

(Nocturno final.)



CAER EN EL AMBITO DE UN POEMA...

Caer en el ámbito de un poema
y entre sus arcos frescos
de fresca niebla
pasear el alma
y hacerla desplegar su infinito
siguiendo los tenues olores del vino.

Y morder la luz,
sentir el sabor intenso
de un camino que corre a mis pies.

Y a cada paso descubrir labios
que suavemente rocen mis entrañas
provocando nuevos sonidos.

Camina el alma
como un recién nacido por el alba...

¿Y qué son esos espejos azules
que multiplican los sabores
de un nuevo aire?

¿Quién juega con las luces y las sombras
detrás de las columnas,
y quién derrama los perfumes?

Caí en el ámbito de un poema
e hice pasear mi alma
siguiendo los tenues olores del vino...

Ya se redondean velocidades
que provocan en mi alma
los vaivenes ágiles de un murciélago.

Ya mi alma es una flor
sobre la marcha de un río estrecho.

Tras de mí
las puertas se cerraron.

Sobre la espuma
 luces y sombras se congelaron
 en la esencia misma,
 sola,
 desnuda,
 de la Poesía.

Junté mi alma con su cuerpo
 y me introduje eu ella para arrancarle um hijo
 todo forjado
 en cuerdas de laúd.



ME CEÑI DE ANHELOS...

Me ceñi de anhelos
 y marché sobre mi nuevo mundo.

A penetrar.
 A penetrar.

Devancos de penumbra empobrecida
 ceden a mi nuevo canto

en las delicias del despertar
 entre escombros renegables.

Y ya penetro lentamente
 entre el ligero vuelo
 del murciélago anunciador.

En el sendero
 me ven mis propios ojos
 y la oscuridad me atormenta.

Puedo surgir al final del camino
 cuando despierten mis inquietudes
 transformadas en piedra

Piedra de un mediodía penetrante.

Puedo surgir
 cuando encuentre mi arma
 ávida de morder penumbras.

Cede a mi canto
 la marcha de esos aires negros.

Cede a mi inquietud
 despertada en ligeras piedrecitas.

Cede a mi avidez
 de penetrar jardines vírgenes.

Apartaré mi vista de las gotas negras
 porque se me mojan los hombros
 en el perfume del alba.

En nuevo día.
 El, grávido despertar.
 El surgimiento entre escombros
 de viejas ciudades.

Di mis alas a mi vigilia
 y aquí estoy.

Inquietud del espectro
 de mis luces y mis sombras.

Suaves ondulaciones
de mi corriente:
así se vive en mi mundo
clavado en medio de las transformaciones.

La blancura de la luna.
La redondez de la luna.
Entre los picos más altos
de las montañas más altas.

Aquí estoy
plantado en medio de mi existir:
álamo acogedor de variables vientos.

Es mi mundo.
En él tengo mi jardín
que soporta todo el peso
de la luz que cae en él.

En él mi inquietud se levanta
y se resume en la integración de mi existir.

Allí surgí
cuando cedieron a mi canto
lentamente
las penumbras.



NO SE QUE TORMENTA DE ALAS LEJANAS...

No se qué tormenta de alas lejanas
se agolpa en torno mío.
No sé si sobre mis huellas se amontonan
sangrientas orquídeas.
Quizás en mis pasos venideros
contraiga el asco mis heridas.

Pero he de caminar
entre las hierbas verdes.
Pero he de caminar
bajo la noche negra.

Hilanderas de antaño me dictaron
hebras de rosieler a mis vestidos.

Y en las simas harapientas
se me hundieron las entrañas
derramando intensa vida.

Viviendo en rotar de carrusel
entre el cieno
y el aroma naciente.

Viviendo en correr de carnaval
en el azar
de un torrente.

Danzando
al sonar de campanas.
Muriendo
al danzar de campanas.

Pero hundiendo las pisadas
en vómito celeste,
desarrollando un hilo de plata
desde su extraño surgir.

Y he de caminar
entre las hierbas verdes.
Y he de caminar

bajo la noche negra.
Y he de caminar.



ES LA NOCHE...

Es la noche
de una dulzura espantosa,
con insinuaciones de cosas tristes,
con presagios...

Gatos niños
Horan debajo de los muelles

y muerden la voluptuosidad
del temor a la nada.

La luna se moja
detrás de la lluvia
y envuelta en sus velos
camina sin saber a dónde,
fría y orgullosa.

Es la noche...

Oh noche infinita:
Cantemos
sobre las ropas rotas
bajo la orgía de tantas lucecillas.
Cantemos
a la tristeza de las ondas salvajes
del terrible despertar,
a su esencia
que nos hace hombres,
y volvamos los ojos al abstracto ébano sideral
que nos aprieta.

Sumerjámonos desnudos
en el aliento que nos brinda la noche
y dejemos rodar nuestras ideas
con rostro adornado de yerbas que ofenden
y al compás de las quejas
de antiguas vírgenes.

Lloramos lo triste de ser
y de estar sumidos en esta espuma de vigiliadas.

Todo es triste
en la noche extraña
que nos hace ver
lo que ustedes los vivos no conocen

Todo es triste
en la noche revuelta y sin reposo.

Todo es triste
en la noche de brumas atrayentes.

Lloramos,

lloramos pero cantamos;
todo es un sueño...
y queremos cantar!

Yo solo sé
que no soy ni vigilia ni sueño,
que soy gris y egoísta...

Que quiero y aprieto
y siembro la semilla
de otra estrella fugaz.

Y que en los jardines
aspiro el perfume contando la flor.

Es la noche con presagios...

Quiero ver esta noche
el éxtasis de la Eternidad en un momento de reposo,
sin juzgar nada.

Sigamos bebiendo de este vino,
subámonos en lo más alto de todas las ciudades,
donde nos envolverán nubes deleitosas
y donde oiremos cantar
a las sirenas de bellos senos.

Allí estaremos

hasta que seamos otros hombres
o no seamos nada...

Mientras tanto,
no pensemos
y veremos el reposo de las ciudades
y sintiremos el roce de lo divino
sin saciarnos.

Después,
rompamos las copas.



AQUÍ...

Aquí,
entre el resonar injurioso
de palabras-pedradas-miserables de cieno,
paseando lentamente,
lentamente goteando sangre
por la punta de los dedos,
sangre escapada de la noche que llevamos.

Aquí,
con la cabeza hirsuta
y los ojos bien abiertos,
paseando lentamente
entre brumas apretadas
que se salen por la boca de los hombres-fango.

Aquí,
miserias,
dolor de lo más bajo y oscuro y asqueroso,
crueldad de la pequeñez,
tristeza tan grande de todo lo minúsculo
que a mi alrededor yace.

Sangre derramada...
Frío.

Los oídos de la tierra se han llenado de clamores,
clamores de los hombres que han pasado,
clamores largos,
chorro continuo de ilusiones.

Pensamos que somos de la tierra
y no queremos sentirlo.
Y nuestras piernas, cansadas, no descansan.

Un largo son de sangre que se agita
sin saber adónde ir.

Los caminos se cortan en un punto:
lo sabemos
y no queremos sentirlo.
Y nuestras piernas, cansadas, no descansan.

Allí,
aquello que se acerca a cada instante
y que nunca tocaremos,
y donde los hombres son transparentes
y sonríen
sólo para que veamos la puerta
que siempre se abre ante nosotros,
sólo para que veamos la bruma
rota de continuo.

Allí,
adonde vamos sin retorno,
adonde nunca llegaremos...:

lo sabemos
y no queremos sentirlo.

Y nuestras piernas, cansadas...





notas da academia



Produção científica (errata)

No período 92/96 houve um decréscimo na contribuição percentual dos EUA na produção científica mundial, enquanto a Europa aumentou sua participação de maneira que o número total de publicações está praticamente idêntico entre a União Européia e os EUA (cerca de 1.200.000 artigos). O número de citações por artigo nos EUA (5,03) só é superado no entanto pelo índice da Suíça (5,66).

Nature, 5/6/97



EUA investem mais em ciência

Em novembro de 1997 o Congresso dos EUA concedeu aumento de 7,1% nos recursos para 1998 do National Institutes of Health (NIH), a agência responsável pela maior parte do apoio à pesquisa biomédica nos EUA. Mais recentemente, a administração Clinton cedeu às pressões exercidas pelas sociedades científicas norte-americanas (que representam cerca de 3 milhões de cientistas e engenheiros) e decidiu continuar o investimento em ciência para o ano de 1999 com propostas de aumento superiores a 7% para o NIH e 9% para a National Science Foundation (NSF). Os aumentos são bem superiores à inflação. Cerca de 28 milhões de dólares serão também investidos em treinamen-

to de pessoal no uso de computadores e em programação para qualificar a mão-de-obra norte-americana considerada ainda aquém da demanda existente e futura.

Nature, 15/1/98



Apoio à ciência e tecnologia 1

A pequena Nova Zelândia criou um grupo de estudos com 40 notáveis (incluindo estrangeiros) para avaliar o cenário mundial até 2010 e guiar o pretendido aumento nos investimentos em ciência e tecnologia no futuro próximo. Também Japão e Coréia do Sul, apesar do aperto econômico e da severa crise na bolsa de valores com intervenção do FMI (Coréia) decidiram investir mais em ciência e tecnologia (Japão, mais 4,9%). O diretor de planejamento do Ministério de Ciência e Tecnologia da Coréia comentou que apesar das dificuldades econômicas que o país atravessa, "a melhoria e a expansão da ciência básica são essenciais para a prosperidade futura", e criou-se um plano de cinco anos, que inclui: aumento de 50% em cientistas e tecnólogos; duplicação das bolsas de pós-doutoramento e triplicação do número de cientistas visitantes estrangeiros; criação de 20 centros de pesquisa colaborativa com outros países

e aumento da colaboração internacional em geral; apoio aos governos regionais de maneira que aumentem os recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Nature, 8/1/98



Apoio à ciência e tecnologia 2

O esforço pretendido pela Coréia aumentará ainda mais a distância científica e tecnológica entre aquele país e o Brasil: segundo a Unesco, o Brasil tem cerca de 330 cientistas e engenheiros engajados em programas de desenvolvimento científico e tecnológico para cada grupo de um milhão de habitantes, contra aproximadamente 1900 na Coréia.

Unesco Statistical Yearbook, 1995



Crise na Universidade ?

Desconforto nos campi: altas taxas escolares, ensino sofrível, professores descontentes com o salário e aperto financeiro são problemas que assaltam com intensidade crescente a velha torre de marfim. Cresce a pressão em função dos interesses dos financiadores da Universidade, sejam eles o governo, sejam eles particulares. A perda de autonomia seria compensada pelo aumento em relevância diante dos objetivos da comunidade a que serve. Mesmo no Cana-

dá, que conta com excelentes universidades (e onde três em cada quatro jovens se matriculam no ensino superior), sabe-se que 42% de seus trabalhadores não estão preparados para empregos que dependem das ciências da informação. A China terá de multiplicar por 10 o número de graduados em curso superior dentro dos próximos 10 a 20 anos, de acordo com a análise de Peter Drucker. A Universidade deverá ser capaz de usar as novas tecnologias de informação para atingir mesmo a distância indivíduos de todas as idades de uma maneira compatível com uma instituição que acolhe a atividade empreendedora e estabelece parcerias com a indústria. Nos países em desenvolvimento, o desafio principal é preparar muitos alunos com alto padrão. Centros de elite devem ser estabelecidos e privilegiados estrategicamente. O autor (R.W. Nichols, New York Academy of Sciences) conclui com um provérbio da Malásia: não se iluda com a calma aparente dos campi, "não pense que não há crocodilos só porque a água está calma".

The Sciences, jan/fev 1998



Avaliação de professores

A avaliação do ensino ministrado nas universidades norte-americanas é assunto de interesse crescente. Segundo

o comentário, a confiança no uso dos índices outorgados pelos alunos aos docentes deveria ser temperada pela consideração de pesquisas recentes que revelam uma relação direta entre a relativa facilidade de um assunto (e notas mais altas) e a avaliação estudantil. Por outro lado, pesquisadores da Cornell Univ. (EUA) verificaram um efeito surpreendente do estilo da apresentação de um mesmo assunto: se usual ou se acompanhada de bastante movimentação gestual e variação no tom e altura da voz. Os alunos preferem claramente um bom espetáculo.

Science, 10/10/97



África do Sul

O ano de 1998 será o ano da ciência e tecnologia na África do Sul. Nelson Mandela lança a iniciativa visitando a sala de computadores de uma escola e recebe correio eletrônico dos estudantes de outras escolas. A idéia é atingir os escolares de cada lugar do país levando a eles a mensagem da importância da ciência e tecnologia. Semanas de atividades serão programadas ao longo do ano nas diversas províncias e áreas rurais. França, Rússia, Holanda e Estados Unidos da América darão apoio às atividades.

Nature, 15/1/98



A academia de tamancos

Nossos irmãos portugueses, que no tempo da Escola de Sagres lideravam na aplicação da ciência à navegação, encontram-se isolados entre os países da Comunidade Euro-

péia (EU) quanto à produção científica. Comentário recente do Dr. Adelino V.M. Canario mostra como a produção científica da EU é diretamente proporcional ao produto nacional bruto (PNB) dos países. No caso de Portugal, o número de artigos é três vezes inferior ao valor esperado. Portugal investe em ciência e tecnologia apenas 0,6% de seu PNB, enquanto a média na Europa Ocidental é de 1,78% do PNB. Outros fatores de atraso estão na estrutura da Universidade com poucos recursos investidos no ensino e o que o autor denomina "um sistema indescriível de autonomia demagógica", segundo o qual os estudantes de graduação e os professores iniciantes (em doutoramento) retêm 70% dos votos para eleição do Reitor e indicação de chefias acadêmicas.

Nature, 25/12/97



Patente americana bloqueada

A Índia comemora uma vitória rara junto ao U.S. Patent and Trademark Office (PTO), sempre acusado de ser instrumento de piratarias orquestradas por poderosas multinacionais. A agência voltou atrás na concessão de uma patente já com dois anos sobre o uso médico de um tempero típico indiano, o "turmeric", que é um produto amarelado usado no preparo do "curry". O resultado anima a todos que lutam contra a biopirataria e resultou de um esforço que reuniu 40 laboratórios nacionais e foi conduzido pelo Conselho de Pesquisa Científica e Industrial da Índia. Os autores da patente são indianos radi-

cados nos EUA e o produto seria efetivo para promover a cicatrização de feridas.

Science, 5/9/97



Proposta: um novo contrato social para a ciência

Um artigo instigante foi publicado pela Dra. Jane Lubchenco na *Science*. Considera o século que vamos adentrar como o da ecologia e discute as relações estreitas entre o ecossistema e a ação humana, assim como a importância crescente do impacto destas interações sobre a saúde humana, a economia, a justiça social e a segurança. O conceito do que seja o "ambiente" está em constante mutação e a autora propõe um novo contrato social para enfrentar a necessidade de ação imediata sobre questões ambientais e sociais. Esse contrato representaria um compromisso dos cientistas no sentido de voltar talento e energia para a solução dos problemas mais críticos que desafiam a sociedade em troca do financiamento público que recebem. As ações reforçariam uma biosfera sustentável que seria "ecologicamente sadia, economicamente possível e socialmente justa". Uma parte considerável deste esforço seria dedicado à comunicação, educação e geração de políticas de gestão.

Science, 23/1/98



Sem machismo no Reino Unido

Recentemente, um estudo sobre a concessão de bolsas de pós-doutoramento na Suécia revelou que candidatos do se-

xo feminino tinham de ser 2,5 vezes mais produtivas que seus colegas do outro gênero para que obtivessem a mesma pontuação (*Nature*, 387:341, 97). Este artigo provocou uma análise de pesquisadores ingleses sobre os auxílios concedidos pelo Wellcome Trust e pelo Medical Research Council. Não se comprovou qualquer discriminação entre candidatos que estivesse ligada ao sexo. No entanto os pesquisadores verificaram que, embora nas universidades do Reino Unido 44% dos docentes em biomedicina são mulheres apenas, cerca de 20% dos pedidos de bolsa foram feitos por mulheres.

Nature, 4/12/97



Renda e escolarização

Investimentos em educação podem aumentar a renda nacional: no caso do Brasil, as taxas de retorno de investimentos em educação estão entre 15% e 20%, valores superiores a muitos investimentos diretos na produção. Esse aumento da produção se dá por meio do aumento de ganho em função da escolarização. Segundo levantamento recente do Dieese, a renda média mensal no município de São Paulo de famílias cujo grau de instrução do chefe é nulo é de R\$ 683; com o primeiro grau completo, essa renda média sobe para cerca de R\$ 1.340 e com o segundo grau, para R\$ 1.680. Com o curso superior completo, a renda média familiar é perto de R\$ 2.900.

<http://www.dieese.org.br/pof/pof2>